

ELVIS HAHN RODRIGUES

**ENTRE AS RAÇAS E O TERRITÓRIO:
OS PROJETOS DE NAÇÃO NA
HISTÓRIA DO BRASIL DE JOÃO RIBEIRO**

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Juiz de Fora
2011**

ELVIS HAHN RODRIGUES

**ENTRE AS RAÇAS E O TERRITÓRIO:
OS PROJETOS DE NAÇÃO NA
HISTÓRIA DO BRASIL DE JOÃO RIBEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha

**Juiz de Fora
2011**

371.671
R696e

Rodrigues, Elvis Hahn, 1982-

Entre as raças e o território: os projetos de nação na história do Brasil de João Ribeiro / Elvis Hahn Rodrigues – 2011.

146 f. : il.

Orientador: Marlos Bessa Mendes da Rocha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação.

Bibliografia: f. 135-138.

1. Manuais escolares de história. 2. Nação brasileira. 3. João Ribeiro. I. Rocha, Marlos Bessa Mendes da. II. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ELVIS HAHN RODRIGUES

ENTRE AS RAÇAS E O TERRITÓRIO, OS PROJETOS DE NAÇÃO NA *HISTÓRIA DO BRASIL* DE JOÃO RIBEIRO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marlos Bessa Mendes da Rocha
(Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
Programa de Pós-Graduação em História, UFJF

Prof. Dra. Rosana Areal de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFOP

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF

Juiz de Fora, 01 de Abril de 2011.

AGRADE-CIMENTOS

Bem, após o término de minha graduação, dezembro de 2008, ingressei no curso de mestrado, não sem a ajuda das pessoas já mencionadas num momento anterior. De lá para cá, o mundo deu mais três voltas em torno do sol, muitas coisas aconteceram e o término de mais uma etapa de minha vida acadêmica não seria possível sem o auxílio dessas pessoas abaixo mencionadas, aliás, até mesmo das pessoas não mencionadas, mas isso é o silêncio da história e do arbítrio desse autor.

Primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF pela oportunidade de ingressar e cursar o mestrado, tempo de aprendizado e amadurecimento intelectual e profissional, bem como pela concessão de bolsa de estudo da CAPES e pelo financiamento de apresentação de trabalhos pelos congressos afora. Isso me permitiu melhores condições de estudo e estabilidade para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao Professor Marlos pela oportunidade de orientação e desenvolvimento dessa pesquisa, um tempo de discussões, aprendizado e de amadurecimento intelectual que permitiu aprofundar nas veredas da história da educação e história intelectual, campo de conhecimento que nos permite perceber como outras esferas da realidade são capazes de interferir no processo histórico.

Aos professores Alexandre Barata, Carlos Fernando, Rosana Areal e Sonia Miranda por aceitarem a participar desse trabalho, que com críticas e sugestões permitiram o amadurecimento desse trabalho, o que para mim, demonstra, entre avanços e retrocessos, como o conhecimento é construído coletivamente e não fruto de uma mente genial, daí o sentido da palavra “nós” e não o “eu” ao longo da dissertação. Cabe ainda, o agradecimento especial a Rosana pela cumplicidade nessa caminhada desde os tempos de graduação.

Aos amigos Marquinho e Sara pelas revisões dos textos de qualificação e da dissertação final, respectivamente; afinal, tais leituras foram importantes para tornar nosso texto mais inteligível e dentro dos procedimentos acadêmicos.

Aos amigos da Rocinha – àquilo não é uma República, é um universo distinto – que tornaram a jornada menos solitária e mesmo mais interessante, em conversas, papos, debates,

anseios, angústias e outras experiências mais. Alexandre & Carol, Diou & Josie Maria, Mateus & Débora, Adriano & Sílvia, Bartolomeu, Marquinho, Pablo e outros que a memória sempre nos trai na hora de escrever esse tipo de texto.

Um agradecimento especial ao Wanderlei & Neiva por terem me acolhido tão calorosamente em sua casa em Rio Pomba como um filho, desde o processo seletivo e durante o início do curso, sem ajuda deles seria quase impossível escrever essa dissertação. Assim, posso mencionar o Vitor e a Isis, e por fim ao Vinícius, que virou um grande irmão ao longo dessa jornada.

À família, Sr. Dirlei e a Dona Maria sempre presentes, ainda que distantes, de forma a sempre serem um porto seguro para as aventuras de nós filhos, o que torna a condição de pai e mãe sempre especiais. Aos meus irmãos Cris e a Ná, sempre companheiros de travessia, e Charles e Sionaide, pela cumplicidade intelectual e ajuda dispensada.

E por fim, a minha Laura, a quem dedico esse trabalho, pela paciência, amor, companheirismo e tudo que a vida possa nos reservar.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como tema central o manual escolar *História do Brasil*, de João Ribeiro. A referida obra foi publicada primeiramente em 1900, destinada aos alunos do Colégio Pedro II. Em 1901, a obra foi dividida em duas versões: a primeira destinada às escolas primárias, e a segunda, destinada aos alunos do ensino científico e das Escolas Normais. Em função do caráter modelar que o Colégio Pedro II tinha em relação aos seus congêneres estaduais, a obra de João Ribeiro tornou-se das mais proeminentes em seu tempo, sendo bastante difundida entre essas escolas. A problemática desenvolvida é a questão da nacionalidade manifesta na obra, a partir dos conceitos de raça e território, articulados em nosso estudo como os pilares da construção da nacionalidade brasileira. Assim, nosso objetivo central é investigar os projetos de nação expressos na obra, isto é, sua formulação sobre a nacionalidade brasileira, e como essa representação é registro de um tempo histórico das ideias, localizado entre o período final da monarquia e o início da Primeira República. A partir dos conceitos de espaço, de experiência e horizonte de expectativa, investigamos na ideia de raça e território, a construção da nacionalidade brasileira expresso em a *História do Brasil*. Deste modo, compreendemos a obra como expressão dos debates intelectuais de seu tempo, bem como uma interlocutora ativa, que marca a historiografia de sua época, tornando-se um contraponto à historiografia inaugurada por Varnhagen, na segunda metade do século XIX. Nosso trabalho aponta duas questões sobre o tempo histórico da obra: o primeiro está expresso pela aceitação das teses racialistas, embora não exclusivamente, como modelos explicativos para o atraso da sociedade brasileira diante do Ocidente civilizado e; a segunda na dimensão moral constituída na raça decaída, a mameluca, expressão da raça nacional brasileira. Dentro da obra, essas duas questões estão subjacentes a um território ocupado ao longo de quatrocentos anos, que garantiria o direito histórico à nação brasileira sobre o território que ocupa. Diante de tal estado social e moral, o horizonte de expectativa apontado por João Ribeiro para aquilo que seria a nação brasileira a longo prazo é de um novo momento de miscigenação da raça mameluca aqui constituída com as novas levas de imigrantes europeus, recorrente no período. Esse movimento regeneraria biologicamente a raça brasileira que, ao mesmo tempo, seria remodelada, através da instrução pública, para a vida civil e política republicana.

Palavras Chaves: Manuais Escolares de História; Nação Brasileira; João Ribeiro

ABSTRACT

This final paper is focused on the textbook *História do Brasil* written by João Ribeiro. This work was first published in 1900, aimed at students of the *Colégio Pedro II*. In 1901 his work was divided into two versions: one for primary schools, and the second for students in science and Regular Schools. Depending on the model that the *Colégio Pedro II* had in relation to their state counterparts, the work of João Ribeiro became the most prominent in his time and was widespread among these schools. The problem developed in his work is the question of nationality, based on the concepts of race and territory, placed in my study, as the cornerstones of the Brazilian nationality. Thus, my main objective is to investigate the project of nation expressed in the book, his formulation on the Brazilian nationality, and how that representation is a long record of historical ideas, located between the last period of the monarchy and the beginning of the First Republic. Through the concepts of space experience and horizon of expectation, I have made a research based on the idea of race and religion – the construction of Brazilian nationality expressed in the *History of Brazil*. Through this study we can understand João Ribeiro's work as an expression of the intellectual debates of his time and as an active speech, which marks the historiography of his epoch, becoming a counterpoint against the history inaugurated by Varnhagen in the second half of the nineteenth century. This paper shows that the historical time in this work is expressed by the acceptance of racialist theories, although not exclusively, as explanatory models for the backwardness of Brazilian society in the face of the civilized West. The other reason is the moral dimension that consists in the fallen race, the Mameluke, the expression of Brazilian national race. Within the book these two dimensions are underlying to the occupied territory for over four hundred years, which would ensure the historic right to the Brazilian nation over the territory it occupies. Faced with such social and moral state, the horizon of expectations pointed by João Ribeiro to what would be the Brazilian nation in the long term, is a new moment of racial admixture between the Mameluke race with the new waves of European immigrants, what frequently happened in the period. This movement would regenerate biologically the Brazilian race, and at the same time, it would be refurbished through public education, for the civil and political life at the Republican regime.

Keywords: History textbooks; Brazilian Nation, João Ribeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS SOBRE OS MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA. BALANÇO HISTORIOGRÁFICO E SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DA OBRA DIDÁTICA	17
1.1 - Contribuição dos estudos sobre manuais escolares para compreensão de a <i>História do Brasil</i> : o estado da arte	18
1.2 – Questões e problemas: a nação construída entre contrapontos e dilemas entre o Império e a República	38
CAPÍTULO 2. JOÃO RIBEIRO: ENTRE O PENSADOR E A SUA <i>HISTÓRIA DO BRASIL</i>	45
2.1 – João Ribeiro: o intelectual e vida	47
2.2 – A produção intelectual de João Ribeiro: o crítico editorial, autor de livros didáticos e tratados de filologia	58
2.3 – <i>História do Brasil</i> : entre permanências, deslocamentos e rupturas didáticas e historiográficas.	80
CAPÍTULO 3. PROJETOS DE NAÇÃO EM JOÃO RIBEIRO: ENTRE RAÇA E TERRITÓRIO.	83
3.1 – <i>História do Brasil</i> : o texto do livro, sua organização e linha narrativa.	87
3.2 – A raça nacional: entre estrangeiros, autóctones e mamelucos	97
3.3 – Território como direito histórico à nacionalidade brasileira	104
3.4 – <i>História do Brasil, Capítulos da História Colonial e História da Literatura Brasileira</i> e o registro de uma temporalidade histórica das ideias entre o Império e a República	109
3.5 – Entre consensos e contrapontos: uma história do Brasil	125

CONCLUSÃO: ENTRE IDEIAS, PROJETOS DE NAÇÃO E NOVOS PROBLEMAS	127
FONTES PRIMÁRIAS	134
BIBLIOGRAFIA	135
ANEXOS:	139
Anexo 1:	139
Anexo 2:	143

INTRODUÇÃO

O tema de nossa dissertação de mestrado refere-se aos projetos de nação expressos em Manuais Escolares de História, tendo como centro de análise a obra *História do Brasil*, de autoria de João Ribeiro, publicado pela primeira vez em 1900. Nossa pesquisa trata da problemática da nacionalidade e como ela é construída na obra de João Ribeiro a partir de dois conceitos, entendido por nós como matrizes para elaboração da nacionalidade brasileira: a raça e o território. Assim, investigamos como esses conceitos expressam um tempo histórico, no âmbito das ideias, como eles significam um espaço de experiência, sobre a história brasileira, e como projetam um horizonte com vistas ao futuro, a partir da experiência histórica de que tratam.

Nossa investigação sobre João Ribeiro, renomado autor de manuais escolares de história e gramática de língua portuguesa, decorre de outra pesquisa pregressa, qual seja, as relações entre os manuais de história do Brasil e os programas de ensino do grupo escolar oriundos da Reforma João Pinheiro de 1906. Nessa ocasião, o trabalho caracterizou-se pela investigação de quais eram os propósitos pedagógicos desses manuais e em que medida eles expressavam o programa de ensino em questão. Para tal pesquisa, utilizamos o inventário do Grupo Escolar de Mariana, fundado em 1909 e sediado no município de Mariana, Minas Gerais; a lei nº 439 28, programa de reforma educacional de 1906, a chamada Reforma João Pinheiro; e os manuais escolares de história encontrados no inventário, que teriam sido utilizados como recurso didático no referido grupo escolar conforme nossa leitura sobre esse inventário. Para aprofundar as relações entre os manuais e a referida reforma mineira, utilizamos a obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, como centro de nossa análise.¹

Naquela ocasião, podemos perceber que o programa de ensino de 1906 institucionalizou o ensino primário, organizou o espaço e os tempos escolares. Através dessa institucionalização da educação, almejava-se a organização, controle e homogeneização do ensino e dos conteúdos lecionados. Este controle fez-se por meio de leis e reforma de ensino que não apenas institucionalizavam, mas criavam meios para organizar o ensino conforme as

¹ Nossa monografia foi desenvolvida na linha da História da Educação no Núcleo Estudos de Sociedade, Família e Educação, (NESFE) do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, que na ocasião reunia estudos sobre a História e Sociologia da Educação.

urgências educacionais que se impunham em função, principalmente, da própria realidade social que se transformava no início do século XX.

Esse movimento, que aconteceu primeiramente em São Paulo em 1893 (SOUZA, 1998), na década seguinte estendeu-se por outros estados, entre eles Minas Gerais (FARIA FILHO, 2000). Assim, a educação foi compreendida como papel estratégico para a conformação da cidadania republicana. Interessante que a conformação do caráter nacional presente no Programa de ensino de 1906 também compreendia as questões regionais específicas de Minas Gerais. Assim, o sentido da história relacionaria o estado federado com a história nacional.

Compreendidos na dinâmica desse movimento de institucionalização, os livros escolares tornaram-se veículos privilegiados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e, ao mesmo tempo, para a formação do cidadão republicano. Naquela pesquisa, percebemos que esta formação estava além dos programas impostos pelo Estado, pois os autores dos livros tinham certa autonomia na formulação de ideias.

Essa relativa autonomia permitiu a João Ribeiro marcar em sua obra um tom mais sóbrio, ou melhor, não ufanista na elaboração da história do Brasil, quando aborda os acontecimentos históricos, como, por exemplo, quando representa a monarquia pelo seu mérito em ter mantido a estabilidade política e a unidade territorial. Ainda assim, *A História do Brasil* segue em boa medida o Programa de Ensino da Reforma João Pinheiro. O que nos mostra que, apesar da produção ter um caráter de âmbito nacional, a obra atendia às demandas regionais do Estado e também de sua editora. Por outro lado, também podemos afirmar certa uniformidade dos regulamentos estaduais sobre a educação, notadamente os que implantam os grupos escolares.

O que concluímos com o trabalho acima é que, mesmo subordinados a regulamentos de ordem política, as obras não precisavam estar completamente em consonância com eles. A imposição tinha limites e também estava vinculada a outros fatores, como as histórias regionais e o volume bibliográfico da produção didática da época. *A História do Brasil* de João Ribeiro, por exemplo, era direcionada para o ensino do então *Gymnásio Nacional* do Rio de Janeiro. Desse modo, a chancela da instituição modelo e de prestígio conferia a obra uma melhor aceitação diante dos programas de ensino e da *Inspetoria Geral de Instrução* primária e secundária. Assim, ela pôde circular nos grupos escolares e escolas isoladas, sendo utilizada pelos professores como recurso pedagógico. Daí a versão adaptada ao ensino primário para circulação nessas escolas.

A partir das análises realizadas no trabalho acima exposto e do ingresso no Programa de Pós-Graduação desta universidade², fomos, gradativamente, levantando a problemática de quais projetos de nação estariam expressos na obra, e como os mesmos sedimentam os embates e dilemas entre a intelectualidade brasileira desse tempo; ou, de outro modo, como esse projeto de nação expressa um tempo histórico das ideias entre o Império e a República no Brasil. Buscamos investigar como essa intelectualidade debate a questão da nação e suas consequências para a história da educação no Brasil, na medida em que a questão da nação tornava-se patente nos programas de ensino. No ensino de história, qual a função conferida à disciplina para o país que se buscava construir com a República, pelo menos enquanto ideal a ser perseguido no presente e no futuro?

Assim, nosso trabalho foi desenvolvido em três momentos ou três capítulos, acrescido da conclusão da pesquisa. O primeiro momento consta o estado da arte sobre os estudos dos manuais escolares de história, e como ele nos permitiu novas chaves de leitura sobre o nosso objeto em questão: *História do Brasil* e sua significação histórica, bem como o desenvolvimento da problemática de nossa pesquisa, qual seja, os projetos de nação brasileira e a questão da raça e território.

O estado da arte foi importante para compreender o lócus de produção da obra, isto é, destinada primeiramente aos alunos do Colégio Pedro II. Isso nos permitiu compreender as linhas historiográficas de João Ribeiro, bem como os contrapontos que ele estabelece com a historiografia do IHGB e mesmo com a trajetória dos manuais escolares de história produzidos ao longo do século XIX.

Outra relevância desse estudo foi o condensamento das pesquisas mais atuais que se debruçam sobre o nosso tema, dado que as pesquisas elencadas marcam um aumento significativo sobre os estudos dos manuais de história entre os programas de Pós-Graduação em História e Educação. O que de certa forma reforça a originalidade de trabalhar com dissertações e teses pouco exploradas pela recente historiografia sobre o assunto.

No segundo capítulo, condensamos os estudos biográficos sobre a trajetória intelectual de João Ribeiro. E, nesse sentido, investigamos ainda a produção intelectual do autor como um todo, estabelecendo as relações dessa produção com a *História do Brasil*, de modo a compreender a obra dentro da trajetória intelectual engajada de nosso intérprete do

² Assim, o trabalho foi desenvolvido dentro do Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento da Educação (NESCE) do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Brasil. Assim, elencamos as obras mais expressivas que contribuíram para a compreensão da nacionalidade brasileira, tais como *Língua Nacional, Obras de João Ribeiro*, volumes V (filólogos) e VI (historiadores) e a *História Universal*.

Essas obras contribuíram para compreender a questão da língua portuguesa no Brasil, e como esta expressa a nacionalidade brasileira, na medida em que traduz a livre expressão de pensamento do seu povo. Outra contribuição importante diz respeito aos estudos frenológicos presentes em a *História Universal*, que justificam biologicamente os diferentes “estágios” de desenvolvimento da evolução humana, tendo no branco europeu a referência e o apogeu da evolução dentro da espécie humana.

O terceiro capítulo foi elaborado no esforço de demonstrar a *História do Brasil* como expressão do debate intelectual da virada do século XX ou, de outro modo, um tempo histórico sobre as representações da história do Brasil. Neste sentido, pretendemos situá-la no confronto com outras obras que lhe foram contemporâneas, desenvolvidas por intelectuais que consideramos expressivos na discussão sobre a questão da nacionalidade brasileira, elencando João Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, com *Capítulos da História Colonial e História da Literatura Brasileira*, respectivamente.

No estudo em que cotejamos João Ribeiro com os outros intelectuais, percebemos que eles partilham de semelhantes linhas de análise sobre a história brasileira, ainda que isso implique em diferentes projetos de nação brasileira. Percebemos que Sílvio Romero e João Ribeiro dão grande ênfase à racialidade para explicarem o estado social brasileiro, seu atraso diante do Ocidente. Para Capistrano, por outro lado, tal questão não se coloca, pois a sociedade brasileira é uma explicação histórica, de base material, resultado de suas relações sociais e culturais, sem determinismos raciais ou biológicos. A questão do território é posta pelos autores na narrativa sobre bandeiras, pela colonização e também pelos limites naturais pelo interior do continente, com argumentação de ocupação histórica. Essa assertiva significa a autodeterminação da nação brasileira, dotada de um território historicamente constituído, cujo sentido da história está na integração entre esses pontos e de uma idéia nacional acima dos particularismos regionais.

Considerando as articulações apresentadas nos capítulos dessa dissertação, podemos afirmar que nosso trabalho relaciona então três campos de estudo: a história da educação, a história das ideias e o ensino de história com o objetivo de registrar o tempo histórico da *História do Brasil* de João Ribeiro.

Compreendemos nosso estudo dentro da história da educação na medida em que investigamos estratégias de nação formuladas pelos intelectuais e como essas discussões estão postas no ensino de história. Usamos, assim, o Manual Escolar de História como fonte de pesquisa, pois é um veículo privilegiado para se compreender que formação da sociedade que se pretende, que memórias e representações a juventude teria que aprender sobre a história de sua nação, e de algum modo, relacioná-las com o passado histórico, despertando-lhe o pertencimento à Pátria.

A relação de nosso trabalho com a história das ideias faz-se ao passo que as mesmas perpassam o campo de nossa análise histórica, na qual buscamos demonstrá-las como registro histórico dessas ideias. As ideias têm a capacidade de interferir na realidade, não sendo apenas abstrações, sem sentido social e/ou efeito no real. De outro modo, demonstramos como nossas fontes são sujeitos constituintes de uma realidade histórica, ao mesmo tempo, expressão da mesma, num movimento dialético. Portanto, são as carnes de nossa análise histórica, e como tais expressam as estruturas sociais nas quais estão inseridas.

O ensino de história está presente, ou melhor, a história do ensino de História, pois nosso trabalho também contempla questões sobre o conteúdo ensinado nas aulas, a ideia de nação que se apresenta para os alunos, mesmo a função dada a disciplina dentro do ensino como um todo, embora não seja nosso fulcro de análise. É verdade que a apropriação sobre esse conhecimento ressignifica-se na aprendizagem do aluno ou mesmo do professor, ganhando novos contornos. Contudo, não é aqui o lugar para nossa análise. Entretanto, a investigação sobre os projetos de nação nos aponta que horizontes de expectativas, sobre os quais, os intelectuais pensavam a nação a ser construída pela educação.

A edição do manual que utilizamos para a elaboração de nosso trabalho é a 13^o edição, do ano de 1935, destinada aos “ensinos superiores”, revisada e ampliada. Possui uma pequena história cronológica dos presidentes da Primeira República; contudo, não há maiores digressões sobre o período republicano. Assim, nossa análise dessa edição debruça-se até o fim da monarquia, a partir do suposto do próprio autor que uma história do presente está comprometida com as paixões de sua época.

Sobre essa edição, podemos mencionar ainda que ela é acrescida de um prefácio da segunda edição de 1908, do próprio autor, e de uma apresentação de Tristão de Araripe sobre a relevância da obra e os diálogos teóricos que ela enuncia. No segundo capítulo exploramos as especificidades da obra, inclusive estabelecemos comparações entre as edições da mesma.

Utilizamos a referida edição por termos um exemplar em mãos, o que facilita o desenvolvimento da pesquisa. Tal escolha não compromete nossa linha de análise, uma vez que o fulcro de nosso estudo está nas teses gerais do livro que não se modificaram, segundo nossa investigação, como demonstramos no segundo capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS SOBRE OS MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA. BALANÇO HISTORIOGRÁFICO E SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DA OBRA DIDÁTICA

Apresentamos neste capítulo a produção historiográfica que se debruça sobre a investigação dos manuais escolares de história do Brasil e demonstrar em que aspecto(s) essas investigações nos auxiliam a compor o objeto de nossa investigação, bem como desenvolver a problemática que norteia a pesquisa de nossa dissertação de mestrado. Neste sentido, trazemos, a partir das chaves de leitura que a historiografia nos apresenta, as persistências e rupturas que a obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, apresenta em relação a historiografia, seja de sua ordem didática, como contrapontos ao Joaquim Manuel de Macedo, seja da ordem historiográfica, em relação à Varnhagen.

No sentido de apresentar a construção de nosso problema, trazemos considerações sobre nosso objeto de pesquisa, a *História do Brasil*: sobre sua relevância tanto no meio didático, como no meio intelectual; acrescidas de apontamentos a respeito do autor em questão. O estado da arte, desse modo, traz chaves para a compreensão da obra, dentro de nossa problemática em torno do projeto de nação brasileira, historicamente constituído, e que também apresenta horizonte de expectativa de novas conformações e transformações que, na leitura de João Ribeiro e dos intelectuais de seu tempo, colocaria o Brasil entre as grandes nações do Ocidente civilizado.

Assim, podemos apontar dois momentos centrais neste primeiro capítulo. O primeiro é o Estado da arte acerca dos Manuais Escolares, no qual apresentamos aqueles trabalhos que julgamos relevantes para nosso estudo, tanto pelo seu conteúdo, quanto pela sua atualidade. A partir desse percurso, problematizamos as pesquisas mais recentes sobre nossa questão e, com isso, podemos verificar um aumento significativo dessa historiografia, notadamente na última década. O segundo momento é a construção da problemática de nossa dissertação que gira em torno do caminho percorrido por João Ribeiro para elaboração de uma ideia de nacionalidade brasileira a partir de duas questões: a raça e o território. Nosso objetivo é analisar como esses conceitos figuram como a expressão de um tempo histórico na representação da nacionalidade brasileira e ainda expressão do debate intelectual de sua época, quando comparados com produções intelectuais coetâneas.

1.1 - Contribuição dos estudos sobre manuais escolares para compreensão de a *História do Brasil*: o estado da arte

As investigações sobre os livros didáticos acompanham nas últimas décadas um crescimento em sua produção, bem como sua diversidade de perspectivas analíticas, que vão desde o estudo do mercado editorial até o conteúdo dos livros em si. Podemos ainda inferir os estudos sobre a diagramação, formato do texto, as estratégias de leituras elaboradas pelos editores, seja pelo mercado, seja pelas demandas oriundas das transformações do processo de ensino e aprendizagem.

A obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, é o centro da análise desta dissertação, que investiga os sentidos atribuídos na obra à nacionalidade brasileira, a partir das rupturas com os paradigmas existentes acerca da história nacional, ou seja, aquilo que se apresenta como a historiografia de seu tempo. Isso significa compreender a obra como uma proposta de deslocamento, na medida em que ela projeta as rupturas com a linha explicativa sobre a história do Brasil, isto é, a tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. No caso de nosso objeto, cabe também investigar o universo no qual está inserido, o ensino de história, pois, como obra didática, seu manual teve larga aceitação nas escolas primárias e secundárias, como também nas Escolas Normais do Brasil, em suas diferentes versões para cada etapa do ensino, a partir do início do século XX.

Dentro do movimento de consolidação dos Estados nacionais, nos dois últimos séculos, entendemos os manuais de história como veículo privilegiado de resgate da memória nacional, sobretudo daquilo que deve ser lembrado ou esquecido, além deles nos possibilitar inferir as novas mentalidades que se pretendem formar nas escolas. Christian Laville nos explica esse movimento com base em dois momentos distintos: o primeiro, cuja ação do ensino de história está voltada para a conformação de uma identidade nacional que dê legitimidade ao poder constituído e justifique a organização social e política presente em cada país; e o segundo momento, posterior a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por uma formação que coloca os alunos no centro da aprendizagem, de modo a desenvolver neles o espírito crítico e a autonomia diante do conhecimento construído, estimulando, dessa forma, a

participação social e política na sociedade e nas instituições estabelecidas. (LAVILLE, 1999, p. 126).

O nosso objeto em questão, *História do Brasil*, de João Ribeiro, compreendemos como uma inflexão, ou mesmo uma transição entre o primeiro e o segundo momento dessa historiografia didática. Isso porque, segundo nossa leitura, ao mesmo tempo em que projeta uma ideia de sociedade e de nação brasileira e o papel dos alunos, futuros republicanos, o autor busca estimular o senso crítico nos alunos, de modo a colocá-los no centro do processo de ensino e aprendizagem. Se, por um lado, João Ribeiro possui uma leitura crítica sobre a história do Brasil, notadamente nas críticas sobre a obra de Varnhagen, por outro, não deixa de conformar um projeto de nação, cujo sentido de história está em inserir novos elementos – ou nem tão novos, mas incorporados – constituintes da nacionalidade brasileira: o negro e as nações autóctones. Sobre o negro, cabe ressaltar que não há um tratamento etnológico que distinga as diferentes sociedades africanas, neste sentido, reduz todas as origens e sociedades pelos seus elementos em comum, a cor negra ou preta e a origem africana³. Contudo, ressalta a necessidade desses estudos para melhor compreender esses povos e suas consequências para a conformação do povo brasileiro. Já sobre os indígenas, por outro lado, percebe-se um tratamento que os distingue entre troncos étnico-linguísticos pela suas características, como por exemplo, a antropofagia, para assim estabelecer níveis de civilidade entre eles.

Os estudos sobre os manuais escolares de história debruçam-se sobre diversos temas. Podemos enunciar seu estado da arte aqui através de duas problemáticas: a da história dos livros didáticos, enquanto artefato cultural; e sobre seu conteúdo em si em relação aos seus aspectos ideológicos, métodos de ensino etc. Vamos nos dedicar a essa produção, que possui um volume significativo nos últimos trinta anos, e mais precisamente na década atual. Ou seja, nosso tema vem ganhando destaque na historiografia nos últimos anos, tanto nos Programas de Pós-Graduação em Educação como em História. Elencamos aqui as que mais contribuíram para nossa problemática, qual seja, a dos projetos de nação em manuais escolares de história na Primeira República.

A primeira que elencamos é a obra *Senhores da História e do Esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*, de Ciro Flávio de Castro Bandeira Melo, publicada em 2008 em livro, utilizada em nosso

³ Por outro lado, em seus estudos linguísticos, dedica importantes estudos sobre as línguas do tronco Banto e suas consequências para a língua portuguesa. Ver Mais: *Língua Nacional*, de 1921 e o *Elemento Negro*, obra póstuma organizada pelo seu filho Joaquim Ribeiro em 1939.

trabalho. Trata-se de uma análise comparativa entre os dois manuais escolares de história que são obras de referência sobre o conhecimento histórico no âmbito didático, em momentos distintos da educação brasileira: *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil*, de João Ribeiro. Em comum, além da produção de um manual escolar de história, os dois autores foram membros do IHGB e professores do Colégio Pedro II, em épocas diferentes.

O trabalho de Melo (2008) é dividido em duas partes. A primeira, “Os agentes”, abarca o lugar de produção das obras, em seus respectivos momentos históricos. Enuncia as influências presentes em cada uma das obras e como elas se remetem à tradição historiográfica produzida pelo IHGB, a partir de sua fundação, em 1838. A segunda parte, “Os livros”, faz um estudo comparativo de como os manuais abordam temas consagrados e emblemáticos da História do Brasil tais como: o Descobrimento, os Índigenas, as Invasões estrangeiras, a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana de 1817, a Chegada da Família Real, a Independência, Escravidão e Abolição. Melo aborda esses temas a partir das continuidades e rupturas, na medida em que defende a hipótese da obra de Macedo ser destinada à educação dos súditos da Coroa, e a obra de Ribeiro comprometida com a educação do cidadão republicano.

Melo compreende a obra *Lições de História* como expressão da centralidade e estabilidade da monarquia, para a formação do súdito. E a *História do Brasil*, por outro lado, significa ruptura dos modelos construídos por Varnhagen e sedimentados no ensino pelo próprio Joaquim Manuel de Macedo, no sentido de formação do cidadão republicano, expressão de um tempo de esperanças políticas a partir da República e da abolição⁴. A perspectiva de Ribeiro lança mão do historicismo alemão e dos estudos antropológicos (sob a égide da biologia e eugenia), conceitos predominantes no Brasil ao final do século XIX, para interpretação do estado social do Brasil.

A obra do Dr. Macedinho, como ele era conhecido, é, em última instância, uma síntese da obra de Varnhagen, preparada para uso didático dos alunos do Colégio Pedro II. A

⁴ O modelo constituído por Varnhagen na obra *História Geral do Brasil*, em termos mais sucintos, pode ser explicado da seguinte forma: a colonização brasileira é fruto da mão civilizada e colonizadora do europeu e branco. Isto implica em definir o branco como portador de todo o conjunto simbólico da civilização ocidental européia. O indígena, apesar dos bons instintos, não é dotado de civilização, mas pode ser potencializado, se for educado conforme a tradição e os bons costumes. O negro, por outro lado, não tem essa capacidade regeneradora em direção a civilização, fadado à submissão as raças superiores. A contribuição destes elementos para o Brasil resulta das relações de superioridade hierárquica entre os brancos, indígenas e negros. (Ver mais em: Varnhagen, 1956 e Schwarcz, 1993).

obra de Ribeiro, por outro lado, busca romper com os paradigmas da obra anterior, que perdurou ao longo do século XIX nesse colégio e em outras escolas secundárias pelo país, pois era uma obra obrigatória nos exames preparatórios para ingresso nos cursos superiores no Brasil.

Outra importante contribuição para os contrapontos da produção didática da história ao longo do século XIX é a tese de doutoramento em História Social *Para formar os brasileiros. O compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*, de Selma Rinaldi Mattos, defendida na Universidade de São Paulo em 2007.

O tema da tese é o compêndio de *História do Brasil*, de Abreu e Lima, publicado em 1843, cuja análise é orientada no sentido de investigar a construção da nacionalidade brasileira em sua recente independência e início do Segundo Reinado. Trata-se do discurso vencido na ocasião do concurso que elegeu a tese de Von Martius para a construção da história brasileira, cujo discurso centra-se na contraposição das teses de Varnhagen. Discordância essa decorrente seja das posições políticas, seja das experiências de vida distintas: de um lado, Abreu e Lima, general de Simon Bolívar nas guerras da independência dos territórios que compõem hoje a Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela; e do outro, o Visconde de Porto Seguro, diplomata e homem de confiança do Imperador Pedro II, cujo sentido da história brasileira é a formação do Estado Imperial.

Contudo, a experiência distinta não fez de Abreu e Lima um republicano; ao contrário, a monarquia era o melhor caminho para a emancipação política do Brasil, tal qual em Joaquim Manuel Macedo e João Ribeiro. Na leitura desses autores, o caminho da monarquia manteve a unidade política do vasto território de mesma origem colonial, das mesmas condições históricas e afeito, como esses autores dizem, às índoles do nosso povo.

A solução política para a independência brasileira é pautada na questão moral, que viabilizaria as possibilidades de regimes políticos na América (MATTOS, 2007, p. 83-85). Para Abreu e Lima, o Brasil colonial não produziu uma cultura solidificada em colégios e universidades capaz de criar um povo culto e instruído, e, por conseguinte, a estabelecer aqui um regime republicano. Ele sustenta que no Brasil não há liberdade civil, pois se trata de uma sociedade dividida em livres e escravos, o que impossibilitaria a formação de uma sociedade civil republicana, pois os direitos políticos seriam limitados, assim não englobaria todos os indivíduos.

Podemos compreender ainda a obra de Abreu e Lima como parte na disputa sobre o que deveria ser memória ou esquecimento na história brasileira. Neste sentido, as comparações que Melo faz entre este manual e o de Macedo elucidam a questão sobre os caminhos percorridos entre o discurso hegemônico e o discurso vencido. Por outro lado, a obra de Abreu e Lima encontraria ressonância no meio escolar, pois o manual de Macedo só seria publicado em 1861, ou seja, 23 anos sem concorrentes nacionais. Contudo, era duramente criticada pelos integrantes do IHGB, já que Abreu e Lima, numa contraposição a Varnhagen, postula que o atraso do brasileiro deve-se a sua colonização portuguesa, uma interpretação muito cara à Varnhagen, pois este enuncia justamente o oposto, fazendo um elogio à colonização portuguesa como portadora de civilização, capaz de ingressar o Brasil entre as nações civilizadas.

O trabalho de Mattos permite ao nosso estudo estabelecer contrapontos à historiografia enunciada por João Ribeiro, não somente em relação a Varnhagen, mas também a Abreu e Lima, cuja obra teve importância entre os debates da produção da memória brasileira. Assim, a tese de Mattos permite-nos acompanhar e problematizar a questão de como a nação é debatida nos primeiros manuais produzidos no Brasil. Desse modo, a autora demonstra-nos a diversidade de pensamentos e interpretações sobre o Brasil no mesmo intervalo de tempo, qual seja, meados do século XIX.

Nesse sentido, Mattos auxilia-nos na delimitação temática de nosso trabalho na demonstração das distintas temporalidades quanto à produção didática de história, pois em nosso objeto observamos as rupturas das ideias constituídas até então, ainda que apresente permanências nessa historiografia, como no caso da função histórica da monarquia de manter a unidade territorial. Tanto o trabalho de Mattos como o de Melo permitem-nos compreender os contrapontos entre os discursos que João Ribeiro faz em relação aos seus precursores do século XIX. A ideia de civilização está para além da mão colonizadora portuguesa. Antes contempla a cultura de africanos e indígenas como dotada de certa dimensão valorativa, ainda que, com isso, lance mão da racialidade, não abarcado em seus precursores do século XIX. São nesses contrapontos que compreendemos como Ribeiro torna-se expressão de uma nova temporalidade, de modo diferente das representações da história brasileira que lhe são anteriores.

A dissertação de mestrado em História Social sob o título *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*, de autoria de Patrícia Santos Hansen defendida na

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e publicada em livro (2000), é outra importante obra a contribuir para nossos estudos. O objeto da dissertação é o ensino de história no momento da consolidação da República, utilizando como objeto o manual escolar *História do Brasil*, de João Ribeiro.

A investigação discorre sobre duas questões centrais: a primeira é compreender os instrumentos utilizados na obra para a formação do cidadão, partindo da premissa de que os livros didáticos de história são considerados veículos eficazes para divulgação de valores, imagens e símbolos; a segunda questão que se coloca refere-se ao modo como a obra de João Ribeiro transpôs seu objetivo inicial, que era apenas o público escolar, tornando-se obra de referência para intelectuais e para a produção do conhecimento histórico no Brasil naquele momento político, marcado pelo distanciamento, isto é, pelo não comprometimento com o regime político e, assim, de autonomização do conhecimento histórico.

Em relação aos significados históricos, Hansen (2000) identifica três conceitos pelos quais João Ribeiro opera o que seria a essência da nacionalidade brasileira: o mameluco, a desmoralização e a pedagogia moral. O mameluco é o resultado da miscigenação entre europeus, africanos e ameríndios, que formulou um caráter distinto, *suis generis*, em relação à metrópole, adquirindo, assim, nos dizeres de Ribeiro, os foros de nacionalidade. Contudo, resultou numa raça que se encontrava em estado de desmoralização, mais afeita aos interesses imediatos, isto é, econômicos, com incapacidade de se autogovernar. Para superar tal estado, a história era utilizada a partir da pedagogia da moral que, pelo aprimoramento cultural e moral feito pelas escolas e seus professores, garantiria o verdadeiro caráter da nacionalidade brasileira a ser constituído, ou seja, essa noção implica numa representação inacabada da nação, a ser (re)constituída e lapidada. Para tanto, incorporava a essa identidade os africanos e os indígenas no intuito de compor a história interna do país, dentro das suas feições e fisionomia, como elucida o título da dissertação. A partir daí, a identidade formula-se pela questão da moral, porque o viés da miscigenação (o Brasil seria uma raça mameluca que se formou ao longo da história) tornou o caráter da nação em estado de desmoralização. Neste cenário, o papel da história e do professor de história era contribuir para a superação desse estado psicossocial da nação.

A partir desses conceitos, a autora vale-se das contribuições de João Ribeiro na interpretação de identidade nacional brasileira e sua relação direta com o ensino de história. E na esteira desse propósito pedagógico a obra atravessa o ensino, servindo de referência para

intelectuais e historiadores e mesmo para os professores que lecionavam o conteúdo de história, pois a obra também se destinava às Escolas Normais de formação de professores.

Do ponto de vista do conhecimento histórico, são utilizados na obra, os conceitos da *kulturgeschichte* alemã que privilegia outros aspectos da história, para além da esfera política; e assim procura responder às questões sobre o que é a nação brasileira, a sua essência, e, portanto, a necessidade de ir além de uma história política.

A tese de doutoramento em história social da mesma autora, sob o título *Brasil um país novo uma literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*, defendida em 2007 na Universidade de São Paulo, tem como tema a literatura infantil de cunho nacionalista. Ainda no sentido de investigar as produções didáticas, neste caso a literatura cívico-pedagógica, a autora aponta o caráter formador do cidadão republicano “civilizado”, com valores éticos consonantes ao estilo burguês e cidadão subordinados aos valores da pátria, o que inclui um caráter regenerador e (re)criador da nacionalidade brasileira. Para a autora, essa literatura foi um veículo de divulgação daqueles valores capaz de executar o projeto civilizador e nacionalista. Tal literatura é tida como expressão de um ideal de infância brasileira, capaz de conformar novos cidadãos e uma sociedade brasileira.

Para desenvolver o trabalho, a autora utilizou como fontes de pesquisa diversos livros representativos da literatura cívico-pedagógica da Primeira República, dos autores Olavo Bilac, Coelho Netto, Rocha Pombo, Afonso Celso, Júlia Lopes de Almeida, Manoel Bonfim, Rodrigo Otávio, Afrânio Peixoto, Tales de Andrade, Joaquim Luís Osório, Augusto Mário Caldeira Brant, Sílvio Romero, Virgílio Cardoso de Oliveira, Arnaldo Guinle, Mário Pollo, além de incluir textos da Revista Tico-Tico. A autora encara esses textos como expressão de um tempo de mudanças políticas, de formação de uma nova sociedade sob novos valores que, em boa medida, questionavam os valores da ordem anterior – monárquica e senhorial. Neste sentido, os textos assumem uma pedagogia moral de conformação de valores, hábitos e regras civilizadas que demonstram como os autores pesquisados por Hansen (2007) percebiam os problemas nacionais a serem superados pela República.

A discussão da pesquisadora inicia-se com a questão: o que era a educação cívica? Não havia um consenso sobre a definição desse ensino. As representações de uma educação moral e cívica são distintas nas suas características, sem contar os seus gêneros literários, como romances, contos, poesias, crônicas, entre outros. Nesse conjunto heterogêneo de

formas literárias, também se encontram diferentes projetos para o Brasil no que concerne a formação de seus cidadãos, seja àquele que tem seus deveres para com a pátria, seja àquele portador da consciência da história do seu povo e seu papel como cidadão.

Hansen delimita temporalmente seu trabalho de 1889 a 1921. As obras compreendem este período e correspondem a uma produção literária voltada para o público infantil com caráter essencialmente nacionalista, o que significa dizer que expressam a mesma temporalidade, porém, isso não significa que fazem parte de um conjunto homogêneo. Há distinções no interior dessa literatura que expressam os diferentes projetos para o país no mesmo período, não podendo ser reduzidas ao ufanismo. Assim, as representações ufanistas não são as únicas, mas uma dentre muitas (HANSEN, 2007, p. 55). Essa perspectiva de multiplicidade de ideias nos é cara na medida em que nos permite inferir diferentes projetos entre os intelectuais e nos auxilia a compreender a arqueologia do debate intelectual na virada do século XX. Contudo, nosso enfoque centra-se nas consequências desses debates na elaboração de uma representação da história do Brasil, que é a de João Ribeiro em 1900.

Tais projetos de nação, que buscam transformação social no corpo da nação por meio de novos hábitos e costumes que incluem o letramento, saúde e higiene - e mesmo o conhecimento da história brasileira e o respeito pela pátria - expressam, na tese da autora, uma nova temporalidade. Esta indica a necessidade de ruptura com a antiga ordem, ao velho Brasil, associada à monarquia e ao senhorialismo. Essa perspectiva apresenta o Brasil como um país novo e uma nação a ser constituída pelo aprimoramento moral e físico de sua população, ou como ela intitula no primeiro capítulo de sua tese: um país novo, “onde quase tudo ainda está por fazer”. A relação que podemos estabelecer entre essa literatura e a *História do Brasil* é que ambas apontam um ideal de nação. Entretanto, a *História do Brasil* não nega o passado colonial e imperial, antes reconhece sua importância histórica, ao passo que a literatura cívico-pedagógica estava engajada em romper com os valores do passado e construir o novo negando a antiga ordem.

Se, por um lado, o ideário constituído por essa literatura não produziu uma nação homogênea e forte, não alcançando inteiramente o que objetivara, por outro lado, não foi insignificante, pois transformou, em alguma medida, valores, hábitos, costumes, sentimentos e atitudes, sobretudo nas camadas médias e altas da sociedade, elaborando um novo código de conduta que conformaria os novos homens para República. Ou seja, essa leitura nos permite compreender os limites de uma produção intelectual no Brasil, onde havia altos índices de

analfabetismo e restrição do circuito letrado, embora o mercado editorial estivesse em grande expansão, ele não extrapolava largamente os limites das grandes áreas urbanas do país.

O livro *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*, resultado da tese de doutoramento de Arlette Gasparello, defendida em 2002 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e publicada pela editora Iglu em 2004 trata do ensino secundário no Brasil, tendo como centro da análise a produção didática de história do Imperial Colégio Pedro II. A obra se desdobra na análise dos livros didáticos utilizados por esta instituição ao longo do século XIX até os anos 1920.

Sua análise expressa a historiografia do ensino de história em três temporalidades distintas quanto a produção: o primeiro é de cunho patriótico, chamado de história patriótica (1831-1861); o segundo é a história imperial (1861-1900); e o terceiro momento é a história republicana (1900-1922). O objeto de nossa dissertação compreende a terceira fase desta historiografia didática, marcada pelas inovações didáticas e com decisivas contribuições de João Ribeiro e Capistrano de Abreu (GASPARELLO, 2004b, p. 3). Podemos ainda mencionar que se trata de um movimento, em relação a autoria, que antes era feito por intelectuais/escritores e passa a ser feito por professores/autores de livros didáticos. O fenômeno teve como motivação a autonomização do campo pedagógico, com formação de “especialistas” em educação (VILELA, 2004, p. 3), de outro modo, de conformação da Educação como ciência investigativa ou de campo de estudo.

Trata-se de um período, conforme Gasparello, em que o Brasil buscava reinventar-se através de seus intelectuais, que elaboravam uma identidade nacional com novos elementos para a nacionalidade brasileira. De maneira geral, a autora coloca que:

A nação dos compêndios é uma nação em processo, que ganha novas cores à medida que as representações sobre a identidade nacional passaram a incorporar novos elementos que anteriormente eram indesejáveis e até mesmo impensáveis para fazer parte do povo (GASPARELLO, 2004a, p. 208).

Essa compreensão nos remete aos mesmos enunciados de Hansen (2000) sobre a incorporação do negro e dos indígenas na formulação da nacionalidade brasileira, reinventando-a sob novas feições e fisionomias. O trabalho de Gasparello (2002) apresenta-nos um quadro mais geral sobre a produção didática do ensino de história, com análise de diferentes autores, inclusive, João Ribeiro. Essas análises não se diferenciam

substancialmente daquelas de Hansen, que aborda *História do Brasil* de modo mais específico. Contudo, a contribuição de Gasparello está em colocar as chaves de leituras para compreensão das obras didáticas do momento histórico que sucede a proclamação da República. Isso se relaciona diretamente com a produção intelectual da época acerca da questão da nacionalidade brasileira, que se desdobra na miscigenação e sua dimensão valorativa, na consolidação de uma unidade territorial, social e cultural do povo brasileiro, e na incorporação dos negros, mestiços e analfabetos ao regime republicano, incorporação essa que se efetiva por meio da instrução e da livre associação.

Sobre a circulação das obras didáticas na capital brasileira, na Primeira República, temos a dissertação de mestrado em História *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)*, de autoria de Alexandra Lima da Silva, defendida em 2008, na Universidade Federal Fluminense. A dissertação tem como tema o mercado editorial de livros didáticos do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e limiar do século XX. Sua análise debruça-se sobre a elaboração dos livros didáticos, articulando seu florescimento com a expansão da rede de ensino na capital e do mercado editorial. Desse modo, compreende as transformações em direção ao desenvolvimento da cultura letrada na capital. Para tanto, enfoca os artífices do processo: livreiros, editores, tipografias, autores e professores.

Para a autora, o crescimento do acesso à educação e à comunicação na cidade é expressão da luta por parte da população pelo seu acesso, bem como parte das lutas por melhores condições de vida, o que permite considerar que a ampliação do acesso não significou uma benesse para o povo, vinda de cima para baixo. Assim, ela apresenta diferentes iniciativas que expressaram a luta e resistência como, por exemplo, as reivindicações dos professores e de outros agentes por melhores condições de trabalho, o acesso a livros, melhor estrutura física e mais escolas. Demonstra ainda a especificidade do Rio como capital federal, com seu menor número de analfabetos, índice que perdurou até os anos de 1930 e significou a triplicação de escolas, quando comparados ao final do século XIX (SILVA, 2008a, p. 22).

A ampliação da rede escolar, e mesmo sua sofisticação com uso de novos materiais destinados ao ensino, criou a demanda pela produção de obras didáticas. Silva apresenta os diferentes caminhos percorridos para publicação dos livros. Se, por um lado, o Estado subsidiava os autores com referências, prestígio social ou que estivessem ligados a uma instituição como o Colégio Pedro II, como é o caso João Ribeiro e Sílvio Romero, por outro,

os anônimos deviam bancar suas publicações, para, quem sabe, conquistar um espaço no mercado editorial (SILVA, 2008a, p. 38).

Articulados tais elementos, a autora expressa a trama de relações que compõem a transformação do escritor em autor de livros didáticos. O movimento implica em negociação e reconhecimento social e/ou intelectual por parte dos meios de comunicação como jornais e revistas, o que dava visibilidade e aceitabilidade ao autor. O lugar institucional, isto é, de onde fala o autor, dava legitimidade ao seu discurso, bem como as referências que tinha, seja como escritor ou professor. Assim, escrever um livro didático possuiu diferentes significados, segundo a autora: poderia ser status e distinção social, para os professores dos centros urbanos; ou apenas instrumento de trabalho, para os professores de freguesias mais afastadas do centro, sendo que os livros não lhes conferiam tais distinções.

Em relação ao mercado editorial, dentre as grandes livrarias, a Garnier tinha uma produção diversificada, diferente da livraria Francisco Alves que era especializada em livros didáticos, ou da livraria Quaresma que focava a editoração de livros populares. De acordo com o mapeamento feito pela autora, o mercado era dominado pelas livrarias Francisco Alves e Garnier, que detinha uma parcela em cerca de 44%. Isto significa que os outros 56% pertenciam às editoras de capital mais modesto. Nessas editoras menores, os escritores de menor visibilidade e prestígio social/intelectual tinham um espaço maior; ao passo que nas maiores editoras, somente ou em sua maioria, os escritores consagrados tinham espaço para publicar seus livros.

Outro ponto destacado pela pesquisadora é a proeminência do mercado editorial no início do século XX por Francisco Alves. A editora chegou a compor 90% do mercado editorial do país, o que implicou na construção de uma extensa e complexa cadeia de relações sociais, que incluíam professores do Colégio Pedro II, como João Ribeiro – amigo de Francisco Alves – donos de colégio, jornalistas dos principais jornais e inspetores da instrução pública. Esse império construiu-se à base da compra das editoras menores, bem como do direito de reimpressão sobre as mesmas. Seu poder chegou inclusive à Europa e aos EUA, com sucursais, onde podia baratear os custos de sua produção e tornar seu produto mais competitivo em relação às outras livrarias.

A outra questão desenvolvida desdobra-se na forma como os livros didáticos nascem e como conquistam respaldo social, para se tornarem cânones com grande aceitação por parte dos donos de colégios e mesmo pela Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, que

autorizava a circulação e compra desses livros para uso nas escolas e colégios. As estratégias eram variadas, desde o uso do próprio livro como lugar de anúncio de outras obras, até resenhas em jornais de grande circulação, que, não raro, eram reproduzidos nos próprios livros como uma espécie de garantia dada por um intelectual prestigiado de um grande jornal.

Por outro lado, as obras deveriam ser adequadas e coerentes aos regulamentos de ensino, o que viabiliza sua comercialização, enxutos tanto para leitura quanto para venda. Nesse caso, salienta-se o papel da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, que controlava os materiais impressos utilizados pelas escolas, negociando com os livreiros, editores, professores e autores dos livros.

Outra questão bastante profícua para nosso trabalho é a distinção das obras quanto aos seus tipos e em relação aos seus usos escolares. Os *compêndios* era uma compilação de obras produzidas anteriormente. Seu público, apesar de restrito, não se limitava apenas aos alunos, mas também a outros leitores, além das escolas e dos colégios. Neste sentido, possuem explicações mais densas, extensas, podendo ser editoradas, por vezes, em dois tomos. Distintamente, as *Lições de História* possuem outro perfil, mais sistematizado e alinhado ao ensino, numa interseção entre o professor e o aluno. Assim, sua composição textual é mais dinâmica e adaptada às lições em sala de aula, acrescida de propostas de atividades.

Há ainda outras categorias como *resumos* e *epítomes*, que também almejam outros públicos além do estudantil, como o leitor comum e/ou autodidata. Ela não usa o termo, mas apresenta segundo nossa leitura, a característica de paradidáticos, que serviam também aos autodidatas. Sua finalidade era auxiliá-los para os exames preparatórios para o ingresso no ensino superior.

A necessidade de atender os autodidatas resulta numa estratégia para ampliar o mercado a outras Províncias fora da corte, onde o acesso ao ensino secundário era mais restrito, e não raro sem equiparação ao Colégio Pedro II. Os livros facilitavam o ensino autodidata, normalmente em ambiente privado e doméstico. Neste ponto, a autora elucida o caso da obra *História do Brasil*, como um caso de livro que também se destinava a (in)formação do professor e, desse modo, também para um autodidata.

Outra contribuição para nosso trabalho é a dissertação em História Social, *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*, de Roberto Candido Silva,

defendida na Universidade de São Paulo, no ano de 2008. O tema é a construção nacional em duas obras de João Ribeiro. Para tanto, o autor utiliza-se do estudo da *História do Brasil* (1900) e *Língua Nacional* (1921), obras, como enunciam seus títulos, de cunho historiográfico e linguístico, respectivamente. Essa análise justifica-se em nosso estudo em função dos temas que abordam e apontam caminhos comuns para a construção, como o autor chama, da brasilidade.

João Ribeiro, como polígrafo, lançou mão de seus estudos históricos para investigar a formação da língua portuguesa no Brasil; e também, pode-se dizer o contrário, seus estudos filológicos são utilizados para explicar historicamente o Brasil. Afinal, sob as mesmas influências, os argumentos raciais e geográficos, Ribeiro coloca em seu estudo filológico que a língua é a expressão da nacionalidade brasileira, de sua raça. No entanto, o Português enriquecido com a experiência histórica da América não é inferiorizado frente a sua língua matriz, ou aos outros idiomas, ao contrário do que ele faz com sua interpretação histórica sobre a formação social brasileira.

O português construído no Brasil, ao longo dos quatro séculos, distingue-se de Portugal pelo enriquecimento lexicográfico das línguas africanas, proeminentemente o banto, e o Tupi ou a Língua Geral. Esse enriquecimento criou uma evolução distinta e autônoma da antiga metrópole. O processo histórico justifica a autonomia de nossa gramática, de nossas expressões regionais, e isso acarreta que simplesmente copiar as normas da língua de Portugal, por purismo linguístico, carece de sentido social nos seus usos no Brasil. Tal distinção tem um significado, pois trata de dizer que a nossa língua é a portuguesa, mas enriquecida com a experiência histórica na América, de seus livres movimentos. É neste aspecto que Roberto Silva (2008b) coloca a sua hipótese de brasilidade em João Ribeiro, na independência, a especificidade da língua, como afirmação da cultura nacional. Em síntese, o trabalho de Roberto Silva demonstra o esforço de Ribeiro, como letrado, em interpretar o Brasil em sua especificidade histórica e linguística, construída pelo caráter mestiço de sua nação.

Em *Páginas Estéticas*, de 1905, Ribeiro apresenta reflexões puristas em relação à preservação da língua, quanto ao seu mau uso no Brasil. Em 1921, às vésperas do centenário da Independência, em 1922, seu discurso é antagônico, na defesa da autonomia de nossa língua, em relação aos reclames de Portugal, e tal polêmica merece melhores explicações. Primeiramente, na ocasião da publicação dessa obra, havia duas distintas correntes sobre os

estudos da língua no Brasil: a primeira é a purista, na qual as ideias são de homogeneização da língua portuguesa nos países onde era falada, respeitando os caminhos tomados em Portugal; já a segunda é a dialetista, no qual Ribeiro está inserido, cujo pensamento é justamente a contraposição aos primeiros, defendendo a evolução própria da língua no Brasil, que expressaria as condições históricas sob as quais o Brasil transformar-se-ia ao longo do tempo.

Essas explicações dos movimentos das ideias de Ribeiro são importantes para nosso trabalho, pois conferem precisão temporal do nosso enfoque, que é o João Ribeiro de 1900 e sua *História do Brasil*, e não o intelectual e sua vasta produção ao longo da vida, majoritariamente, como jornalista. Cabe ressaltar que nosso trabalho busca em outras fontes bibliográficas de João Ribeiro chaves de leituras acerca da questão do território e da raça que se constituíram na história brasileira.

As orientações teóricas dos estudos linguísticos em *Língua Nacional* compreendem os aspectos da *kulturgeschichte*, a exemplo de *História do Brasil*. Isto significa compreender as relações que o mundo da cultura articula na formação de uma língua, em dada circunstância social. Nessa análise, o que se sobressai são as especificidades que marcaram o desenvolvimento da sociedade brasileira, seus regionalismos linguísticos, entre outros fatores. Assim, são valorizadas questões como o folclore e a etnografia, o que configura inserir a questão racial na conformação da língua. No mesmo sentido, os estudos da psicologia dos povos incorporam tal trabalho. O estudo da língua sob essa análise significa compreender as expressões da língua, como, por exemplo, “me diga” em vez de “diga-me”, não como um erro gramatical, mas como a expressão de nossa realidade social. Em vez de se operar uma oração imperativa, como na língua culta, a especificidade brasileira significa um pedido, uma doçura, um abrandamento das relações sociais. Em síntese, expressam a maneira como uma sociedade interage entre si e com o mundo.

As análises acima contribuem para nos debruçarmos sobre a questão da língua como componente crucial, em João Ribeiro, na construção da nacionalidade brasileira. Contudo, nosso trabalho distingue-se do de Roberto Silva nos seguintes aspectos: Roberto Silva trabalha com os deslocamentos das ideias de João Ribeiro sobre a língua, ao longo de sua trajetória intelectual, diferentemente de nosso trabalho, que se limita às ideias que compõem a *História do Brasil*. Pretendemos em nossa análise buscar nos significados históricos de a *História do Brasil* questões em torno da raça e do território e suas consequências para o

enfrentamento da superação do estado social da nação e a sua incorporação à participação política na República. Dito de outro modo, qual horizonte de expectativa⁵ para a conformação da nacionalidade brasileira? A resposta desdobra-se em questões de raça, de construção da nação, da sua ligação com a construção do Estado republicano, e seus contrapontos e semelhanças com os intelectuais contemporâneos como Silvio Romero e Capistrano de Abreu, analisados e comparados com João Ribeiro.

Todas essas obras contribuem para a delimitação temática de nosso trabalho, que busca situar João Ribeiro nas ideias prevalecentes no ensino de história na Primeira República. Entendemos o nosso objeto como um marco na produção historiográfica no âmbito escolar, na medida em que a obra sedimentou as inovações da historiografia brasileira, sobretudo em suas referências a Capistrano de Abreu (HANSEN, 2000; MELO, 2008; GASPARELLO, 2004). Por outro lado, encontramos permanências na obra em relação à tradição que ele tenta contrapor-se, afinal, Ribeiro enuncia sua pesquisa como “nova síntese”, como posto no prefácio de sua obra. Isto implica em dizer que é uma nova linha interpretativa e não um trabalho documental de análise de fontes, como o trabalho de Capistrano. Entendemos a *História do Brasil* como obra que sintetiza a produção historiográfica de sua época, rompendo com os paradigmas da linha interpretativa de Varnhagen. Isso significou novos problemas e questões a serem respondidas pela historiografia de sua época – ou melhor, nem tão novas, como a questão da nacionalidade ao início do século XX.

Outro trabalho que nos traz importantes contribuições, sobretudo nos aspectos pedagógicos de João Ribeiro, é a tese de doutoramento em educação, *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição Pedagógica: a História e os Estudos Sociais*, de Beatriz Boclin Marques dos Santos (2009), defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2009.

O cerne do trabalho da autora é a questão da substituição das disciplinas de história e geografia no ensino ginásial e secundário, tendo como centro de análise o Colégio Pedro II. A investigação trata das causas da não adoção pelo colégio, com referência à tradição acadêmica

⁵ Em termos sucintos, trata-se do futuro presente e possível, a partir da experiência histórica, isto é, previsto como possibilidade de expectativa. Ver mais: Koselleck (2006). O conceito é melhor explorado no capítulo 3.

e pedagógica do Colégio ao longo de 140 anos, de peso humanista, como contraponto ao currículo integrado, interdisciplinar estabelecido pela lei 5.692/71⁶.

Para demonstrar tal tese, que defende que o peso da tradição da instituição era em grande medida determinante para a independência da mesma sobre a lei que regulamentava o ensino em todo o país, Beatriz Santos resgata o que é a tradição acadêmica e pedagógica na instituição na área de ensino de história, e assim investiga diferentes momentos históricos da instituição desde sua fundação em 1839 até as mudanças promovidas pela LDB de 1971. Desse modo, seu trabalho dirige-se a analisar a história da disciplina de história dentro do Colégio Pedro II desde a sua fundação.

Em seu trabalho, o que nos interessa é justamente o resgate elaborado pela autora sobre os professores de história da instituição, sua relevância no meio intelectual, suas produções didáticas, que em muitos casos extrapolavam os limites do Colégio Pedro II, sendo utilizadas por diversas instituições de ensino pelo país. A história da disciplina está intimamente ligada com a questão da nacionalidade, que por sua vez foi o mote para a sua institucionalização e, assim, ponto central para os Estados-nação modernos. O Brasil não está indiferente a esse movimento histórico, a questão da nacionalidade também estava patente. Podemos inferir dois focos para esta questão no Brasil: o IHGB e o Colégio Pedro II, duas instituições importantes para a compreensão da institucionalização da História no Brasil. A primeira em referência à articulação da história nacional, e a segunda em instruir e educar as elites que viriam desempenhar importantes funções do Estado Imperial e na República, o que lhe confere sentido social para as ações do Estado.

Assim, a história tem o sentido de forjar, (re)criar a identidade da nacionalidade brasileira, aquilo que a constituiu historicamente, consolidar o Estado Nacional interno e externamente. Para tanto, era necessário conhecer e pesquisar sua história, como fazia o IHGB, e ensinar como fazia o Colégio Pedro II.

A autora discorre como João Ribeiro tornou-se professor de História do Brasil, após a recusa de Capistrano de Abreu, descontente com a exclusão da disciplina de História Universal do currículo, que passou a se chamar História do Brasil, composta pelos conteúdos de História européia, do Brasil e da América.

⁶ Entre outras transformações do ensino a partir da Lei de nº lei 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, estabelece-se o ensino de Primeiro Grau, compreendido pelo Ensino Primário até a 4º série e pelo Ginásio de 5º a 8º Série, e o Ensino Secundário de três anos, com a opção do ensino técnico profissionalizante.

Pontua ainda a participação de João Ribeiro e Escragnolle Dória na composição do programa de ensino de história de 1912, que passaria a contar com a inclusão das histórias contemporâneas de África, Oceania e Ásia. A autora compreende essa mudança a partir do interesse republicano em aproximar a história brasileira da história das repúblicas hispano-americanas, bem como das novas influências teóricas que João Ribeiro trazia consigo sobre a compreensão e ensino da história do Brasil, qual seja, mais social e cultural do que política e administrativa. Seus livros didáticos, segundo ainda a autora, foram utilizados na instituição de 1901 a 1926, abarcando praticamente o seu período como professor do colégio.

Sobre a geração de nosso polígrafo, a autora aponta que:

Os catedráticos João Ribeiro, Jonathas Serrano e Mello e Sousa exerceram enorme influência no ensino de História durante as primeiras décadas do século XX, sendo responsáveis por iniciativas no sentido de definir alternativas para a didatização do ensino de História. Pela primeira vez observa-se a preocupação com a aprendizagem do aluno, pois pode-se identificar nos livros didáticos da época a preocupação com o método de aprendizagem, como o recurso aos quadros sinóticos (destacando os aspectos mais significativos do texto), à cronologia, aos mapas e ilustrações (organizando os fatos históricos no tempo e no espaço), ao fechamento dos capítulos. A bibliografia e o incentivo à pesquisa são elementos inseridos no ensino de história no período. No livro didático os fatos históricos são sempre apresentados no tempo (a data), no espaço (o lugar onde ocorreu), quem fez ou esteve envolvido, e por quê – ou seja, a causa (causalidade) de modo a fugir da memorização sem a devida reflexão e análise. O quadro sinótico destaca os assuntos mais significativos do texto e estabelece os comandos (quem, quando, o quê, onde e por quê). (SANTOS, 2009, p. 138).

Para a autora, a obra de João Ribeiro inaugura um novo momento sobre o ensino e a aprendizagem de história, no qual há preocupação com a forma adequada do aluno estudar e aprender o conteúdo; para tanto, as sinopses cronológicas são ferramentas para o aluno situar-se no tempo dos acontecimentos. Em sua leitura, João Ribeiro e Jonathas Serrano inauguram a ideia de que o aluno esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem que deve estar comprometido com o estímulo ao senso crítico, e não apenas colocá-lo como tábula rasa para apreensão de uma educação cívica, republicana e patriótica, cujo ensino está nas razões de Estado.

O trabalho de Beatriz Santos apresenta pistas sobre o papel de João Ribeiro como professor, educador, intelectual preocupado com a questão da educação, bem como sua atuação dentro do Colégio Pedro II na formulação de programas de ensino, o que também é

percebido em artigos de jornais publicados ao longo de sua vida⁷. Sobre a questão das preocupações pedagógicas na produção do livro didático, importa-nos na medida em que ajudam a compreender o formato da obra, enquanto livro, o que nos dá outras leituras a partir da proposta pedagógica sobre a questão da nacionalidade, fulcro de nosso trabalho. Afinal, é por essa pedagogia que nosso autor projeta a nação brasileira a ser aprendida pelos alunos.

Uma última referência relevante para nosso estudo é o artigo “O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma ética da atualidade”, de Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo, presente em *A escrita da história escolar: memória e historiografia*, organizado por Helenice Rocha, Marcelo Magalhães e Rebeca Gontijo, de 2009.

O artigo versa sobre a questão do presente em diferentes edições da obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, isto é, sobre a questão da proximidade do presente de João Ribeiro com os eventos ocorridos na fase final do Império e início da República. Ou seja, como nosso autor estabelece relações do presente com o passado recente e a partir de quais paradigmas?

A primeira nota importante é sobre o texto introdutório de *História do Brasil*, “Do auctor”, que aparece pela primeira vez na edição de 1908, no momento em que a obra está consagrada pela crítica, no qual João Ribeiro enuncia ter escrito a História do Brasil segundo uma “nova síntese”, conforme seus dizeres.

Outro argumento explorado pelos autores é a da pretensa imparcialidade dos fatos. Tal perspectiva elucida o fato de Ribeiro não ter feito nenhuma referência às questões da república, além da Proclamação, em função do tema estar preso às paixões e disputas do presente. Tal postura não se revela em sua faceta de jornalista, sob a qual ele coloca seu posicionamento sobre os fatos e as questões do país no início da República; quer dizer, ele divide claramente seus compromissos como jornalista e como historiador, levando em conta as especificidades de cada campo de atuação.

A partir de sua ética do presente, a representação da República elaborada por João Ribeiro é compreendida como resultado da queda ou da substituição da base social e política que mantinha a Monarquia, que tem suas primeiras fissuras a partir de 1870, com o movimento republicano, ou ainda do desenvolvimento das ideias democráticas deste mesmo movimento, que significariam a evolução social e política do Estado e da Nação brasileira. O interessante na interpretação de Gontijo e Magalhães é que o presente faz-se ao recontar o

⁷ Ver Mais: RIBEIRO. *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.V (filólogos) e *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.VI (historiadores), ambas de 1961.

passado, cujo enredo histórico está vinculado às raízes dos pensamentos autonomistas e republicanos que teriam, ao longo da história brasileira, seus primeiros vestígios, ainda que imaturos para uma revolução e completa transformação do Estado social, tanto no período colonial, como no período Imperial.

O que nos importa em seu artigo são os trabalhos sobre as edições do livro *História do Brasil* que nos ajudam a entender as mudanças entre elas ao longo do tempo - que, em geral, são adaptações aos programas de ensino vigentes - bem como perceber a transformação da obra em cânone na historiografia brasileira. A ética da atualidade é criada por João Ribeiro para justificar a ausência da história do presente, sob a argumentação que o não distanciamento sobre o passado retirariam do historiador a objetividade da investigação dos fatos. Assim, na leitura dos autores, o caminho elaborado por João Ribeiro foi projetar no passado as questões do presente, quais sejam, as origens da República entendida como regime definitivo, fruto da evolução política e social do Brasil. É o próprio João Ribeiro quem nos diz que “o presente modela e esculpe o passado, levanta os túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades ou a filosofia a hipótese do mundo antigo” (RIBEIRO, 1915, p. 617). Ou seja, a partir do uso do passado, eivado por aspectos teleológicos, Gontijo e Magalhães, a exemplo de Gasparello (2004), Melo (2008), Hansen (2000), compreendem que a *História do Brasil* tem no seu eixo a formação da história republicana no Brasil.

A partir das temáticas das dissertações e teses aqui apresentadas, podemos enunciar a preocupação com o caráter formador da nacionalidade brasileira presente na obra *História do Brasil*, voltada a integrar a nação como um todo, sem distinções entre seus membros, na qual as tensões e os conflitos ao longo da sua história são sobrepujados pelo sentimento de unidade e pertencimento a mesma nação. Compreendemos, neste sentido, o significado da obra como um projeto de modernidade para a sociedade brasileira a ser construída ao longo do século XX, ou mesmo além. Uma modernidade capaz de incorporar todos os elementos sociais e raciais na configuração da nacionalidade brasileira. Evidente que uma obra didática não insere questões em torno do acesso à educação, entretanto, expressa em boa medida aquilo que deveria ser a educação de amplo acesso para conformar os homens que modernizariam o país e dar ao Brasil um novo papel político e econômico no mundo. É preciso dizer que João Ribeiro utiliza-se de um critério de racialidade para distinguir o povo brasileiro ao lado da dimensão moral no processo de construção da nacionalidade.

Compreendemos o caráter conformador da nacionalidade brasileira como uma busca de resposta aos problemas de representatividade política herdados do Império, agravados pela

reforma eleitoral de 1881. Isto significa dar uma resposta à questão da incorporação do povo à participação política no regime, o que era uma das bandeiras da geração fundadora da República. Trata-se de apontar caminhos para superar o suposto da insuficiência cívica presente naquela geração ao final do século XIX, conforme identificado por Marlos Rocha (2004). Leitura semelhante encontra-se no conceito de desmoralização de Hansen (2000), no qual a racialidade, em grande medida e embora não exclusivo, determina o estado moral e social da nação brasileira, que o tornaria inapto a vida republicana.

Entendemos que os dois conceitos mencionados apontam para a mesma ideia sobre a representação que as elites (intelectuais, políticas e econômicas, de maneira distinta) fazem do povo, não reconhecendo, desse modo, o seu valor cultural. Assim, ao usar os parâmetros da civilização européia, compreendem o estado social e moral do povo como imerso na incúria, no obscurantismo. Contudo, não significa que os conceitos de desmoralização e insuficiência cívica sejam a mesma coisa. A questão da insuficiência cívica perpassa os debates e as práticas políticas do Segundo Reinado e da Primeira República e não implica necessariamente no argumento racial para explicar o estado de desmoralização social e moral do povo, como interpretamos a *História do Brasil*.

Ao nosso parecer, se havia, por um lado, as elites intelectuais e mesmo políticas que representavam a sociedade brasileira como degenerada, eivada por vícios, autoritarismo e outros empecilhos ao *self-government*, isto é, a vida republicana e democrática; havia também o propósito transformador, ou melhor, regenerador sobre a nação em relação ao seu estado decaído. Compreendemos tal caráter regenerador como horizonte de expectativa de nação a ser construída, baseado na transformação dos hábitos higiênico-sanitários, de um novo momento de caldeamento racial com os imigrantes e também pela instrução pública, que criaria um tipo novo de brasileiro, superior racialmente, dotado de luzes e adaptado a vida moderna e urbana.

Pelos trabalhos de Hansen (2000 e 2007), percebemos que, pelo menos entre os intelectuais, as diversas disciplinas escolares, ligadas ao campo das humanidades, permeiam a construção de projetos de nação. Se na dissertação o objeto foi um manual, primeiramente destinado ao ensino secundário para as aulas de história dos meninos e meninas com mais de dez anos de idade, a tese abarca a educação primária, os projetos de nação ali constituídos nas publicações. O que nos remete à assertiva sobre a função do campo das humanidades em conformar a unidade social de uma nação. Chamo campo de humanidades as disciplinas de

Instrução Moral e Cívica, História, Português e sua Literatura, Geografia, Sociologia, que possuem aquela finalidade. A assertiva nos demonstra as distinções feitas por Laville (1999) sobre as diferentes temporalidades expressas, antes e depois da Segunda Guerra Mundial⁸.

A dissertação de Silva (2008a) coloca-nos a dimensão do novo momento pelo qual passava a produção bibliográfica no Brasil. Ela nos permite situar a ressonância da obra como paradigma de história do Brasil, em âmbito didático na primeira metade do século XX. Ao lado dos argumentos que respondiam as questões do seu presente, Ribeiro teve oportunidade de difundir sua obra em âmbito nacional, além do fato que contava com uma estrutura editorial para tanto, aliada às cadeias das relações no meio intelectual desse período.

É a partir dessas considerações que destrinchamos o projeto de nação na obra de João Ribeiro, admitindo-o como expressão de um intelectual do pensamento educacional que, pelo papel conferido à história, daria um sentido para seu ensino, o que está além do cumprimento de exigências institucionais de programas de ensino e de conteúdos programáticos de exames de ingresso em universidades.

1.2 – Questões e problemas: a nação construída entre contrapontos e dilemas entre o Império e a República

A historiografia sobre os manuais escolares de história trata seu objeto como veículo privilegiado de transmissão de valores, como um instrumento de formação da identidade nacional. Trata-se de um objeto multifacetado, sob sua multiplicidade de uso em cada lugar e em cada tempo. Alain Chopin (2004, p. 552) define os livros escolares como uns dos objetos mais dinâmicos a serem estudados, em função das suas relações com o mundo da cultura e das cadeias de poder neles refletidas.

Segundo o autor acima (2004, p. 552), o manual escolar é um objeto com quatro funções primordiais, segundo o ambiente sócio-cultural e a sua época. A função referencial, dotada de um suporte privilegiado como os sistemas de ensino, que são expressões de programas de ensino sob as diretrizes que um grupo social acredita serem úteis às próximas gerações. A função instrumental transpõe o conhecimento histórico aos métodos de ensino e

⁸ Qual seja, a de conceber o ensino de humanidades voltado para a conformação moral e intelectual dentro do espírito da pátria a ser venerada e defendida. O movimento seguinte, após a Segunda Guerra Mundial, é um contraponto, na medida em que extrapola as razões de Estado, tendo o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem. Ver mais na pág. 17-18.

aprendizagem, que visam estimular competências e habilidades sobre o conhecimento construído. A função ideológica e cultural, por sua vez, é o instrumento de unidade social a serviço dos estados nacionais, a partir do século XIX. Como diz o autor,

(...) com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político (CHOPIN, 2004, p. 553).

E, por fim, temos a função documental, que se refere à metodologia de ensino, do uso de documentos históricos e da própria realidade para apreensão do conteúdo lecionado. Tal uso de documentos possui a função de despertar a autonomia do sujeito frente ao conhecimento não sendo uma prática mundial, mas de poucos lugares.

Diante dessas funções elencadas do livro didático, é necessário para nós assinalar nosso posicionamento sobre a função ideológica. Do modo como foi descrita, parece-nos que ela reduz o campo de análise das ideias a segmentos sociais, como se cada classe ou camada da sociedade fosse um conjunto homogêneo de pensamento. Discordamos deste aspecto, pois essa leitura não engendra as tensões e conflitos, as diferenças de pensamentos entre os sujeitos, e suas diferentes visões de mundo mesmo entre a mesma camada da sociedade. Neste sentido, entendemos que as ideias em seus usos e significados, no campo da cultura, estão numa relação que transcendem as superfícies das classes sociais.

A obra *História do Brasil* foi publicada em 1900, na ocasião do quarto centenário do Descobrimento do Brasil. Ela constava inicialmente em um volume, mas, em função das críticas e sugestões de professores e especialistas da área, posteriormente, foi revisada e ampliada em duas edições, uma para o ensino primário e outra para o ensino secundário – esta última analisada em nosso trabalho. Desse modo, inserimos a obra como importante elemento que sedimenta a unidade social; contudo, privilegia o espírito crítico e incorpora aspectos da sociologia aos estudos históricos, e é nesse sentido que se trata de inovação na historiografia brasileira.

João Ribeiro apresenta inovações sobre a interpretação da história do Brasil, como alguns elementos da *kulturgeschichte* alemã ou cultur-história, como ele próprio traduziu o termo; isto significa interpretar o processo histórico pelos aspectos sociais e/ou culturais, sem privilégio de uma perspectiva política. Isto é a expressão de uma matriz germânica de

pensamento filosófico, de base materialista, que possui outros adeptos na intelectualidade brasileira, como Tobias Barreto e Sílvio Romero. Neste sentido, é uma ruptura com os papéis teleológicos expostos na obra de Joaquim Manuel Macedo, que sempre coloca a Providência como uma das causas gerais que movem as ações na História do Brasil. Contudo, nossa análise aponta em verdade para uma incorporação desses novos elementos à história política do país, ou seja, mesmo a novidade da cultur-história tem seus limites e não rompe como um todo com a tradicional história política.

É no mote dessa cultur-história que percebemos o método de ampliação para a ideia de nacionalidade brasileira, pois concebe certa dimensão valorativa sobre culturas antes negligenciadas ou não desejadas nos livros de histórias do Brasil. A cultur-história, assim, responde às questões do presente de João Ribeiro, de demonstrar a integração histórica do Brasil a partir de seus cinco focos de irradiação populacional, com sua população mestiça, indígena e africana, cuja evolução social e cultural levaria à nação a se constituir como República. Mas que também daria um novo passo no horizonte da civilização, conformada num território historicamente constituído em uma nação mais homogênea e branqueada, que seria mais forte, culta e educada e que colocaria o Brasil entre as grandes potências do Ocidente.

Estudar a questão dos projetos de nação relacionados diretamente à educação e aos seus projetos pedagógicos permite-nos entender como nossos valores e hábitos são culturalmente construídos, imaginados e edificados socialmente. Nossa análise remete ao modo como a educação era vislumbrada como um dos meios para o enfrentamento dos problemas nacionais. Neste contexto, os manuais propunham-se, como Arlette Gasparello intitula seu livro, a serem “construtores de identidade”. Ou seja, quando expressam o sentido de se construir uma nação, é importante investigar como o projeto(s) de nação expresso(s) na *História do Brasil* responde(m) as questões do seu tempo, tais como a difusão das letras, a superação da insuficiência cívica para o exercício da cidadania e a incorporação do povo à participação política na República⁹.

Entretanto, discordamos da linha interpretativa que enuncia a República como inauguradora do nacionalismo brasileiro. A propósito, concebemos, como Lúcia Oliveira, que

⁹ Esta problemática é desenvolvida por Rocha (2004) para investigar os diferentes pontos e contrapontos entre a geração dos críticos republicanos. Isto é, em diferentes gerações que marcam temporalidades distintas, de que forma autores, como Alberto Torres, por exemplo, respondem a esse desafio legado à República. Tais problemas são previstos pela geração fundadora da República, mas abandonados com o modelo político inaugurado por Campos Sales.

esta questão apenas desperta com maior intensidade ao final do século XIX no Brasil, em função das transformações políticas do país (OLIVEIRA, 1990, p. 77). Entendemos que os intelectuais, ao longo do século XIX, também tinham tal propósito, aliás, dado o legado do espírito romântico que permeou a produção humanística nesse período. Desse modo, entendemos que se trata de um novo momento, com novas tarefas a serem encaradas pelos intelectuais, tais como, por exemplo, incorporar os ex-escravos e tê-los como constituintes da cultura brasileira, e não mais um resultado de relações hierárquicas das raças superiores (branca) e inferiores, tal como Varnhagen sedimentava paradigmaticamente. Isto significa ampliar o termo civilização, incorporando os diferentes processos históricos da África negra e da América como também portadores de civilização.

Assim, cabe-nos uma reflexão sobre a ideia de nação. Hobsbawm (2004) faz um estudo sobre o desenvolvimento do nacionalismo do final do século XVIII até a segunda metade do século XX, situando-o mais historicamente como fenômeno diferenciado entre os países. A rigor, não existe uma definição para o conceito de nação, mas ele trabalha inicialmente com a ideia de “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande, cujos membros consideram-se como membros de uma nação” (HOBBSAWM, 2004, p 18). Ele aborda o conceito pelo viés do nacionalismo e como este se desenvolveu ao longo dos últimos dois séculos. Nesta perspectiva, podemos dizer que a nação é continuamente construída, e não uma realidade dada. Desse modo, é circunscrita espaço-temporalmente, o que significa uma novidade característica do período da história moderna do Ocidente.

Assim, é possível verificar em a *História do Brasil* uma orientação pedagógica com um propósito conformador de nação através do ensino de história, expressão desse fenômeno histórico dos dois últimos séculos. João Ribeiro mesmo define:

O Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catechisaram longínquas tribus, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. (RIBEIRO, 1935, p. 17)

Considerando essa descrição de Ribeiro daqueles que constituem o Brasil enquanto nação, pode-se considerar que a nacionalidade é construída ao longo da colonização portuguesa, o que implica em dizer culturalmente construído e datado, e não como uma realidade dada e destinada a ser o Brasil. Outro aspecto importante a se colocar para elucidar a afirmação acima se encontra no capítulo “Espírito da autonomia”, no qual a ideia que

engendra a narrativa é a do fato dos foros da nacionalidade não estarem completos, pois não havia o real amadurecimento político e social na colônia para o desprendimento da metrópole.

O estudo de Melo (2008), por outro lado, permite situar o *locus* de produção da obra de Ribeiro nas tradições que ele próprio busca romper. Ele demonstra quais as rupturas que a *História do Brasil* traz ao conteúdo da história ensinada à juventude brasileira ao longo da primeira metade do século XX. Outro ponto é a amplitude das obras produzidas por professores no Colégio Pedro II em sua divulgação pelo território nacional. O que é assinalado pelos trabalhos de Gasparello (2004) e Santos (2009).

O trabalho de exegese realizado pela dissertação de Hansen (2000) permite-nos situar conceitualmente as diretrizes que operam na *História do Brasil*, sem contudo as esgotar. Nosso trabalho diferencia-se deste ao propor a seguinte investigação: em que medida sua ruptura não opera um novo projeto de nação e/ou de modernidade na instrução das gerações seguintes? Neste sentido, é preciso pontuar os conceitos elaborados por Ribeiro dentro das discussões dos intelectuais de sua época. Apontamos ainda dois conceitos, que operam a obra, pouco explorado pela autora, qual seja, a questão da raça e do território. E como o livro expressa o debate intelectual sobre a nacionalidade brasileira nesse período.

Em Hansen (2000), *História do Brasil* é interpretada a partir de três conceitos que permeiam a obra: Desmoralização, Mameluco e a Pedagogia Moral. Entre tais conceitos, cabem-nos algumas reflexões. Uma delas seria pensar em que grau a desmoralização não é uma representação da ideia de insuficiência cívica para caracterizar a nação, muito presente nos debates políticos na transição entre o Império e a República. Em nossa leitura, ainda que distintamente, a representação da nação desmoralizada é uma forma de expressar a insuficiência cívica do povo. E a partir dessa insuficiência, a Pedagogia da Moral teria a função de superar, intelectual e moralmente, as mazelas da raça mestiça mameluca – o que para João Ribeiro, por ser mestiça, é mais frágil em relação às outras raças e nações. Assim, a raça mameluca, mais instruída, estaria preparada intelectual e moralmente para o regime republicano.

A tese da mesma autora (2007) permite dimensionar a produção historiográfica didática nas preocupações sobre a formação das novas gerações, que incluía a literatura cívico-pedagógica e a história no mesmo plano. A nossa diferença em relação a sua tese é que seu trabalho sugere-nos um estudo sobre a relação do sujeito com a história, com o inédito e distinto de seu passado, de um país onde tudo está para se fazer. Essa leitura remete-nos aos

apontamentos de Koselleck (2006) acerca do horizonte de futuralidade. Isto significa dizer que, entre certos intelectuais, buscava-se uma ruptura com o passado, mas não uma negação. Isto implica em problematizar o que nessa ruptura apresenta-se de novo em direção ao futuro.

O conceito chave para essa ruptura está no historicismo alemão. Koselleck assinala que a dimensão da temporalidade na modernidade altera o sentido de apreensão do que são as estruturas. O historicismo lança mão da ideia de ineditismo do presente, na singularidade histórica, isto é, não aceita a repetição ou mesmo o teleologismo na história, o que implica em não aceitar os exemplos do passado. Isto significa o desmoronamento do conceito de história *magistrae vitae*, na construção do nosso moderno conceito de história, na análise de eventos, estruturas e suas singularidades temporais. Contudo, não abandona a experiência passada como meio de agir no presente, e tal relação ocorre pelo diagnóstico e prognóstico. É possível apontar caminhos para o futuro, mas não profetizá-lo, ou nas palavras do pesquisador, “a história demarca os limites para um futuro possível e distinto, sem que com isso possa renunciar às condições estruturais associadas a uma possível repetição de eventos” (KOSELLECK, 2006, p. 142), o que significa entender o passado em suas estruturas dinâmicas que se desenvolvem na sociedade.

A reflexão de Koselleck permite-nos inquirir em nossa fonte: em que medida o historicismo alemão, presente na *História do Brasil*, expressa uma relação com o novo, o inédito, em relação ao seu presente? Ou, de outra forma, como ele desmorona a ideia de história mestra da vida, e como essa leitura distinta sobre o passado permitiria uma releitura das ações no presente, de modo a romper com as práticas sociais tradicionais? Assim, lançamos mão na investigação sobre a questão da raça e do território para a conformação histórica do Brasil, com olhos para o futuro, no qual a nação brasileira estaria efetivamente conformada, como aponta João Ribeiro.

O trabalho de Silva (2008a), por outro lado, situa a produção das obras didáticas no mercado editorial, sendo esta atividade o principal nicho de ação das editoras, como a Francisco Alves, que era especializada no ramo, o que lhe permitiu subsidiar empreitadas em outros segmentos editoriais, com a promoção de novos autores de literatura.

Situar nosso autor no mercado editorial é importante na medida em que explica o seu acesso a esse meio, restrito ao circuito letrado da capital republicana. O fato de ser vinculado a uma instituição de prestígio como o Ginásio Nacional permitiu-lhe enveredar em novas oportunidades profissionais que lhe conferiram prestígio social e autoridade no discurso que

produzia. Não queremos, contudo, dizer que sua aceitabilidade devia-se ao respaldo institucional que tinha, pois isso seria reduzir sua realidade histórica e, ainda, desconsiderar o mérito de seus argumentos e suas contribuições que lhe tornaram um cânone nos primeiros decênios do século XX. Por outro lado, são as cadeias de relações sociais, ao qual ele era envolvido, que lhe permitiram demonstrar o mérito de suas argumentações.

Por outro lado, o trabalho de Alexandra Silva (2008a), ao discorrer sobre o mercado editorial e o poder da Livraria Francisco Alves dentro deste mercado, permite-nos dar uma dimensão de difusão da obra não só na capital, mas no país como um todo, até porque esta livraria chegou a deter 90% da atividade editorial no país (SODRÉ apud SILVA, 2008, p. 49). Também o caráter modelar do Ginásio Nacional frente aos ginásios estaduais tem um importante papel para a divulgação da obra de João Ribeiro, pois estes ginásios estaduais deveriam seguir os programas de ensino, bem como o material didático utilizado pelo colégio da capital federal. Podemos acrescentar mais um argumento: a ampla difusão da obra nos meios escolares e intelectuais permitiu que mais sujeitos tivessem acesso a ela e se apropriassem do conhecimento ali construído, servindo de referência para os intelectuais que lhe são coetâneos e o sucederam.

Podemos, portanto, situar a produção da obra de João Ribeiro num segundo momento do mercado editorial brasileiro, marcado pela vulgarização e massificação do livro, enquanto artefato cultural, a todos os gostos, preços e interesses. Se, num primeiro momento, a produção era destinada ao ensino secundário, o Colégio Pedro II e liceus estaduais, o momento que se segue é de ampliação em direção ao ensino primário, das “redes privadas” de ensino, o que alargou o mercado seja pelas demandas sociais e culturais da população, seja pelas necessidades que se impunham ao Brasil no novo momento histórico.

Assim, o Estado da Arte sobre os manuais escolares permite-nos compreender nosso objeto engendrado em relações sociais de poder, de conformação, de caráter moral, bem como de unidade social com horizontes à identidade da nação brasileira, como questão patente, ainda que por caminhos diferentes que permeiam a história do Brasil independente, de outro modo, a significação histórica de nossa fonte de pesquisa. Partimos assim para as relações do autor da *História do Brasil* com outras obras do mesmo autor e com a intelectualidade brasileira, elencando autores (Sílvio Romero e Capistrano de Abreu), no sentido de compreender o projeto de nação de João Ribeiro dentro de um tempo histórico das ideias sobre nação brasileira e questões em torno da raça e do território.

CAPÍTULO 2. JOÃO RIBEIRO: ENTRE O PENSADOR E A SUA *HISTÓRIA DO BRASIL*



Eu sou um homem contraditório¹⁰

(João Ribeiro)

¹⁰ Trata-se do texto que compõe um conjunto de conferências proferidas por Múcio Leão, em 1960, no Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, na ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Sergipano em 1960. Os textos foram publicados no volume 248 da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de 1961, pág. 117.

Com essa epígrafe, iniciamos nosso esforço de apresentarmos João Ribeiro como intelectual, professor, o sujeito histórico inserido no meio intelectual da capital da República na virada do século XIX para o século XX. Trata-se de um polígrafo contraditório em suas ideias, pois se revisa sobre elas ao longo do tempo. Ora assume a imagem de um purista da língua portuguesa, ora de um dialetista; ora republicano, ora monarquista; e por fim, um varguista. São sobre esses movimentos que nos dedicamos em acompanhar a sua obra, o seu pensamento como um todo, a fim de extrair chaves de leitura de nosso objeto de análise. Desse modo, o trabalho realiza-se através de quatro pontos ou questões de investigação para a compreensão do pensamento do autor como um todo e, assim, acompanharmos sua trajetória intelectual.

Primeiramente, exploramos sua biografia intelectual, os lugares de produção de suas obras, o meio intelectual, as viagens à Europa e influências que nos dão pistas para compreensão do seu pensamento. Assim, levantamos alguns dados sobre suas investidas como professor de língua portuguesa e história tanto em instituições privadas, como no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro; sobre o jornalista engajado nas questões políticas do seu tempo tanto nos movimentos republicanos dos anos 1880, quando chegou ao Rio, como nos movimentos dos anos 1920, que culminaram no fim da Primeira República em 1930; sobre o autor de manuais escolares de história e gramática, no qual se sedimentam seus projetos de nação e história do Brasil; e ainda sobre sua participação na Academia Brasileira de Letras.

No segundo momento, apresentamos outras produções intelectuais do autor, isso nos possibilitou encontrar novas chaves de leitura para compreensão de sua *História do Brasil*, bem como suas interpretações e suas relações para construção da nacionalidade brasileira. Neste segmento, apresentamos as teses capitais em a *História Universal* (1892), *A língua nacional* (1921), *Obras de João Ribeiro. Crítica (historiadores)* (1961), *Obras de João Ribeiro. Crítica (filólogos)* (1961) e *Notas de um Estudante* (1921).

No terceiro momento, apresentamos a relevância do estudo da obra intelectual de João Ribeiro, bem como sua *História do Brasil*. Isso se desdobra nas seguintes questões: a relevância enquanto produção historiográfica de sua época, os contrapontos, as rupturas e as permanências na historiografia didática. Por conseguinte, sua importância didática na medida em que expressa novas ideias de representação da história brasileira, bem como um novo

momento no mercado editorial brasileiro que lhe permitiu trazer outras inovações didáticas para o ensino de história.

O quarto e último momento são as conclusões, chaves de leitura que nos permitiram compreender as questões em torno da raça, território e nação para João Ribeiro, na sua interpretação da nacionalidade brasileira, verificando para qual horizonte futuro ela aponta.

2.1 – João Ribeiro: o intelectual e vida

Em nossa intenção de investigar o nosso polígrafo, vale apresentar considerações acerca da biografia e da atividade intelectual de João Ribeiro. Entendemos que o apanhado ajuda-nos a situar a produção do autor tanto na esfera intelectual, como na possibilidade de extrair os significados históricos da obra *História do Brasil*, qual sejam as persistências e as rupturas em relação ao discurso que produz. Ainda que não nos detenhamos profundamente na sua biografia, é importante mencioná-la e lhe dar um tratamento metodológico a partir de Bourdieu (1996) e Levi (1996). Assim, cabem aqui as reflexões sobre a ilusão bibliográfica trabalhada por Pierre Bourdieu. A investigação de como uma personalidade específica concebe a vida é tomada como um conjunto de acontecimentos, como uma viagem, um curso que tem início, meio e fim. É assim que o autor entende a vida dos indivíduos.

Bourdieu expõe críticas à coerência pretendida que se coloca na produção de uma biografia seguindo uma intencionalidade que, por sua vez, é dotada em boa medida de um teleologismo. A implicação deste tipo de análise é o relato de uma vida coerente nas conexões entre os acontecimentos, não pontuando as discontinuidades ou outros caminhos que seriam possíveis, como se a vida fosse um projeto racionalmente dimensionado. São nesses termos que o autor compreende a ilusão biográfica, pois, em verdade, “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão” (GRILLET, apud BOURDIEU, 1996, p. 185). Compreender uma experiência individual significa entendê-la sob uma estrutura social na qual o sujeito está inserido que explicita a matriz de suas relações objetivas com o meio e as diferentes relações que possui em diversos círculos sociais em que frequenta, o que significa entender a trajetória individual nos sucessivos lugares onde ela se desenrola. É o que Bourdieu chama de superfície social ou estações em rede. Nosso estudo, no entanto, não compreende João Ribeiro pelo seu contexto, ou seja, uma explicação pela sociologia das

ideias. Contudo, a sociologia de Bourdieu permite-nos situar os argumentos no meio intelectual do seu tempo, como meio de compreender seu tempo histórico. O pequeno enxerto metodológico visa apenas a destacar a biografia de maneira mais rica, ainda que não seja o fulcro de nossa análise.

Giovanni Levi (1996), outro autor que discute o trabalho biográfico, aponta críticas que seguem no mesmo sentido de Bourdieu, criticando os modelos cronológicos que perfazem uma personalidade coerente, estável e linear. Para este autor, uma biografia desenvolve-se por meio da superação dessas questões, apontando suas contradições e a necessidade de ir além das “máscaras” que percorrem a vida social do sujeito. São com esses supostos que percebemos as mudanças de pensamentos em João Ribeiro em relação à língua portuguesa e seu entusiasmo por Floriano Peixoto ou Getúlio Vargas e pelos movimentos culturais do modernismo dos anos 1920.

Levi ainda elenca algumas abordagens metodológicas para o enfrentamento das questões de linearidade biográfica, entre elas, a crítica biográfica e a hermenêutica. Justificamos a escolha por este referencial em função do nosso objeto de estudos, um discurso – que é o manual escolar de João Ribeiro. A nossa análise consiste, então, na investigação dos discursos do sujeito em questão, extrair seus significados por meio do exercício da exegese, isto é, uma interpretação minuciosa sobre o discurso situando-o em sua temporalidade. Cabe ainda mencionar outra possibilidade metodológica: a biografia e o contexto. Uma reconstituição feita por analogia a outras vidas do mesmo universo, cuja especificidade do sujeito é conservada, e o seu contexto são utilizados para suprir lacunas documentais.

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas em contexto histórico que o justifica (LEVI, 1996, p. 176).

Assim, a produção de João Ribeiro perpassa pelo êxito de suas relações sociais no meio intelectual, e assim na capacidade de suas idéias interferirem no processo histórico das representações sobre a história brasileira nas juventudes que se formavam nas escolas pelo país afora.

A partir dessas reflexões, colocamos nosso objeto dentro da sua capacidade de (re)criar a realidade, ou melhor, sua representação, que neste caso, é a história do Brasil. Colocamos João Ribeiro como sujeito ativo da realidade e, ao mesmo tempo, o concebemos como expressão de seu tempo. Em alguma medida, recompomos com nosso trabalho (pelo menos pretendemos) a história política do país, com os seus diferentes projetos de nação presentes na intelectualidade e como eles se fazem presente na produção didática de história, ocorridos entre a transição do Império para a República.

No plano intelectual das ideias de João Ribeiro, é importante observar, por meio das estações de rede, que a delimitação temporal de nossa análise recai sobre a produção de a *História do Brasil* de 1900, e não sobre a trajetória intelectual como um todo de João Ribeiro. Tendo em vista a historiografia a respeito de nosso autor, trata-se de um intelectual que revisa suas teses, ideias, sem contar sua longa trajetória intelectual que avança ao início dos anos de 1930. O que não nos limita a buscar outras chaves de leitura sobre sua obra em outros momentos de sua vida.

Os dados biográficos foram extraídos do livro *Trechos Escolhidos* de Múcio Leão (1960), de *Feições e Fisionomias* de Patrícia Hansen (2000), de *A língua Nacional* (1979),¹¹ do próprio João Ribeiro, de *Diretrizes de João Ribeiro*, de Carlos Devinelli (1945) e do sítio da Academia Brasileira de Letras¹².

O Sr. João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, o nosso João Ribeiro, é natural de Laranjeiras, da então Província Sergipe, nascido em 24/06/1860. É o segundo filho de três irmãos, de Manuel Joaquim Fernandes e de Guilhermina Ribeiro Fernandes. Em 1889, casou-se com a Dona Maria Luiza Carneiro, com quem teve 16 filhos ao longo da vida. Em função de um desentendimento com o pai, ainda na infância, viveu aos cuidados de seu avô, de quem teve profunda influência em sua formação intelectual, pelo apreço às belas letras. A propósito de sua carreira no magistério, ainda na infância e na adolescência, após a morte do pai, ajudava nas despesas de casa, alfabetizando outras crianças num colégio de padres em sua cidade natal.

Em entrevista a João do Rio, em *Momento literário* de 1904, quando inquirido sobre suas influências intelectuais, nosso autor revela a importância de seu avô na sua educação,

¹¹ Ver “Cronologia da vida e da obra” por Hilma Ranauro.

¹² Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=293> . Acesso em 25/11/2010.

como na formação intelectual, cujo incentivo foi o acesso a livros e almanaques, que mais tarde lhe enveredariam pela literatura.

Em termos restritos, não posso e nem sei responder. Fui um grande leitor de folhetos, revistas e livros de todo o gênero: as minhas admirações eram sempre efêmeras e precárias e logo substituídas ou argumentadas de outras novas; pratiquei, pois, um politeísmo tão numeroso como o antigo; não sei dizer quem era o *Zeuspiter* desse Olimpo, mas posso dizer quem foi o *Uranus* primitivo.

Meu avô (à cuja sombra cedo recolhemos minha mãe e eu, órfãos de meu pai) tinha uma biblioteca de cousas portuguesas; meu avô era da geração dos cartistas e franco-maçons, embirrava com padres e frades e como neocatólico adorava o Herculano e o Saldanha Marinho. Nem então, nem depois, participei daquelas iras ou entusiasmos; da sua biblioteca o que me atraía era uma magnífica coleção do *Panorama* e a do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*; se a estes ajuntar o *Manual Enciclopédico* de Emilio Aquiles Monteverde, que eu lia na escola, terá v. o gênese de todas as minhas letras, ciências e artes daquela quadra. Confesso que não aumentei de um ceutil todo aquele patrimônio, e em muitas coisas o dissipei e diminuí. Todas as minhas horas de lazer consumiam-se em desenhar, copiando as gravuras do *Panorama*, em reler a mitologia e as verdades eternas do *Manual Enciclopédico*; por outro lado, o *Almanaque de Lembranças* ensinava-me a fazer charadas, e as charadas ensinaram-me a fazer versos. Não se espante de que aos doze ou treze anos eu começasse a fazer versos: eu ignorava ainda a arte, sem dúvida mais difícil, e os não fazer, arte que enfim, tarde e mal, aprendi. As minhas origens espirituais, pois, são, como a social, plebéias, rústicas e pobres, mas nunca pediram de saco e brado pelas ruas. As minhas expansões nunca fizeram explosão que pusesse em perigo o teto paterno: acomodaram-se no estreito ambiente doméstico e suportaram a pressão do silêncio externo. Resta, porém, indicar um fator singular e dos que se têm a conta de indiferentes, mas que, ao parecer, foi decisivo; sempre fui homem material, e, rudeza ou grosseria, sempre tudo submeti e subordinei à forma, não havendo para mim substância se não a externa, palpável e evidente. Sou capaz de afirmar e afirmo que me fiz poeta só e unicamente porque eu tinha então papel, *esplêndido*, como se diz hoje, para versos: eram umas aparas do *Arquivo Econômico* da Bahia, revista que meu avô assinava e cujas margens larguíssimas por supérfluas eram cortadas; do bico da tesoura eu recolhia aquelas fitas brancas e lisas, que na minha mão se enrolavam curvas como o aço dos relógios, esperando a desenvolvimento futura, nos momentos de furor e de estro. Naquelas duas polegadas de papel a minha letra miúda poria destramente um alexandrino, mas nem de tanto havia mister, porque eu comecei pela *oitava rima* e pelo poema épico: a epopéia devia ser uma *Brasileida* ou *Brasilíada* (ou coisa que o valia, e agora me esquece) e era assunto a crônica de descobrimento do Brasil, que eu li no *Panorama* e onde se contavam os amores de Ipeca, índia tupinacuí, e de um português da frota de Cabral. Acabo aqui a história porque já vou excedendo, mal a meu grado, os limites da resposta; mas aqui tem v. mais ou menos os *autores que mais contribuíram*, na formação do meu primeiro e único poema: técnica — o papel aparado e o vezo da charada; ciência e mitologia — o *Manual Enciclopédico*; sujeito e

desenvolvimento — o *Panorama*. O resto, atribua-o v. generosamente ao meu talento. (RIO, s/d, p. 7-8).

Entre o seu talento e a biblioteca de seu avô, na sua terra natal, destacou-se nos estudos primários e de lá seguiu para os estudos secundários no Ateneu, já em Aracajú, de onde saiu como aluno número 1 e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, que abandonou por falta de vocação. Ingressou ainda na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, simultaneamente, dedicou-se a estudos de arquitetura, pintura música e literatura. Em meio ao curso, abandona-o para se dedicar ao jornalismo. (RIBEIRO, 1979, p. 27) (DEVINELLI, 1945, p. 23; ABL, 2010).

Na ocasião de sua vinda para a Corte, em 1881, em função de sua trajetória intelectual, tornou-se professor de duas instituições privadas de grande prestígio na capital: o Colégio São Pedro de Alcântara e o Colégio Alberto Brandão. A atividade do magistério acompanharia a vida de João Ribeiro, fazendo parte de suas inquietações intelectuais ao lado dos estudos históricos e lingüísticos¹³. Nessas instituições lecionou até 1885, quando se tornou funcionário da Biblioteca Nacional, onde teve contato com grande parte da documentação sobre a história do Brasil, ao lado de Capistrano de Abreu, com quem trocou influências sobre as interpretações de nossa história. É a partir dessa época que publica seus primeiros trabalhos sobre a língua portuguesa, como *Estudo Filológico e Gramática Portuguesa* (obra didática). Concorre, em 1887, à vaga de professor de português do Colégio Pedro II, mas foi nomeado como professor de História Universal em 1890.

Na ocasião da recepção de João Ribeiro na Academia Brasileira de Letras, José Veríssimo apresenta alguns dados biográficos com uma descrição do caráter do então jovem sergipano que chegava ao Rio, “a Meca dos nortistas”, como nos diz Veríssimo.

¹³ Essas inquietações podem ser expressas no Programa de Ensino de 1915 do Colégio Pedro II, ou ainda nos seus escritos sobre educação. Em verdade, é um crítico do sistema de ensino, sobretudo no que se refere à avaliação sedimentada na ideia de *habilitação*: pois apenas verificam o que deveria ser aprendido, quando o importante é a aprendizagem do aluno sobre o conteúdo ensinado, “entendia que ao educando não cumpria **saber**, mas **aprender**, aprender sempre (...) Ele próprio definira: ‘a habilitação, na opinião vulgar, consiste em responder improvisadamente sobre qualquer matéria a questões meramente escolares’ (...) quando a rigor o estímulo na arte de educar está em “descobrir o que o aluno sabe ou é capaz de saber’ (DEVINELLI, 1944, p. 48)”. É um defensor do ensino humanista para o ensino secundário, como base para a formação científica, que deveria ser aperfeiçoada no Ensino Superior. Por outro lado, defende o ensino primário técnico, e ainda, um entusiasta da Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 no Distrito Federal. (Ver mais: O problema pedagógico. In: DEVINELLI, Carlos. *Diretrizes de João Ribeiro*, 1945).

Deixando a vossa terra natal por esta Meca dos nortistas, já acaso os trazíeis. Ia não fez senão acentuá-los. Com o desejo de aprender e a ambição de glória literária que só esta capital, lá imaginamos, pode dar, trazíeis também a ilusão de uma grande cidade, culta, civilizada e bela. A falácia da ilusão aumentou o contraste, e serviu admiravelmente ao desenvolvimento das qualidades originais de vosso espírito. A “Corte” não vos deslumbrou suficientemente, a vós, pobre matuto de uma província ignorada, para absorver-vos e acomodar-vos a seu jeito. Do agreste rebelde dos vossos sertões ficou-vos alguma coisa com que defendestes até hoje a vossa originalidade. E essa, crede-o bem, a Academia não quisera contribuir para tirar-vos ou sequer diminuí-la. (ABL, 2005, p. 38)

Na mesma oportunidade, versa sobre a popularidade de João Ribeiro entre leitores em função de seus livros escolares que são vendidos em todo o Brasil, colocando-o talvez como um dos autores mais populares em sua época. O que se justifica pela ampla circulação de seus livros pelo país afora nas escolas primárias e secundárias.

Um milhão de brasileiros conhecem o vosso nome, tanto o levaram a todos os recantos do país, ao caboclinho do Amazonas, como ao teutobrasileiro do Rio Grande, ao caipira de Mato Grosso, como ao tabaréu de Pernambuco, as vossas gramáticas. Nós invejamos a vossa glória. Partilhai-a conosco pondo nas novas edições delas – pois continuam a ter novas – a menção: da Academia Brasileira. (ABL, 2005, p. 40)

Contudo, a popularidade aqui assinalada era a de autor de livros de gramática e leitura para o ensino de língua portuguesa, e não com o “livrinho”, como ele chamava a *História do Brasil*, que lhe daria destaque entre os historiadores e mesmo entre os intelectuais de seu tempo, e os que lhe sucederiam.

Outra grande faceta de nosso polígrafo é a de “jornalista”, cuja atividade foi longa e intensa em publicações de artigos nos mais variados jornais e folhetins de Rio e São Paulo, como o *Jornal do Brasil*, *Revista Sul Americana*, *Estado de São Paulo*, *A Gazeta da Tarde*, *O Globo* (de Quintino Bocaiúva), *A Época*, *A Semana*, *O País* e o *Correio do Povo*. Todos são jornais de espectro republicano e críticos da monarquia em maior ou menor intensidade, que, inclusive é um paradoxo. Em seus artigos sobre as questões políticas, era um crítico da monarquia, porém, não via na República o melhor caminho para a nação mameluca (pelo menos no estado social daquele tempo), que ensaiava novos passos na vida política em sua luta pelo fim da monarquia.

João Ribeiro fazia parte do círculo intelectual do Rio de Janeiro, onde era amigo de Zeferino Cândido, para quem trabalhou no jornal *A Época*, e até publicou um livro em parceria com Artur de Azevedo, o folhetim *Os mistérios da Prainha*, neste jornal. Trabalhou ainda com os amigos Quintino Bocaiúva, no jornal *o Globo* e *o País*; com Alcindo Guanabara no *Correio do Povo*; e com José do Patrocínio, na *Gazeta da Tarde*. A atividade jornalística era o seu “ganha pão”, mesmo após se firmar como professor do Colégio Pedro II, consistindo em sua principal produção intelectual, ainda que o magistério lhe desse a segurança e estabilidade para o seus projetos intelectuais.

A obra histórica, a gramática e os estudos de folclore foram os únicos trabalhos que lhe saíram da pena, de caso pensado, com definida planificação. Tudo o mais é obra de retalho, é obra de jornal. Admira, mesmo, como pôde ser reduzida a livros de valia incontestável, para leigos e eruditos, uma produção, toda ela achada sob os imperativos de incontornáveis contingências financeiras. João Ribeiro escrevia para o pão de casa. Mal aquinhoado como todos os que se subsidiavam do magistério, era nas colunas dos periódicos que procurava o encontro de contas com seus fornecedores. (DEVINELLI, 1945, p. 85).

É neste ponto de sua vida que sua produção intelectual cresce. Escreveu suas obras de história sempre destinadas ao ensino, entre as quais podemos citar *História Antiga (Grécia e Oriente)*, de 1892, *História do Brasil*, de 1900, *História Universal*, de 1918, *História da Civilização*, de 1932.

Entretanto, seu trabalho não se restringiu às obras de história. Possui outras publicações destinadas a exames de admissão ao Colégio Pedro II, entre elas, os de língua portuguesa. Ribeiro era bacharel em direito e estudioso da língua portuguesa, com publicação de várias obras e tratados de filologia. Aliás, seu renome no meio intelectual provém dos estudos sobre a língua portuguesa; posteriormente, é que se destacaria entre os historiadores. Cabe ressaltar ainda sua produção literária de poesia e contos, que, englobando a produção filológica e literária, podemos destacar: *Gramática Portuguesa* de 1887, *Estudos Filológicos* de 1887, *Dicionário Gramatical* de 1889, *Páginas Estéticas* de 1905, *Frases Feitas I* de 1908, *Frases Feitas II* de 1909, *Fabordão* de 1910, *A língua Nacional* de 1921, *Notas de um Estudante* de 1921, *Colméia* de 1923, *Cartas Devolvidas* de 1926, *Curiosidades Verbais* de 1927, *Florestas de Exemplos* de 1931.

Na condição de polígrafo, Ribeiro tem publicações sobre os mais variados temas da cultura brasileira na virada do século XIX para o XX, tornando-se um dos principais interlocutores. No campo das letras, tornou-se professor de alemão, catalão, espanhol, francês, inglês, italiano, latim, provençal e tupi. José Veríssimo (1976, p. 128) coloca-o como mais um nortista que veio à “Meca literária” atrás de glória que só uma capital poderia oferecer, além do mais, na ocasião de sua chegada ao Rio, já era um expoente das letras em sua terra natal, como já afirmamos. Sua produção é muito variada, o que nos permite entrever que são muitos “Joões”: crítico literário, pintor amador, ensaísta, filólogo, historiador, jornalista, folclorista, germanista, estudioso das teorias científicas.

Podemos destacar seu não dogmatismo, sua curiosidade em considerar novas ideias das mais diversas áreas do conhecimento, o que fazia numa tensão dialética entre o seu conservadorismo e a sua rebeldia. Em verdade, não tinha um pensamento acabado, ao contrário, estava aberto às mudanças, às leituras que fazia sobre os mais variados campos do conhecimento. Deste modo, suas obras enunciam um ponto diferenciado em sua vida. Em nossa leitura sobre *Obras de João Ribeiro. Volume VI. Crítica (Historiadores)*, organizada por Múcio Leão, podemos perceber as mudanças de pontos de vista. Em torno das questões políticas, como República ou Monarquia, era afeito a ordem, pela mudança em vias institucionais, desde que levassem em consideração as índoles psicológicas do povo brasileiro e preservasse o país de uma guerra civil e sua unidade política. A questão entre os dois regimes não era apenas uma questão de mudança, não se poderia fazer uma transposição da ordem política que havia nos Estados Unidos e na América Latina para o Brasil. Trata-se, antes, de levar em conta as relações históricas que aqui se estabeleceram, e como estas poderiam se coadunar num regime como o republicano, que necessita das características de uma sociedade, dotada de *self-government* para funcionar. Justamente o aspecto que a sociedade brasileira não tinha e, pontualmente, expresso por João Ribeiro em sua *História do Brasil*. Essa questão nos dá pista sobre sua admiração pelas figuras de Dom Pedro II, Floriano Peixoto e Getúlio Vargas; afinal, ambos, chefes de Estado, caracterizaram-se pela sua força de coesão nacional e unidade política. Tal centralidade política dessas personagens pode ser interpretada como caminho viável a uma sociedade sem as prerrogativas do *self-government*, que só a educação e a boa miscigenação poderiam constituir.

Essa linha de raciocínio explica suas desconfianças sobre o regime republicano no Brasil. Somente mais tarde, já na velhice, torna-se um entusiasta da República, que para ele se consolidara, sobretudo, pela permanência da unidade política após a Revolução de 1930. O

interessante é que a compilação de Múcio Leão permite-nos acompanhar as publicações em jornal desde a juventude, até o final de sua vida, em 1934. Cabe ressaltar que os artigos não são organizados cronologicamente, mas por temas abordados pelo autor.

Trata-se de um intelectual com leituras muito singulares para seu tempo, pelo menos no Brasil, muito afeito às novas correntes que surgiam na crítica literária. Era um crítico do simbolismo e do parnasianismo e foi um dos primeiros a se entusiasmar com o modernismo de 1922, o que justifica a sua ideia de transitoriedade da crítica literária, e mesmo do movimento das ideias ao longo do tempo. Neste sentido, tem uma postura não dogmática, o que não era muito presente entre os intelectuais brasileiros do final do século XIX e dos primeiros decênios do século XX.

Formou-se em Ciências Jurídicas em 1894 e, no ano seguinte, viajou à Europa, visitando Alemanha, Itália, Inglaterra e França, com a finalidade de conhecer a instrução pública. É na Alemanha que teve contato com a *kulturgeschichte*, a pintura e o pensamento social alemão. Retornou à Europa em duas ocasiões: 1896 e 1913, na última fixando-se na Suíça. Essas viagens, ou pelo menos as duas primeiras, tiveram forte ressonância em sua obra *História do Brasil*, em função das inovações, sobretudo historiográficas, que lhe permitiram maior sofisticação sobre a reflexão da história, da sociedade e da cultura brasileira. Daí suas inferências sobre Burckhardt, Freitag, o que o aproxima, em certa medida, da Escola de Recife de Sílvio Romero e Tobias Barreto. É nos contornos dessas influências que Ribeiro construirá a história do Brasil a partir de parâmetros para além da esfera política e da administração do Estado. Assim, são contemplados aspectos como: costumes, folclore, formação étnica, nos quais seria possível extrair o caráter da nacionalidade brasileira. Tais aspectos são interpretados cientificamente, contudo, procuram expressar o espírito de uma nação, o que não é uma ruptura por completo com o romantismo, na medida em que o espírito de um povo seria expresso pela sua cultura e tradição, próprio do romantismo alemão; contudo, trata-se de um contraponto ao romantismo indianista de José Alencar. E é por meio dos estudos da cultura e das tradições que se torna possível investigar os níveis de civilização de um povo, usando a Europa como referência e expoente de evolução social, moral e intelectual.

Nosso polígrafo ainda fez parte da Academia Brasileira de Letras. João Ribeiro foi o primeiro imortal eleito para ingressar na cadeira número 31, cujo patrono era Pedro Luís, e sucessor de Luís Guimarães Junior. Foi recebido na sessão solene do dia 30 de novembro de

1898 por José Veríssimo para tomar posse. Em seu discurso de posse, ressalta a importância da literatura e do mundo das letras para a sua vida. Numa linguagem distinta, em lugar que pede erudição e preciosismo no uso da linguagem, João Ribeiro agradece a academia por sua eleição e expressa sua felicidade em pertencer ao grupo dos 40 imortais. Revela seu comprometimento com a literatura a partir do status que passou a ocupar.

Discursa ainda com um ensaio sobre o que seria a poesia e seus limites em definí-la. O que importa é que a literatura como um todo tem um espaço importante para a condição humana.

Por isso, eu digo: – a vida, talvez o progresso, é o preço e o triunfo de todos os extermínios e é a primeira metempsicose de cada ruína. Aproveitemos o tempo para celebrar os nossos demiurgos e compor-lhes as últimas feições na imortalidade. Não sei; não me julgo bastante convencido de que a civilização seja “a obra das aristocracias intelectuais”, e seja a flor da laboriosa evolução do patriciado humano. Não o será, ao menos por toda a parte, nem em todos os tempos. Penso, todavia, que a literatura tem uma grande significação humana e civil, e que o prestígio da idealidade pura basta para aniquilar todos os desdêns dos profissionais, todas as ironias infecundas dos homens práticos. A nós cabe defendê-la desses ultrajes vulgares e preparar-lhe um asilo no meio de todas as convulsões da vida. Se não um asilo, ao menos um túmulo digno. (ABL, 2005, p. 35).

Sobretudo, o discurso trata de um contraponto aos aspectos práticos da vida ou o utilitarismo na ciência, expressando a evolução das civilizações, que não apenas evoluíram materialmente, mas intelectual e culturalmente. Em síntese, seu discurso marca diante da academia a importância da literatura para a sua vida e mesmo para a sociedade, para o progresso cultural de uma nação.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi fundada em 1897 sob a liderança de Machado de Assis. É fruto do movimento iniciado por Lucio Mendonça, Araripe Junior e Raúl Pompéia, dentro do hebdomadário *A semana*. João Ribeiro pertencia a esse circuito intelectual, dentre outros como José Veríssimo, Graça Aranha e Visconde de Taunay, que se articularam em torno da criação da ABL. Entretanto, em função de suas viagens à Europa, João Ribeiro não estava presente no Brasil na ocasião de sua fundação.

Quando surge a primeira vaga entre os imortais, nosso polígrafo candidata-se e entra em campanha juntos aos membros da Confraria. Uma vez eleito, lutou para que a instituição

fosse organizada nos moldes iniciais, a exemplo de sua congênere francesa: uma academia formada por quarenta imortais, entre os quais dez seriam genuinamente homem das letras, com produção literária, e os outros trinta divididos entre diferentes campos do conhecimento, como a jurisprudência, o jornalismo, a medicina, a engenharia e outras.

Isso significava um embate direto com Machado de Assis, presidente, fundador e líder político dos confrades. Logrou o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* a formatação dos quarenta imortais sem a divisão de seus membros por especialização. O resultado foi uma relação de simples cordialidade entre ambos, como nos informa Devinelli (1944, p.95).

Outras passagens de sua trajetória dentro da ABL são dignas de nota. Podemos colocar suas distintas posições, em momentos diferentes, sobre a entrada feminina na referida academia. Em 1912, a academia colocou a questão em votação e, ao contrário do que se esperava, foi contra; afinal sempre se posicionou publicamente a favor. Contudo, anos mais tarde, em 1927, votou a favor da entrada das mulheres. Nesse período, podemos ainda mencionar sua eleição para a presidência da Academia, cargo para o qual foi eleito, mas ele recusou e renunciou ao cargo. Assim, permaneceu como colunista dos jornais *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* até sua morte, em 1934.

Compreendemos que cada ponto apresentado da trajetória de João Ribeiro pertence às estações de rede, tal qual enunciado em Bourdieu. Assim, compreendemos as estações através da sua presença como jornalista nos jornais, como professor do Colégio Pedro II, como autor de livros, como membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; isto são as relações sociais nas quais nosso polígrafo esteve inserido e engajado. Vale dizer, são esses pontos biográficos que nos dão chaves de leitura sobre a *História do Brasil*, pois eles revelam as preocupações do nosso autor com a questão da nação, que emergem em sua trajetória intelectual.

A partir dessas estações de rede, qual seja, a rede de relações de João Ribeiro, podemos perceber que os autores de livros em geral não são necessariamente expressão de uma elite letrada e intelectual. Não raro, fizeram parte das camadas mais populares da sociedade, como, por exemplo, Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e o próprio João Ribeiro, que teve sua vida financeira mais segura apenas quando se tornou professor do Colégio Pedro II.

2.2 – A produção intelectual de João Ribeiro: o crítico editorial, autor de livros didáticos e tratados de filologia

Em vista da volumosa produção intelectual de João Ribeiro, apresentamos aqui obras que nos conduzem pelo seu pensamento dentro de sua trajetória intelectual, de modo que nos permitam chaves de leitura sobre a *História do Brasil*, ou seja, compreendê-la num aspecto mais amplo dentro de sua produção bibliográfica. Diante do volume e de forma não tornar o trabalho extenuante e não perder a objetividade, elencamos obras significativas sob a ótica da ideia da nacionalidade. Assim, nossa linha de análise é a de produzir significados para a compreensão da *História do Brasil*. Para tanto, escolhemos obras de campos de conhecimentos diferentes, que contemplem sua atividade de jornalista, de lingüista, de autor de livros didáticos e mesmo suas concepções políticas a respeito do Brasil e do Ocidente. Assim, apresentamos a seguir as chaves de leituras das obras *Língua Nacional*, *História Universal* e *Obras de João Ribeiro*, volumes V e VI (filólogos e historiadores). A análise de sua trajetória intelectual permite-nos compreender o pensamento intelectual do autor como um todo.

A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos é uma publicação de 1921, pela Livraria Francisco Alves. A edição aqui analisada é da coleção Dimensões do Brasil, impressa pela editora Vozes, em convênio com o Estado de Sergipe, em 1979. Como pretendemos analisar as linhas capitais da obra, entendemos que esta edição não compromete nossa linha interpretativa. Tal obra representa a renovação no pensamento lingüístico de João Ribeiro, na qual analisa historicamente a língua portuguesa no Brasil, a partir dos seus particularismos ou brasileirismos, como ele chama, de modo que a língua aqui falada tornou-se expressão da consciência nacional brasileira e de seu pensamento, distinta de Portugal.

Compreender a língua desenvolvida aqui no Brasil, como distinta de além mar, significa expressar a independência brasileira, mas no âmbito do pensamento, nos seus movimentos históricos. A linguagem, em última instância, tem a finalidade de se comunicar, de compreender e ser compreendida. Nessa perspectiva, o fenômeno da linguagem no Brasil deve ser compreendido de maneira distinta de Portugal, entre a tênue fronteira entre o bom e o mau uso da linguagem, ou melhor, o conflito entre linguagem formal e linguagem coloquial.

Desse modo, para João Ribeiro é incompreensível o purismo linguístico presente na gramática portuguesa no Brasil, uma vez que segue a risca a gramática de Portugal, o que é manifesto nas seguintes palavras do estudioso: “Parecia-me, e parece-me ainda inexplicável toleima a tentativa de imobilizar a língua portuguesa que herdamos dos nossos maiores” (RIBEIRO, 1979, p. 43). A língua tem seus próprios movimentos históricos no espaço em que ocupa, ou seja, a língua é uma constituição histórica que se transforma ao longo do tempo. É nesse mote que o autor de *História do Brasil* defende nossa independência linguística e de pensamento. Assim, João Ribeiro enuncia sua obra como contraponto aos puristas, na medida em que a imobilização da língua extrai-nos a espontaneidade de pensamento, a maneira como se expressam as relações sociais no Brasil.

A língua nacional não era nem podia ser um incitamento aos solecismos, as gerigonças plebéias e rústicas. Era apenas, a consciência de que podemos, sem dissipação do patrimônio avito, gastar e valorizar a herança fecunda. (RIBEIRO, 1979, p. 45).

Nas palavras de João Ribeiro, a evolução histórica da língua portuguesa no Brasil não significa uma vulgarização *a priori*; é antes um enriquecimento lexicográfico e gramático a partir das experiências históricas e culturais que se desenvolveram a partir do século XVI. Nesse sentido, é indispensável a independência linguística brasileira em relação a Portugal, conforme ele diz: “Parece, todavia, incrível que a nossa independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo a submissão das palavras.” (RIBEIRO, 1979, p. 51). Em outros termos, a gramática tem que levar em conta as relações sociais do povo brasileiro e não apenas imitar, em nome de um purismo linguístico do vernáculo e da erudição, a evolução da língua em Portugal.

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e métodos diversos.
A verdade é que corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais.
Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável.
Falar diferente, não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é aberração teratológica da fisionomia paterna.

Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a ideias ou a sentimentos diferentes. (RIBEIRO, 1979, p. 51).

A linguagem, nesse sentido, é expressão de como um povo relaciona-se entre si e com os outros povos, sedimentando suas experiências sociais, culturais e históricas; isto é, seus sentimentos, ideias e pensamentos. Assim, os fenômenos linguísticos têm igual peso e importância tanto no Brasil, como no além mar, em Portugal, para a evolução da língua portuguesa como um todo: “Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômenos.” (RIBEIRO, 1979, p. 52). Alterar as expressões de nossa linguagem é falsificar as manifestações desse povo, compromete-lhes a soberania de consciência e, quiçá, do livre pensamento, conforme seus movimentos históricos.

Assim, o uso da língua expressa, em boa medida, a personalidade de um povo. João Ribeiro exemplifica tal tese com a questão do uso dos pronomes nas relações interpessoais: no Brasil, os pronomes têm uma ênfase de pedidos, de abrandamento e cordialidade¹⁴ nas relações sociais; ao passo que em Portugal, a ênfase está no imperativo, na clareza das relações hierárquicas da sociedade entre os sujeitos. Desse modo, Ribeiro questiona a supressão de uma ou outra forma como expressão legítima da língua portuguesa, pois: “Em geral, todas as mutilações por amor a vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício d’alma destrói os meios-tons, e os matizes criados sob a luz e o céu americano”. (RIBEIRO, 1979, p. 53).

Na leitura de João Ribeiro, a maioria desses matizes criados sob o céu americano é, na verdade, arcaísmos do próprio português de Portugal, que se transformou por lá e permaneceu por aqui. O exemplo dado por Ribeiro é o termo *faceira*, utilizado por José Alencar,

Faceira (coquette) é um brasileirismo que estranharam e censuraram mais tarde alguns críticos. *Faceira* no século XVIII era sinônimo de casquilho, elegante, pelintra, *pettmêtre*; a palavra tornou-se obsoleta em Portugal, mas conservou-se no Brasil ainda que só aplicada exclusivamente à elegância feminina. (RIBEIRO, 1979, p. 62).

¹⁴ Tal inferência nos remonta a leitura de Sérgio Buarque de Holanda, sobre o homem cordial, pouco afeito a formalidades nas relações sociais entre senhores e subordinados, fruto de uma estrutura social em que o público e o particular confundem-se em função da sociedade patriarcalista que se desenvolveu. (Ver mais: Herança Rural e O Homem Cordial. In: HOLANDA, S. B.. *Raízes do Brasil*, 2002).

Em tal fragmento, João Ribeiro demonstra a evolução distinta do português, nas diferentes regiões em que se desenvolveu. No trabalho de João Ribeiro, o português do período colonial amplia o seu léxico, na medida em que o contato com a América aprofundava-se. As diferenciações avançam na pronúncia, no sotaque e na semântica. Essas diferenciações deveriam ser consideradas na linguagem formal e culta: (...) A pronúncia é um sinal ou sintoma de outras diferenciações, excêntricas ou concêntricas, que caracterizam qualquer tipo de linguagem (RIBEIRO, 1979, p. 55).

Tal crítica à uniformização da gramática e ortografia existiu anos antes, em 1915, na ocasião da oficialização do sistema ortográfico lusitano aceito pela ABL, no parecer de Silva Ramos. Hilma Hanauro apresenta as palavras de João Ribeiro sobre esta questão, mas não encontramos a origem do documento. Todavia, vale expressá-los aqui; afinal, ele nos ajuda a compreender seu ponto de vista, que seria sedimentado seis anos mais tarde:

Apagavam-se, de um lance, os *traços diferenciais* que não convém existir, e a que não temos direito algum. Para os espíritos perplexos já não existe ambigüidade. Língua portuguesa, literatura portuguesa e academia ... portuguesa. O Brasil é filial e sucursal em todo esse negócio (RIBEIRO, 1979, p.35).

Em síntese, não era apenas uma questão de linguagem, mas de afirmação cultural e de pensamento do brasileiro diante do mundo. Afinal, as diferenciações expressam modos de vida e cultura distintos, e a uniformização mutilaria, como ele diz, as expressões de nosso pensamento, bem como deixaria a língua sem o seu sentido social nas manifestações culturais.

Por outro lado, a distinção da língua em relação a sua pátria mãe, na opinião de nosso filólogo, não construiu aqui um novo idioma ou dialeto, mas antes enriqueceu a língua; não rompeu completamente com a língua materna, apenas conquistou sua independência cultural diante da mesma. *A priori*, essa distinção “consiste em expressões técnicas e peculiares ao novo mundo, coisas e objetos, plantas e frutos, animais e seres novos, que não tinham designação específica na língua dos conquistadores” (RIBEIRO, 1979, p. 58). Esta evolução se coaduna com a literatura colonial, que desenvolveu seus próprios movimentos, segundo sua própria experiência e história, que se sedimentaria no período imperial com o romantismo indianista de Gonçalves Dias, Porto Alegre e José Alencar e outros.

A língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos.

Com esse intuito, e nesse fundamento, foram escritas as páginas do nosso livro que não inculcam língua nova, mas revelam matizes, as variações, e a originalidade do pensamento americano. (RIBEIRO, 1979, p. 164).

Em síntese, a língua portuguesa no Brasil é uma experiência distinta da de sua pátria mãe, que configurou outra forma de apropriação do português, uma nova linguagem, mas não num novo idioma. Se, por um lado, a língua portuguesa nos ajuda a compreender os movimentos da história do Brasil, por outro, são esses mesmos movimentos que, na leitura de João Ribeiro, explicam historicamente a língua portuguesa.

A segunda obra aqui elencada é a *História Universal*, publicada em 1918. Como o próprio nome indica, é um livro de história geral de João Ribeiro, o primeiro sobre a história geral. Anteriormente, havia publicado um manual de história Antiga, em 1892, intitulado *História Antiga (Grécia e Oriente)*, que foi parcialmente incorporada à *História Universal*. Esta obra não teve a repercussão de a *História do Brasil*, seja por não ter a originalidade historiográfica na linha interpretativa, seja por se tratar de uma síntese histórica a partir de outras obras, ou ainda o caráter exclusivamente didático da obra, como ele próprio nos informa:

As *Lições de História Universal* foram compiladas e resumidas, segundo os melhores auctores didáticos que escreveram n'esta matéria. Seguimos mais de perto os livros de Myers – *General history* e *Medieval and modern history*, - o de Colby - *Outlines of general history*, - o de Robinson – *Hist. Of western Europe*, - o de Allen – *History Topics* – o de Fredt e de Collier – *Greats Events*; auctores francezes preferidos foram A. Mallet, Seignobos e Melin; os allemães, principalmente o *Lehrbuch des Geschichte* do Dr. Martens, Fr. Hommel, o resumo (ed. Italiana) de Webber, o austriaco F. Mayer e como auxiliar da chronologia o *Auzug aus der alt. mittl. und Neueren Geschichite* de Ploetz; aproveitamos ainda a nossa *História do Oriente e da Grécia* em (2º edição já esgotada). (RIBEIRO, 1925, p. 01)

Ao contrário de *História do Brasil*, no qual Ribeiro sedimenta as contribuições de Capistrano e acrescenta as suas reflexões, *História Universal* é uma compilação historiográfica, com a finalidade de atender as demandas do Colégio Pedro II sobre o tema.

Utilizamos a 5ª edição, aumentada e melhorada em 1925, de acordo com o Programa de ensino do Colégio Pedro II, conforme informações contidas na capa da nova edição.

Descobrimos que o referido programa de ensino trata-se da Reforma João Luiz Alves¹⁵. Entendemos que a linha de análise dessa edição permanece nas seguintes. A propósito, nossa intenção é traçar as teses capitais do livro, conforme a linha historiográfica utilizada por João Ribeiro, que nos possibilitem estabelecer comparações com a obra *História do Brasil*.

Outro ponto importante a destacar é o uso de gravuras, mapas, quadros explicativos, árvores genealógicas das dinastias, bem diferente das edições de a *História do Brasil*, inclusive aquela utilizada nesta dissertação, a edição de 1935. O uso de gravuras e outras linguagens já era bem pulverizado entre os livros escolares, e compreendemos tais recursos como estratégia pedagógica, com mais elementos para a aprendizagem, enriquecendo as informações do texto escrito.

A linha de análise de João Ribeiro é a de versar sobre os fatos e acontecimentos sobre os quais se pudesse inferir teorias ou filosofias da história. Nesse sentido, datas, nomes e outros pormenores são colocados em segundo plano, pois para o professor João Ribeiro é o mestre quem amplia as questões em torno do tema, sendo função do compêndio apenas sugerir caminhos aos iniciantes.

O compendio como diz Colby é sempre mais suggestivo que exaustivo. Serve para os que se iniciam, e cabe ao mestre a ampliação do que lhe parecer mais conveniente; o propósito de compreender ou exaurir todos os assumptos levaria a dimensões impróprias o resumo escolar. (RIBEIRO, 1925, p. I)

O Manual, então, é um instrumento para o professor e para o aluno na aprendizagem, ou seja, a própria linguagem e abordagem têm limites ao tratar certas problemáticas. Cabe ressaltar que *História do Brasil* ampliou o seu público, o que transformou o próprio texto, antes destinado aos alunos de ensino ginasial, para intelectuais ou mesmo estudantes mais avançados, como os do ensino científico e superior.

¹⁵ Trata-se da lei Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, com a finalidade de expandir o ensino secundário entre a juventude brasileira. Entre outras coisas, dispõe sobre o Colégio Pedro II, modificando o seu caráter preparatório para o ensino superior, oferecendo, assim, uma formação mais geral e com duração de seis anos. Os professores passam a ser nomeados exclusivamente por concurso público, a obrigatoriedade de frequência, seriação, com necessária aprovação em todas as disciplinas para o ingresso na série seguinte. Ver mais: Coleção de Leis da República no sítio <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica>.

Outra questão que podemos colocar é a permanência da “ética do presente”, conforme já apontada por Magalhães e Gontijo em nosso primeiro capítulo, que perpassa a *História do Brasil*. Em termos sucintos, significa a existência de uma ética historiográfica (ou suposto historiográfico) de neutralidade axiológica frente aos valores e disputas do presente histórico, cuja filosofia da história está pautada na pretensa imparcialidade e no afastamento das paixões do presente; ou ainda, como ele mesmo coloca, as exigências de afastamento frente às consequências do final do século XIX que ainda estão “acontecendo”:

A história contemporânea não figura n’este livro senão em breve esboço; será possível desenvolvê-la mais tarde, mas sempre nos limites razoáveis com que se deve escrever a história ainda não apurada e, para melhor dizer, ainda não acabada do último século. (RIBEIRO, 1925, p. II)

Interessante colocar é a dubiedade do termo contemporânea. Ao mesmo tempo em que não assume a divisão tetrapartite francesa, enuncia a importância para os povos latinos da Revolução Francesa de 1789 para situar historicamente a contemporaneidade. Por outro lado, entendemos que o termo contemporâneo refere-se ao tempo de vida de João Ribeiro, às questões políticas de seu presente, que estavam postas ao longo do século XIX, e que se desdobram no século XX.

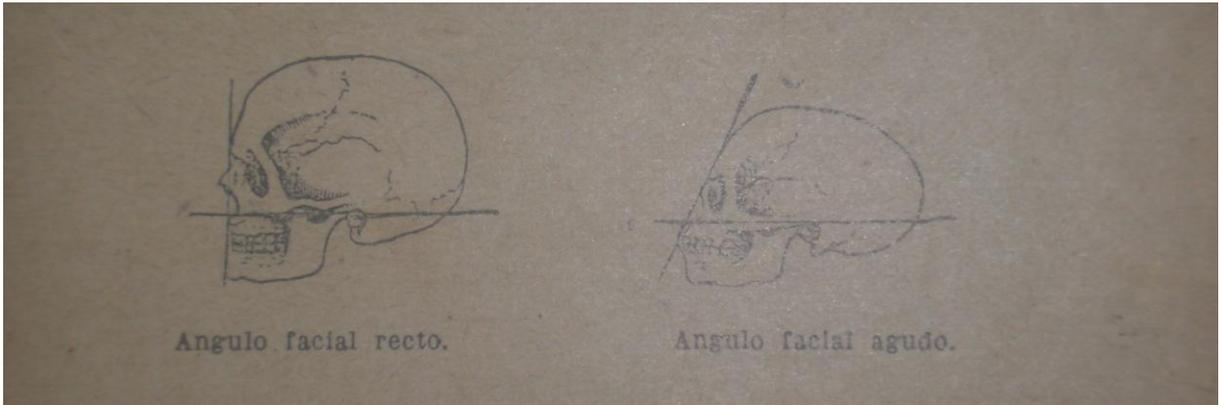
A *História Universal* compreende os períodos desde a Pré-história até os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial. Ao todo são 55 capítulos, sem as sub-divisões clássicas do gênero, como Antiguidade Clássica, período Medieval, Moderno e Contemporâneo, como na historiografia francesa ou na divisão tripartite da historiografia inglesa: Antiga, Medieval e Moderna, em síntese, elas são diluídas ao longo do livro sem uma linha explícita e definida. Por outro lado, a obra pode ser dividida em dois grandes blocos de leitura: a história Antiga e Medieval, no qual o enredo histórico é enunciado a partir das ideias de civilização, raça e nação; e a história Moderna, no qual as ideias anteriores são assinaladas na conformação dos Estados-Nações modernos, leia-se Alemanha, França, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Rússia.

Sobre o primeiro grande bloco, temos um grande nicho para análise sobre a questão da raça, pois, na leitura de João Ribeiro, são as raças que constituem as nações, suas especificidades biológicas e históricas. Para nosso polígrafo, o desenvolvimento das raças está

intimamente ligado ao desenvolvimento das civilizações no Globo, ou mesmo diferentes fases de evolução histórica. Como ele mesmo coloca sobre a pré-história: “As **raças** oferecem feições distinctíssimas e representam, a certos aspectos, as diferentes phases da civilização em seus vários estados **selvagem, barbaro e culto.**” (grifos do autor, RIBEIRO, 1935, p. 04).

Para nosso autor, os povos selvagens dão-nos a ideia do homem em tempos remotos, antes do progresso da civilização. Assim, inferimos certa linearidade na evolução dos povos, todos pertencendo aos mesmos estágios de evolução. João Ribeiro apresenta o ser humano dividido em três grupos étnicos ou raciais: o primeiro é a raça branca, caucásica, formadora dos Berberes, Semitas (árabes e hebreus) e os arianos (indo-europeus); o segundo é a raça amarela, dividida entre Mongólicos (tártaros, chins e japoneses) e Mogoloides (americanos selvagens, esquimós, fuegiano, malaios e polinésios); o terceiro é o negro, dividido entre os negros africanos (populações negras da África) e os negróides (weddahs e negros da Índia, negritos e hotentotes). Os movimentos históricos dessas raças conformariam os povos modernos através do caldeamento milenar entre elas. Contudo, essa mestiçagem, ao mesmo tempo, conformou aquilo que ele e Sílvio Romero, e outros intelectuais desse tempo, apreciam em uma nação: a uniformidade, uma nova raça pura a partir das matrizes progenitoras. Era esse o caminho, pelo exemplo histórico da civilização, que o Brasil deveria seguir; formar uma raça homogênea, nacional, mais forte fisicamente, bem como em valores morais e intelectuais.

As teses frenológicas e antropológicas atestam o caminho histórico e, a partir dos argumentos desse tipo de conhecimento, são utilizados por João Ribeiro para justificar biologicamente as diferenças entre as raças e suas relações hierárquicas. Ainda que não mencione os autores das teses nas quais ele se baseia, ele abarca o argumento do ângulo facial reto, como ele mesmo enuncia: “Nas raças chamadas inferiores o ângulo facial oblíquo é característico, como nos símios; o ângulo facial aproxima-se do ângulo recto na raça branca” (RIBEIRO, 1935, p.05). Ou seja, quanto mais próximo dos 90° o ângulo facial tem, tal qual os caucasianos, definir-se-ia a superioridade ou inferioridade de uma raça.



Extraído do livro *História Universal*, 1925, p. 5.

Por outro lado, João Ribeiro também não apresenta maiores problematizações sobre essas diferenças, suas relações com o meio social ou cultural, como modo de relacionar a base biológica e sua produção cultural. Apresenta ainda, outros elementos de superioridade racial:

Outros índices, o do cabelo, a forma do crâneo, a posição dos olhos, a grossura dos lábios, a cor da tez, distinguem os diferentes *typos* humanos, hoje, em verdade, muito misturados, podendo dizer-se que não existe quasi raça pura, mórmente na parte mais civilizada do globo. (RIBEIRO, 1935, p. 05).

O padrão caucasiano está implícito como referência de superioridade entre as raças, tanto que João Ribeiro relativiza a primazia numérica dos povos asiáticos no mundo:

Se formos avaliar a importancia d'essas raças por simples considerações estatísticas, a primasia caberia ás raças amarellas. Ellas constituem em população a metade do globo (600 a 700 milhões) e sua área é a mais extensa. (RIBEIRO, 1935, p. 05)

Em síntese, os movimentos históricos têm na base biológica, em boa medida, mas não exclusivamente, as determinantes nas maneiras como os diferentes povos vivem e interagem entre si. A escala evolutiva dos povos tem no padrão europeu a referência e o topo de sua hierarquia, vale dizer, o ideal de ser humano biológico que, instruído e educado, contribui proeminente para a humanidade.

Assim, entre os dez primeiros capítulos do livro¹⁶, quatro deles se dedicam a demonstrar os movimentos das raças matrizes e a conformação dos povos da antiguidade que, cada qual, na leitura do nosso autor, expressam uma estirpe, uma raça, sinônimo de nação. Em cada uma delas, contam suas origens e movimentos migratórios e as nações¹⁷ que elas deram origem. A dimensão moral não é posta nesses capítulos, ela é um elemento subjacente aos movimentos históricos, diferente do livro *História do Brasil*, no qual a moral está ao lado da questão da raça na constituição de nossa história.

As raças matrizes: Arianos, Semitas, Chins e outros já mencionados, expressam o que Sílvio Romero chama de raças antropológicas, e são os movimentos históricos dessas raças que dão origem às raças históricas, isto é, as nações modernas. A citação de Romero é importante para situar que João Ribeiro tem a mesma leitura. E, a partir dela, João Ribeiro narra a história do povo hebreu, fenício, hindus e gregos, que para nosso polígrafo representam cada qual uma raça/nação, cada uma com contribuições importantes para o progresso da civilização.

São nesses progressos que o enredo histórico constitui-se, na medida em que apresenta o que cada povo da Antiguidade legou à posterioridade e às civilizações modernas. Assim, os fenícios e os hebreus são pontuados pelas suas atividades comerciais com os povos do oriente e do mediterrâneo. Os arianos, por outro lado, são representados como uma raça mais adiantada e culta. Como ele mesmo expressa,

Esses povos vieram do norte e conquistaram a Grecia e a Italia e no Oriente e a Pérsia e a Índia, e vieram a constituir com o correr dos tempos, as nações mais cultas inventivas e inteligentes da Terra. (RIBEIRO, 1925, p. 27)

Outro ponto importante são as referências a cada literatura desses povos, com suas curiosidades linguísticas, predominando sobre a história política (sucessão dos reis) e cronológica. Estas ocupam um lugar de menor destaque na historiografia de João Ribeiro.

Sobre o segundo grande bloco de leitura da *História universal*, isto é, a história moderna, temos a narrativa dos momentos fundadores dos grandes expoentes da civilização

¹⁶ São eles: II – Fenícios e Hebreus, III – Os povos arianos, IV – A Grecia: o povo e o paiz. Colonização, X – A Macedônia Phillipie e Alexandre Sciencias e a Artes na Grecia.

¹⁷ Não se trata das nações modernas, mas dos próprios povos da antiguidade.

naquele momento, leia-se Europa e Estados Unidos. A Ásia é inserida nos movimentos do Imperialismo e da Primeira Guerra Mundial, sem textos apologéticos de suas contribuições para a civilização e a humanidade, tal como João Ribeiro, por exemplo, coloca sobre a importância da Revolução Francesa para a modernidade.

Assim, narra-se a história de cada potência econômica e militar. A formação do Estado inglês dá-se a partir de sua raça, caracterizada como mais germanizada em relação aos continentais europeus, e, portanto, mais pura em relação aos latinos. Sua origem está na Carta Magna de 1215 e na Revolução Gloriosa; em ambos os movimentos, a burguesia conquistou poder, liberdade de comércio e poder deliberativo. São momentos importantes que deram à Inglaterra suas fisionomias e seu poder diante do mundo. A unidade política francesa é atribuída à família real dos Capetos, frente aos normandos e aos ingleses; a partir dela, a nação evoluiu para se destacar em momentos importantes para a contemporaneidade. Assim, atribui a Revolução francesa a anterioridade das lutas por liberdade entre os latinos:

A idéia da Revolução Francesa, embora associada aos seus crimes e ateísmo, á guilhotina e ao anarchismo e tyrania dos seus homens, contudo, vive na consciencia humana com a mais profunda e efficiente de todas as crises sociaes e políticas, donde nasceu a liberdade dos povos latinos. (RIBEIRO, 1925, p. 390).

Os movimentos de formação da Itália e da Alemanha não são postos pela problemática da raça, sendo antes acontecimentos históricos provenientes de lutas e guerras. Os movimentos políticos que originaram esses Estados estão na esteira da determinação dos povos “(...) a doutrina da política da unidade dos povos que tanto favoreceu a Itália e Alemanha (...) com o princípio de *Self-determination*” (RIBEIRO, 1935, p. 438).

Aliás, a unidade alemã, ou melhor, da raça e do povo alemão, é colocada como inacabada em função dos austríacos, que não se uniram. Inclusive, a união é temida como “uma ameaça contra o equilíbrio europeu.” (RIBEIRO, 1935, p. 438)

Evidentemente, importantes acontecimentos históricos estão narrados no livro, como o Império Romano, sua queda, os Merovíngios, Carolíngios, o Renascimento, as Grandes Navegações, a Reforma Protestante, a Contra-Reforma, o Absolutismo, a Revolução Gloriosa, as Guerras entre Inglaterra e França, a Revolução Industrial, o Período Napoleônico, a

Unificação do Estado Alemão, da Itália, inclusive a Primeira Guerra Mundial. Contudo, destacamos Inglaterra e França por serem mais reveladores na questão da nação/Estado/raça.

Outro ponto que merece destaque é a formatação do texto. A exemplo de a *História do Brasil*, há dois formatos, seguindo o mesmo padrão: letra maior, com fatos e narrativas mais simples; e a letra menor, para uso do professor, para as explicações das causas gerais dos eventos históricos. Trata-se de uma permanência nas estratégias pedagógicas de inserção do aluno no processo de ensino e aprendizagem em relação à *História do Brasil*.

A primeira edição de *História Universal* é de 1918, e a primeira edição de *História do Brasil* é de 1900. Em ambas as obras, o argumento da racialidade está presente, mas de diferentes formas. O tema racial é uma permanência no pensamento de nosso autor, ou pelo menos podemos inferir que ele lança mão dessas leituras racialistas para escrever seus livros didáticos de história. Na primeira obra, cronologicamente posterior, são os estudos frenológicos que problematizam a evolução da espécie humana, na ramificação de suas subespécies, e que tiveram maior ou menor grau de evolução. A questão moral é colocada nos movimentos históricos, mas não como determinante na natureza das raças. Na segunda obra, anterior, a questão da raça é colocada lado a lado à dimensão moral da nação, naquilo que constitui a nação brasileira; contudo, sobrepuja a dimensão moral sobre a racialidade, ainda que aceite o último como um dos elementos determinantes de nossa história, porém, não exclusivo.

A outra obra aqui elencada, que não é propriamente de um livro de João Ribeiro, mas uma compilação de seus artigos publicados em jornais ao longo de sua trajetória intelectual, é o livro *Obras de João Ribeiro: crítica*, o volume VI (historiadores), organizada por Múcio Leão, também imortal da ABL, lançado em 1961 pela Publicações da Academia Brasileira de Letras.

O referido volume faz parte de um conjunto de livros lançados ao longo dos anos de 1950 que percorre diferentes campos de atuação intelectual de João Ribeiro, totalizando seis livros. O primeiro volume, publicado em 1952, tem como subtítulo: “Os modernos”; o segundo volume, também em 1952, tem como tema: “Clássicos e românticos brasileiros”; o terceiro volume, publicado em 1957, refere-se aos: “Poetas, Parnasianismo e Simbolismo”; o quarto volume, publicado em 1959, de título: “Autores de ficção”; o quinto volume: “Filólogos”, publicado em 1961; e o sexto volume, também de 1961, sobre: “historiadores”.

Utilizamos em nossa pesquisa a primeira edição de 1961. Nela consta uma nota de uma página de autoria de Múcio Leão, na qual ele elucida a maneira como elaborou a coleção:

Procuramos dar ao presente volume uma certa perspectiva cronológica, o que lhe emprestará quase o caráter de uma síntese sobre a evolução do gênero *História* em nosso país. Viu o leitor que as páginas se iniciam com uma longa notícia acerca do primeiro historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador, e se estendem até quase ao momento de João Ribeiro falecer – pois algumas das últimas notas que êle publicou em sua coluna do “*Jornal do Brasil*” ou do “*Estado de São Paulo*”, foram aqui aproveitadas. (RIBEIRO, 1961, p. 432)

A obra é organizada a partir de textos que versam sobre as críticas historiográficas de João Ribeiro a respeito das publicações de história, aliás, como o próprio título do volume *Historiadores* enuncia. Nelas, João Ribeiro tece comentários, méritos e desencontros das produções intelectuais e os publicou em forma de artigos nos jornais *Imparcial*, *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, e das revistas *Sul-americana*, *Época* e *Almanaque Garnier* entre 1885 e 1934. Entendemos nessas análises os sentidos históricos de nosso polígrafo, as permanências e deslocamentos em seu pensamento como um todo, o que nos permite compreender melhor os significados da *História do Brasil*, e como seu pensamento se desloca, sobretudo ao longo das décadas de 1900 e 1910, até seu falecimento em 1934. Podemos, assim, aprofundar nossas leituras sobre a *História do Brasil*.

Por outro lado, entendemos que, por serem textos curtos e de ampla circulação, não possuem demasiadas análises críticas sobre os livros; afinal, os textos são destinados aos jornais, ao grande público, sobretudo os textos do *Jornal do Brasil* e do *Estado de São Paulo*. O que nos importa é que, diante do volume dos artigos, elencamos aqui os mais representativos no que concerne aos projetos de nação e o sentido da história, e suas relações com as teses presentes na *História do Brasil*. Para tanto, elencamos os artigos que versam sobre Varnhagen e sua obra; os sobre Handelman e sua síntese histórica sobre o Brasil; e os artigos sobre Pedro II, os movimentos políticos dos anos de 1920 e sobre a Revolução de 1930

No primeiro deles, sobre Varnhagen, há uma crítica aos serviços prestados pelo diplomata sobre a documentação da história brasileira, que percorreu diferentes países com o intuito de coletar e coligir os dados de nossa história. Assim, enaltece sua importância para

historiografia brasileira; por outro lado, não repete as mesmas críticas feitas à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, que estão presentes em sua *História do Brasil*. Aliás, a análise é diferente em *História do Brasil*, posto que João Ribeiro traça uma discussão historiográfica para, a partir dela, superar a obra de Varnhagen; ou seja, estabelece um contraponto com este autor para formular suas renovações historiográficas. Se quisermos nos aventurar numa leitura sociológica, poderíamos dizer que o tom laudatório é antes um convite para leitura de a *História Geral do Brasil*, um cânone da historiografia brasileira, em vez de sepultar a obra ao esquecimento, pois era o lançamento da terceira edição no ano de 1927¹⁸. Se levarmos em consideração a publicação da matéria em 07/12/1927 pelo Jornal do Brasil, e a publicação da *História do Brasil* em 1900, ou 1901, em sua edição para os cursos superiores, a *História Geral do Brasil* já era um clássico na historiografia brasileira; ao passo que em 1900, ainda era uma referência bibliográfica para os estudos históricos que ainda não estavam completamente superados. Portanto, suas críticas são para a superação do debate historiográfico. Em 1927, a análise de Ribeiro é sobre um cânone, que deve ser lido e conhecido.

Contudo, em 1932, temos a clássica crítica quanto à estilística discursiva de Varnhagen,

Não é Varnhagen um escritor agradável nem elegante no tempo em que eram modelos Alexandre Herculano, Macaulay e Michelet, para não citar outros vultos universais que deram à história o encanto do estilo e da forma, sem prejuízo da erudição. (RIBEIRO, 1935, p.23)

Contudo, para João Ribeiro, Varnhagen está no panteão dos grandes historiadores não apenas do Brasil, mas do mundo, embora sem a habilidade de seus pares na Europa. O que, ainda assim, não retira os méritos de sua obra no seu tempo, bem como suas contribuições na organização documental de nossa história a frente do IHGB.

Outra crítica é sobre o livro de Gottfried Heinrich Handelmann, *Geschichte von Brasilien*, de 1860. Trata-se de uma síntese histórica do Brasil do século XIX, escrita em alemão que, naquele momento (Jornal do Brasil 03/11/1931), era publicada em português pela

¹⁸ A propósito dessa assertiva, seus artigos dão-se na ocasião do lançamento das obras dos autores, ressaltando a importância das primeiras memórias e sínteses históricas do Brasil, como faz, por exemplo, com o lançamento do livro de Frei Vicente Salvador. (RIBEIRO, 1961, p.5-7).

primeira vez, por iniciativa do IHGB nas mãos de Lúcia Furquim Lahmeyer, Bertoldo Klinger e Basílio de Magalhães, com o título traduzido *História do Brasil*.

A importância do artigo sobre o referido livro ocorre por conta da influência dele sobre a produção *História do Brasil* de João Ribeiro, assim como para o seu trabalho de professor de história, como ele mesmo atesta:

Professor de história nacional, preparava-me para escrever um compêndio da nossa história. E achei neste substancioso trabalho de Handelmann, muitos “pontos de vista” que necessitava para compreender a nossa história.

O principal de todos eles era o do particularismo do desenvolvimento do Brasil. A nossa pátria não se originou de um núcleo central que se multiplicasse ou se expandisse como Roma.

Handelmann notou esse particularismo que era o mesmo da Alemanha, com a diferença que nós lhe dávamos o exemplo selvagem e bravo desse gênero de formação nacional.

O Brasil, de fato, desde os meados do século XVI, começou a nascer ao mesmo tempo em diferentes pontos, incomunicáveis quase. As distâncias e o sistema colonial favoreciam esse crescimento e a independência dos núcleos criadores mais o agravava.

O sistema colonial ligou esses núcleos à metrópole, mas não os ligava entre si. A unidade existia na religião e na raça, mas definhava ou estava ausente na administração.

O resultado foi que só se começaram a entender quando a expansão de uma colídia com a de outro. Às vezes a guerra os aproximava ou fazia nascer outro núcleo povoador, como no caso do Maranhão e das povoações do sul. As grandes indústrias da criação e da mineração formaram o contacto do interior com a zona litorânea e foram os fatores decisivos da unidade territorial e nacional.

Essas ideias, que eram as de Martius e depois de Handelmann, instruíram-me a respeito do método que havia de seguir.

Eis o que devo a Handelmann e mais nada. (RIBEIRO, 1961b, p. 25-26)

Trata-se de uma das teses capitais de a *História do Brasil*, qual seja, a do povoamento da colônia, a partir dos cinco focos de irradiação populacional, no qual a América portuguesa não era interligada entre seus diferentes pontos, apenas ligada à metrópole. Como vimos, para João Ribeiro, são as guerras e a expansão da colônia que permitiram a aproximação e a integração entre seus diferentes pontos populacionais, como no caso da mineração que permitiu o contato entre os sertões e o litoral.

Tal passagem revela a permanência e a importância da tese para a compreensão da *História do Brasil* e como ela se torna um paradigma historiográfico para outros intelectuais

dedicados aos estudos históricos, que concentraram seus esforços nas histórias regionais, a fim de compor o quadro da história nacional, tendo na religião, na raça e no vínculo com a metrópole a unidade colonial. É de Handelmann e Martius que nosso polígrafo seguiu as linhas interpretativas para o povoamento do Brasil.

Outros artigos interessantes são sobre a figura de Pedro II, e os trabalhos históricos que se debruçaram sobre ele. Assim, suas críticas a esses trabalhos giram em torno da monarquia e sua importância histórica para a unidade nacional. Os autores aqui apresentados são Heitor Moniz, em sua obra *Na côrte de Pedro II*; e a biografia *Quem foi Pedro II*, de Carlos Sussekind de Mendonça. Observemos a seguinte passagem:

Para uma vida de tão longa ação como a de Pedro II, dados os nossos costumes, seria possível, como é agora, organizar um libelo terrível, com por igual seria fácil reunir uma antologia apologética. (RIBEIRO, 1961b, p. 36)

João Ribeiro explicita as dificuldades de um juízo histórico parcial sobre a figura de Pedro II e, assim, questiona ponto a ponto a obra de Mendonça acerca do caráter de nosso segundo monarca, ou melhor, relativiza-a:

O que parece exato é que Pedro II não foi um sábio, a não ser que seja o interesse pela ciência a mesma sabedoria; nada produziu nesse domínio. Mas animou Pasteur, Wagner, Pedro Américo e outros sábios e artistas.

(..) Também não foi um *pacifista*, porque não soube resistir à tradição funesta de intervenção no sul do continente.

Mas é contestável que tivesse espírito agressivo contra as Repúblicas do sul em perpétua desordem e nada simpáticas, como era natural, ao Brasil.

O seu *abolucionismo* tem sido contestado como também os seus sentimentos democráticos, que nos parecem verdadeiros.

(...) seria mais fácil explicar o atraso do Brasil no segundo reinado, pelo parlamentarismo, que tudo inutilizava com as discussões e competências estéreis, próprias desse regime de trepidação sem progresso real. (RIBEIRO, 1961b, p.35-36).

O fragmento publicado pelo Jornal do Brasil em 30/10/1929 demonstra a visão de João Ribeiro sobre a democracia, revela sua leitura sobre a capacidade do parlamento em

governar o Brasil, e assim põe em cheque a viabilidade de uma sociedade brasileira calcada no *self-government*. Trata-se das habilidades sociais e políticas de um povo em auto governar-se, normalmente, atribuído aos regimes republicanos como exigência, a partir do modelo estadunidense. Seus comentários têm o mesmo sentido sobre a obra de Heitor Moniz:

Certamente, nos estreitos limites que se impôs, não podia dizer tudo, e nem era o seu intento, mas fez uma síntese espiritual e elegante do segundo reinado, e dos principais personagens do trono.

São dignos de nota alguns capítulos, bem traçados e desenhados com o do Conde d'Eu a quem faz justiça inteira, só agora reconhecida pelo estudo imparcial da história. Outro capítulo interessante é o que se intitula – *O temperamento amoroso de Pedro II* – em que se descreve a discreta gravidade do soberano, aliás o oposto do gênio paterno, envolvido em aventuras do coração.

Pedro II nunca se deixou vencer pelas mulheres, que seriam muitas, profissionais da conquista do coração de príncipes.

(...) Contestam que fosse abolicionista, mas parece que o foi sem grande paixão e sem temeridade, e há um capítulo do livro de Heitor Moniz que neste sentido é assas significativo.

O que mais atrasou o Brasil seria, a nosso ver, o parlamentarismo, que foi um sistema de não fazer e de não deixar fazer coisa alguma. (RIBEIRO, 1961b, p.38-39).

Percebemos também nesse fragmento, publicado em 02/04/1931 no Jornal do Brasil, as mesmas leituras e críticas sobre os movimentos históricos da monarquia. Em nossa leitura, trata-se da permanência sobre a representação de Dom Pedro II; observada as datas 1929 e 1931, dos fragmentos expostos quando comparados às representações de Pedro II, elaboradas em sua *História do Brasil* de 1900.

A representação sobre Pedro II, pelo menos ao início de seu reinado, é absolutamente positiva. Ele está acima do bem e do mal, das querelas políticas e partidárias de conservadores e liberais, até pela sua condição de soberano. Vejamos:

Democrata, simples e modesto, mas sem perda da distinção pessoal; generoso e desinteressado; sábio, mas sem affectação; exemplo de todas as virtudes domesticas (...) (RIBEIRO, 1961b, p. 492)

Todavia, também críticas, um tanto quanto paradoxais.

Não lhe faltam grandes culpas. Não era um espírito adiantado; culto sim, porém quasi retrogrado (...) o culto de cousas supérfluas, certa vaidade de aparecer bem à opinião européa dos sabios philophos. (RIBEIRO, 1961b, p. 492).

Sábio e culto, mas retrógrado e modesto, além de vaidoso. Podemos questionar se estes fragmentos representam uma contradição de Ribeiro ou da própria pessoa do monarca. Critica a presença brasileira na Guerra do Paraguai, que tornou o Brasil vilão diante do mundo. Critica seu pouco empenho na organização de um exército e justifica este fato pelo caráter mais filosófico do que beligerante do monarca. Explica isso como expressão de um americanismo que, “(...) não estando sujeito ás duras contingencias da política européa, encara sem prazer e antes com desgosto a triste necessidade de emulações militares (...)”, (RIBEIRO, 1961b, p. 493). Ora, se na América não há um gosto beligerante, como explicar tantas sedições narradas ao longo da história brasileira e a instabilidade política e militar na América Hispânica, como a todo o momento ele ressalta. A propósito da questão política, esta é explicada por nosso autor pela racialidade e pela afeição à desordem, característica natural das raças inferiores, conforme sua interpretação.¹⁹

Se não era um monarquista, nutria grande admiração tanto a Pedro II, como pelos presidentes que tiveram a capacidade de manter a ordem institucional. Pelo monarca, pela habilidade de conduzir a política do país, bem como a paz, no contraponto com as repúblicas hispano-americanas, mergulhadas em conflitos civis e golpes de Estado. Nesse sentido, enxerga na república a evolução política do povo brasileiro; e a queda da monarquia, ao crepúsculo deste regime na Europa e ao redor do mundo. Na ocasião da Revolução de 1930 e 32, torna-se um entusiasta da república, por não ter sido abalada em sua unidade, apesar dos conflitos. Ou seja, para ele, a república está salva e não se fragmentaria. Podemos ainda inferir que a centralidade política, a partir de 1930, era importante no contraponto com o “estéril” parlamento brasileiro.

No mote acima, podemos apresentar suas publicações sobre os movimentos políticos a partir de 1922, quando era jornalista para o Estado de São Paulo, conforme Leão assinala abaixo:

¹⁹ Ver mais na pág. 98-99.

É também ocasião de chamar atenção do leitor para o extremo interesse com que crítico - como o historiador magistral que era - acompanha os movimentos revolucionários que, a partir de 1922, agitaram nossa pátria. Todo um volume poderia ser organizado, na crítica de João Ribeiro, somente com anotações relativas a êsses movimentos que vieram a ter a sua expressão final, durante a vida do escritor, na revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932. Algumas dessas apreciações, sempre cheias de ideias gerais, de fecundas meditações sobre o presente e o futuro do Brasil, o leitor encontrou na última parte deste volume. (RIBEIRO, 1961b, p. 432)

Em outras palavras, trata-se da imagem de um intelectual envolvido com as questões políticas de seu tempo, seja os movimentos republicanos dos anos 1880, em sua juventude, seja o tenentismo dos anos 1920, já na velhice. Quer dizer, para nosso polígrafo, o Estado Brasileiro tem que ser reinventado; o oligarquismo presente nesse primeiro momento republicano carecia de maior representatividade ou, pelo menos, de expressar melhor os anseios nacionais.

João Ribeiro desenvolveu ainda uma série de críticas aos livros publicados sobre a Revolução de 1930, nas quais nosso autor expõe como concebe os movimentos políticos a partir dos anos 1920. Elencamos aqui três críticas que, ao nosso ver, estão entre as mais representativas, pois ficaria demasiadamente longo e desnecessário tantas fontes.

A primeira delas é a crítica sobre o livro *O Caso de São Paulo*, de Vivaldo Coaracy, publicada pelo Jornal do Brasil em 13/01/1932, sobre a adesão de parte dos paulistas à Revolução de 1930. Ao relatar as tramas políticas que culminaram no golpe de Estado, expõe o caráter de Vargas diante dos acontecimentos:

De modo que, se a junta (militar provisória do golpe de 1930) não cedesse aos revolucionários do sul, já quase em São Paulo, a guerra civil seria inevitável, e lá se perdia a ideia nobilíssima de evitar a efusão de sangue dos brasileiros, armados uns contra os outros.

Entendemos que o espírito de diplomacia e de educação de Tarso Fragoso foi o que evitou a tremenda catástrofe, entregando o poder ao chefe das legiões gaúchas, Getúlio Vargas.

Foi duplamente feliz essa inesperada solução; porque Getúlio Vargas era um rebelde capaz da moderação e da benignidade, que **é da norma do seu espírito revolucionário**, sem demasia turbulenta e sanguinária.

Sem dúvida, houve descontentamento, mas ninguém deu o exemplo da reação. A *junta militar* garantiu a ordem, a paz e o novo governo.

(parênteses e grifos meus, RIBEIRO, 1961b, p. 382-383).

Para João Ribeiro, o mais importante é a ordem, de modo que os embates políticos não podem ultrapassar as formas civilizadas e não militarizadas de relação social e política. Em boa medida, ele acredita que os revolucionários são capazes de refundar os ideais republicanos, pois tiveram a habilidade política, contando com o apoio do exército ao dar o golpe de Estado com o mínimo de derramamento de sangue, segundo a sua leitura. Quando escreve uma crítica sobre os livros *A desordem* e o *Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, revela as virtudes do movimento que são representados nesse livro. Assim, Ribeiro escreve:

(o livro) fala da coincidência da crise universal com a revolução brasileira, que pode ser econômica mas é profundamente política em suas feições fundamentais. Sabido é que Minas desejava, como de costume, a sua vez na distribuição do poder presidencial da República. Não obtendo a satisfação do que desejava, lançou o país aos azares da revolução, aproveitando os descontentamentos esparsos e coordenando-os no sentido de uma reação contra os nossos abusos de prepotência, agravados por uma série de circunstâncias favoráveis a qualquer movimento de indisciplina. O exército, com evidente simpatia pelos reacionários, resolveu a crise, sem, todavia, comprometer a ordem pública. (RIBEIRO, 1961b, p. 406)

A virtude é a ordem. Assim, com a expectativa de mudanças políticas com o novo regime, finaliza: “A revolução irá muito mais longe” (RIBEIRO, 1961, p.407). O exército ganha destaque no seu papel revolucionário com as mudanças políticas.

O exército será, sempre e de vez em quando, o poder moderador mais eficiente contra os nossos dispautérios. A bom ou mau grado assim o será, como tem sido.
(...) Nós temos só uma coisa única, que é a *questão militar*, que arranhou, esfolou e derrubou a monarquia, criou a República Velha, criou a República Nova, e sem dúvida, criará a República novíssima, quando a houver. (RIBEIRO, 1961b, p. 395)

Interessante representação do exército, revolucionário, porém como contraponto ao caudilhismo militar nas repúblicas hispano-americanas. O exército aqui tem a função de apartar as paixões políticas e os interesses particulares, e os militares são incorporados ao *escol* condutor do povo, bem como aponta a função de regeneração quando os coloca ao lado dos revolucionários que visavam refundar os ideais da República.

Outros pontos da extensa produção jornalística de João Ribeiro poderiam ser mencionados. No entanto, com o objetivo de captar suas teses capitais sobre política, história e suas relações com o projeto de nação, o esforço apresentado é suficiente.

Outra obra aqui apresentada é *Obras Críticas de João Ribeiro*, volume V (filólogos), pertencente à coleção já mencionada anteriormente, e publicado em 1961. O presente volume trata das notas em jornais sobre estudos linguísticos da língua portuguesa e percorre, a exemplo do volume anterior apresentado, a vida intelectual de nosso autor. Nesses artigos, Ribeiro tece críticas, apresenta suas teses e comentários, expõe-se em polêmicas, como a perseguição aos estrangeirismos presentes no português falado no Brasil, sobretudo, os francesismos, como ele chama. Nesses textos, percebemos mais nuances sobre suas linhas interpretativas da língua portuguesa.

Desse modo, elencamos aqui apenas dois artigos que versam sobre a questão da língua, de modo a não tornarmos extenuantes e mesmo redundantes o trabalho sobre a obra. Estes artigos, em boa medida, completam as linhas interpretativas de a *Língua Nacional*. O primeiro é um artigo que foi anteriormente publicado na *Revista de Língua Portuguesa*, ano 3, volume de 1921; e o segundo, publicado no jornal *Imparcial* em 24/03/1919.

O primeiro deles é uma crítica à obra *Galicismo* de Laudelino Freire, cujas teses capitais consistem em relativizar a perniciosidade dos estrangeirismos nas línguas nacionais, na qual nosso autor corrobora como dialetista. Para João Ribeiro, a influência da língua portuguesa é patente: “A língua portuguesa, como outras congêneres latinas, sofreu o influxo incontestável do francês. Suprimi-lo seria o mesmo absurdo de suprimir a gravitação” (RIBEIRO, 1961a, p. 81); isto é, segue o mesmo movimento histórico das outras línguas do continente europeu. Mas não somente isso; significa, antes, que o Brasil faz parte de uma cultura satélite sob a órbita da cultura francesa e mesmo do Ocidente.

O francês influenciou o inglês e o alemão, assim, os movimentos das línguas têm certo cosmopolitismo. O que não significa que não se possa defender a unidade da sua língua, seu vernaculismo, afinal: é “a própria autonomia de pensamento”, como nos diz João Ribeiro (1961, p. 85). Trata-se de um equilíbrio para controlar os exageros sobre os usos da linguagem. Os influxos das línguas devem ter fatores que as justifiquem:

Essas duas verdades, afinal, se reduzem a uma só e formam o cânone único a que deve ater-se todo aquele que fôr cioso da própria nacionalidade: - percorrer ao peregrinismo sómente quando se verificar a ausência ou insuficiência de meios de expressão convenientes, casos que suposta a opulência da língua nacional amiúde não podem ocorrer. (RIBEIRO, 1961a, p. 86)

Em outras palavras, o linguista justifica a preservação da língua, mas também os estrangeirismos, desde que não afetem a especificidade de uma nacionalidade. Com esse argumento, João Ribeiro justifica o desenvolvimento histórico da língua portuguesa no Brasil, com o enriquecimento lexicográfico das línguas Bantas e Tupis, a partir da experiência histórica na América. Isso porque essa experiência criou no novo ambiente a “insuficiência de meios de expressão”, isto é, novos nomes para as coisas que ainda não tinham nome, segundo o mundo dos portugueses, como para a fauna e flora tipicamente americana.

O segundo artigo contém uma crítica à uniformização da língua portuguesa pelo mundo, promovida pelo então republicano governo de Portugal em 1911. João Ribeiro cita a seguinte nota do professor J. C. Branner da Stanford University sobre o referido evento:

No ano de 1911 a República de Portugal meteu a mão nesta matéria com resultados tristes. Aquêlo govêrno publicou oficialmente um brochura com o título de *Bases para a unificação da ortografia*, e com um só golpe acabou com as leis de evolução natural da língua portuguêsã, e apagou completamente os traços e relações históricas e linguísticas, que a ligam com o latim, com o grego, e com as outras línguas do mundo. Na minha opinião, aquêlo govêrno, por êste ato, tomou uma liberdade com a língua do povo que nem os reis mais despóticos jamais se lembraram de tomar. Felizmente, no Brasil, os autores e escritores sérios se ocupam com a história e com a literatura em lugar de procurar novas e esquisitas maneiras de soletrar. (BRANNER Apud. RIBEIRO, 1961a, p. 235)

Podemos perceber nas linhas de Branner as mesmas inquietações em João Ribeiro e o conjunto de ideias que viriam a fazer parte da *Língua Nacional*, voltadas para a questão de como a língua é entendida como um dos pilares da nacionalidade brasileira, que, a partir de sua experiência histórica, fez uma apropriação *suis generis* da língua metropolitana expressa em sua literatura, seus sentimentos e formas de se relacionar, bem como nas ideias de seu povo.

2.3 – *História do Brasil: entre permanências, deslocamentos e rupturas didáticas e historiográficas.*

Nosso autor pertenceu a uma geração que conheceu as transformações políticas do final do século XIX, notadamente da última década. Essa mesma geração – que era a de 1870, a qual não fazia parte, mas se incorporou a ela na década seguinte – mudaria para uma postura mais cética em relação aos rumos políticos do país, sobretudo após a ascensão de Prudente de Morais e, depois, Campos Sales. Tal ceticismo permitiu certa reabilitação da monarquia, enquanto memória a ser cultuada com nostalgia, o que explica o tom apologético de João Ribeiro sobre a monarquia. Assim, em última instância, João Ribeiro conformava-se com a capacidade do regime em manter a ordem institucional e o Estado de direito.

Entendemos que os argumentos expressos na obra de João Ribeiro respondem à questão da unidade social através do encontro das raças que constituiu e constitui a nação, pois, em sua escrita da história, ele enuncia a incorporação dos elementos africanos e indígenas à nacionalidade, ao povo, que, por conseguinte, deveria ser a base social da república. Ou seja, a renovação historiográfica da obra incorpora as necessidades do novo regime que se consolidava no início do século XX. Entretanto, a mesma nação, caracterizada valorativamente como raça mameluca, é desmoralizada e sem as habilidades políticas de se autogovernar democraticamente.

Em nossa interpretação, a leitura que então se faz da nação e do seu povo é expressão do conceito de insuficiência cívica, enunciado por Rocha (2004) em suas investigações sobre as matrizes da modernidade republicana brasileira²⁰. Se na esfera política o conceito justifica a formação de um escol político condutor das massas nos processos decisórios, ou melhor, um regime autoritário e excludente nos processos políticos, na esfera educacional, o conceito designa ao professor, neste caso, de história, como parte desse escol intelectual condutor da

²⁰ Trata-se de um conceito que marca ainda a geração dos críticos republicanos. Implica na compreensão de que o povo é incapaz do exercício da cidadania. A ideia de insuficiência cívica do povo serve para justificar a conformação de um escol político, intelectual e condutor do povo, e que, por sua vez, mantém a exclusão política no regime republicano, sob o argumento da falta de luzes do povo para a participação política. Essa tradição somente é rompida nos anos de 1920, com a geração de Fernando Azevedo, cujo pensamento educacional, entre outras coisas, significou justamente a incorporação da cultura popular latente e adjacente à cultura letrada e erudita. E, partir desta integração, torná-la elemento ativo na vida social política brasileira. (Ver: Rocha, 2004).

regeneração da raça mameluca, que lhe lapidaria o verdadeiro caráter da nacionalidade brasileira.

João Ribeiro é um jornalista republicano, mas, paradoxalmente, suas convicções políticas estão mais vinculadas à capacidade de um regime em se sustentar. É neste mote que critica ou enaltece determinados personagens históricos, como, por exemplo, Dom João VI, que é tido como covarde, indeciso, entre outros termos pejorativos. Entretanto, embora fosse republicano, sua representação sobre o monarca enuncia que “sem ele [a monarquia] o grande império colonial explodiria em mil fragmentos” (RIBEIRO, 1935, p. 380). Em verdade, seu discurso é ambíguo, e se transforma ao longo do tempo, principalmente porque duvidava da capacidade do povo mameluco em se constituir como república.

Desde o início, sua *História do Brasil* foi bem sucedida no mercado editorial. No mesmo ano de lançamento, a obra foi reeditada em três versões diferentes, cujas adaptações atendiam ao ensino primário, secundário e às Escolas Normais. Esta repercussão transcendeu ao público estudantil, influenciando inclusive no meio intelectual, tornando-se referência para obras de maior envergadura em autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, entre outros. Segundo HANSEN (2000, p. 58-61), a ressonância deve-se principalmente pelas inovações historiográficas que traziam outras perspectivas para além de uma história política, bem como pela divisão da obra em dois tipos distintos de texto: o primeiro destinado aos alunos, com a narrativa dos fatos; e o segundo que aponta as causas gerais, elementos que estão fora dos fatos, mas que impulsionam os acontecimentos.

História do Brasil é marcada por um novo momento na produção historiográfica brasileira que, ao longo do século XIX, era produzida no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Com a queda da monarquia, esta instituição perdeu prestígio e o amplo apoio do Estado. O fazer histórico dissemina-se então em outros lugares e, segundo Hansen, conquista autonomia que anteriormente era tão intimamente comprometida com o Estado Imperial. Outra obra que sedimenta o fenômeno de distanciamento é *Capítulos da História Colonial*, de João Capistrano de Abreu.

Entendemos que o distanciamento de comprometimento é muito mais uma atitude dos sujeitos frente às instituições, do que resultado das correlações de força que poderiam influenciar um intelectual a produzir uma obra de tom encomiástico. Por exemplo, tanto Varnhagen como Capistrano ou Ribeiro eram funcionários públicos ou estavam no alto escalão do governo, como no caso do primeiro; contudo, o vínculo não explica o

comprometimento dos últimos, pois, apesar de ambos serem vinculados ao Estado, seus discursos não se pretendiam a legitimar o *status quo*, mas conquistar espaço e independência no campo investigativo da história em relação ao Estado (GOMES, 1996, p. 42). Assim, distinguimos nossa linha interpretativa daquela consagrada pela historiografia, qual seja a de explicar a visão de mundo de um autor a partir do comprometimento com o regime, como no caso de Varnhagen e outros intelectuais, que tinham vínculos institucionais com a monarquia. Entendemos que este argumento não esgota a discussão, é apenas mais um elemento para sua investigação.

A renovação historiográfica de João Ribeiro, quando incorpora os novos elementos, além de romper com a história cronológica e política, produz também a ideia de insuficiência cívica, no qual o povo só teria capacidade de constituir o regime republicano quando fosse esclarecido pela educação. Assim, pela educação, pela consciência histórica, os jovens teriam parte das habilidades necessárias para a vida republicana. Podemos sintetizar a obra também pela expressão da ideia de regeneração da nação, enunciadas pelas Escolas de Medicina, Academias de Direito, como caminho para a transformação física, moral e intelectual da nação (SCHWARCZ, 1993).

A medicina, a partir dos estudos frenológicos e antropológicos, foi também incubida nos planos de intervenção biológica necessária para o aperfeiçoamento dos corpos da nação. O direito regulamentaria as novas relações sociais e comportamentos dos indivíduos sobre o Estado de direito, apontando quem deveria ser privado da liberdade, a partir da análise psicológica do sujeito; ou melhor, em definir o que é loucura e sanidade para viver em sociedade. A educação e o ensino de história, nesse espectro, assumiriam a função de formar a moral do cidadão republicano, consciente de sua história e do seu papel no presente e no futuro da nação.

CAPÍTULO 3. PROJETOS DE NAÇÃO EM JOÃO RIBEIRO: ENTRE RAÇA E TERRITÓRIO.

Neste capítulo, apresentamos como João Ribeiro expressa o entendimento da nacionalidade brasileira. Em nossa leitura, a nacionalidade constitui-se da raça e o território como elementos ou pilares de sua elaboração. Neste sentido, problematizamos as relações entre esses três elementos, (raça, território e nacionalidade) para compreender como João Ribeiro posiciona-se nas primeiras décadas republicanas em relação ao seu projeto de nação para o Brasil.

A questão da nacionalidade estava entre as principais discussões entre os intelectuais no período da transição do Império para a República. Em nosso trabalho, o enfrentamento desta questão recai sobre as teses raciais e as possibilidades de incorporação dos mestiços, dos ex-escravos, dos indígenas, bem como sobre a unidade territorial do país e, por conseguinte, a unidade cultural, isto é, um nível maior de homogeneização das populações, o que sedimentaria a conformação de um verdadeiro caráter da nação a longo prazo.

Nesse sentido, nosso trabalho, neste capítulo, insere a obra didática *História do Brasil* de João Ribeiro como parte integrante dessas discussões. Cabe ressaltar que se trata de um manual escolar de história destinado ao ensino, e, assim, compreendemos que as ideias políticas e de nação de João Ribeiro estão inseridas no amplo debate intelectual na virada do século XIX para o século XX, por meio de seu manual didático, ainda que com limites, seja de ordem epistemológica, próprios de um trabalho científico, seja de ordem didática. É um trabalho que se justifica pelo mapeamento das ideias políticas na sua relação com o pensamento educacional que orientou a produção didática de história no período. Trata-se de um trabalho pouco explorado pela historiografia, qual seja, a de investigar as relações entre o debate intelectual de uma época com sua historiografia didática.

A partir do mapeamento das idéias presentes na *História do Brasil*, demonstramos como a obra didática, além de sedimentar os debates que estão para além do âmbito escolar, também é parte integrante dos mesmos dilemas e discussões. Assim, nosso trabalho, em certa medida, relaciona o ensino de história com esses debates. Os elementos que compõem esse ensino buscam a conformação de uma nova realidade social, com horizonte na modernidade, isto é, na transformação dos hábitos, valores, costumes, maneiras de ser e agir diante do

mundo, na medida em que projetam uma nova nação a ser construída pela escola, no futuro, ou seja, como um horizonte de expectativa. Chamamos de modernidade a função regenerativa dada às instituições como a escola, faculdades e os serviços de saúde ou mesmo a ciência (através da eugenia). Estas consistiriam, segundo nossa leitura e de parte da historiografia (SEVCENKO, 1999; SCHWARCZ, 1993), num projeto de conformar, transformar e regenerar a nação mestiça brasileira em sentido biológico, intelectual e moral, contornando-a de forma homogênea e forte diante do mundo civilizado. Entendemos ainda que seja nessas comparações que atribuímos melhores significados sobre a obra, que em nosso entendimento não estão esgotados pela historiografia a respeito.

Para tanto, pretendemos apresentar as linhas interpretativas da história construídas por João Ribeiro e compará-las com intelectuais que lhe são contemporâneos e expressivos nos debates sobre a questão da nacionalidade, sobre aquilo que é ser brasileiro e que nos faz distintos dos outros e, ao mesmo tempo, integrante da cultura ocidental civilizada, nos parâmetros do Velho Mundo. Os intelectuais elencados para análise são Sílvio Romero e Capistrano de Abreu. Este trabalho justifica-se como modo de temporizar as ideias de João Ribeiro, isto é, de demonstrar o quanto ele está em sintonia com certas ideias de seu tempo, bem como se desloca do pensamento que lhe é anterior, ou seja, expressando outra temporalidade. Além disso, mostra também como ele projeta as ideias que lhe sucederam no novo momento histórico, que podemos sedimentar nos anos de 1920, quando, por exemplo, o argumento racial perde força ou mesmo deixa de ser colocado como explicação para o estado social da nação brasileira. A análise tem na questão da incorporação do povo à vida política²¹ e a dimensão valorativa desse mesmo povo como unidades de interpretação, de modo que não fiquemos apenas no estudo paralelo entre os autores.

Compreender a fundamentação do argumento da racialidade é crucial para a análise pretendida, pois é a partir da interpretação desse “espetáculo das raças” que os intelectuais apontam estratégias diferentes para a construção da nação. O argumento está inscrito de diferentes formas entre os intelectuais que são coetâneos a João Ribeiro, que produziram suas teses a partir de leituras sobre as principais correntes de pensamento naquele período, como o cientificismo, o positivismo e o catolicismo conservador (CARVALHO, 2003; BARROS, 1986).

²¹ Questão posta a partir do suposto da insuficiência cívica, exposto no capítulo 2, ver página p. 36-37.

Deste modo, nosso trabalho foi dividido em cinco momentos: o primeiro é de um resumo da obra utilizada - *História do Brasil*, 13ª edição, datada de 1935 – que consiste também na descrição de como ela é articulada textualmente e o sentido da história narrada. Assim, apresentamos as partes que compõem a obra, bem como as diferenças entre as edições.

O segundo momento problematiza a questão das raças na representação da história brasileira como conformadora de seu caráter, de sua essência. Nesse sentido, apresentamos como João Ribeiro representa os brancos, os indígenas e os africanos e seus significados para a nação, do ponto de vista histórico e social.

O terceiro momento trata da questão da dimensão territorial, da ocupação e colonização do território, discutindo como o meio geográfico determinou, em grande medida, a maior ocupação de umas áreas e outras não, além de justificativas construídas historicamente sobre o domínio brasileiro das regiões, suas fronteiras.

O quarto e último momento é um estudo comparativo com os autores Capistrano de Abreu e Sílvio Romero. Este estudo demonstra como João Ribeiro é expressão do debate intelectual da virada do século XIX para o XX sobre a nacionalidade brasileira, cujas análises serão referências para o público estudantil, com a conformação dessas novas ideias e representações sobre a história do Brasil.

O quinto momento são as conclusões do estudo comparativo acerca do registro histórico sobre a nossa fonte primeira: *História do Brasil* e como a mesma conforma a nação brasileira para a juventude dessa época.

A temporalidade histórica, no sentido de Koselleck (2006), é uma dimensão objetivante do tempo; não se confunde com as representações de autoria. Contudo, as representações que tratamos aqui expressam as possibilidades de uma temporalidade, na medida em que podemos inseri-las num encadeamento histórico das ideias que ultrapassa a expressão da autoria. E, deste modo, as representações de João Ribeiro expressam uma temporalidade histórica distinta na especificidade de suas ideias, da que marcam determinada época, no caso, na transição entre o Império e a República, que em si mesma não pode ser concebida como um bloco homogêneo de ideias, sem oposição ou contrapontos de modelos explicativos para a história brasileira, ou mesmo seu estado social. Em nossa análise, isto significa compreender a diversidade de um tempo, ou de outro modo, uma arqueologia do debate intelectual desse tempo histórico.

O cerne de nossa análise está na representação da nação. A questão da nação é debatida pela historiografia como um movimento específico da contemporaneidade, a partir da ascensão do Estado-nação na Europa ao final do século XVIII e ao longo do século XIX. Na história política brasileira, podemos identificar dois grandes momentos em que a questão da nacionalidade é amplamente debatida. Primeiro, na ocasião da independência brasileira; e, num segundo momento, na instauração do regime republicano brasileiro. Nestes cenários de mudanças de regimes políticos e mudanças de paradigmas de ordem social e política, a educação escolar tornou-se veículo privilegiado de difusão de discursos e ideias que representam a nação, ainda que, com os limites do que deveria ser a educação em cada época.

A historiografia discute como a ideia de nação se construiu ao longo do século XVIII, XIX e XX, a partir da questão da cultura, que foi incorporada para produzir discursos e imagens de uma nação. Para Hobsbawm, são os nacionalismos e seus movimentos que formaram os modernos Estados-nações. Os argumentos desse ideário foram usados para sustentarem historicamente uma nação e, desse modo, são maleáveis e fluídos e só podem dar conta do que é uma nação a *posteriori*, isto é, devidamente desenvolvido historicamente e reconhecido como tal.

A nação é, entre outras coisas, um paradigma político. É sob a autoridade deste princípio que se constrói um Estado e se legitima sua autoridade política e institucional. Trata-se de um movimento histórico de substituição ao Estado monárquico presente até o início do século XX. Podemos ressaltar que a nação não é um contraponto à forma de governo monárquico, afinal esse também se constituiu a partir do sentido moderno do Estado-nação, isto é; os reinos também constituíam o corpo de uma nação no sentido moderno, como estado de direito composto por uma sociedade civil. Por outro lado, o Estado-nação é uma oposição às formas monárquicas absolutistas de governo, na medida em que expressa o contraponto ao corpo do rei como autoridade constituidora de uma autoridade territorial.

É no escopo de autodeterminação dos povos que a *res publica*, isto é, a dimensão pública do Estado conquista seu espaço. Pois é na legitimação do poder do povo e em nome dele que se governa, seja nas formas de constitucionalismo monárquico, como no Brasil (que pelo menos tentou) e na Inglaterra, seja na forma do constitucionalismo republicano, tal qual na América hispânica e nos Estados Unidos.

Essas questões são importantes, pois enunciam a problemática das representações históricas da nação e, por consequência, de sua história. E é nesta seleção de fatos e

acontecimentos que a pedagogia da nação é incluída, na medida em que conforma histórico-culturalmente a ideia de nação brasileira.

3.1 – *História do Brasil*: o texto do livro, sua organização e linha narrativa.

A obra *História do Brasil* foi publicada pela primeira vez numa versão destinada ao ensino primário em 1900, especialmente para a ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil, pela editora Livraria Cruz e Coutinho. Conforme nos informa Leão (1960), o “pequeno livrinho”, como João Ribeiro o chamava, teve boa repercussão entre intelectuais e professores com críticas e sugestões.

No ano seguinte, o livro foi publicado em três versões diferentes, destinadas ao ensino primário, secundário e Escolas Normais, sendo a sua versão *curso superior* com a maior visibilidade para o público extra-escolar, e aqui utilizada para nossa análise. Após a segunda edição, passou a ser publicado pela Livraria Francisco Alves. O seu uso pode ser auferido pelas edições lançadas ao longo da primeira metade do século XX, chegando à décima nona edição em 1966. Cabe mencionar que as últimas edições (da décima quarta em diante) foram revisadas e ampliadas pelo seu filho Joaquim Ribeiro. Nessa ocasião, a obra já pertencia a Livraria São José, herdeira do espólio da Livraria Francisco Alves.

A obra aqui analisada é a décima terceira edição da Livraria Francisco Alves, de 1935, como está exposto em sua folha de rosto, “refundida e inteiramente revista e melhorada”, a primeira edição póstuma do autor, falecido em abril do ano anterior (1934). Nessa edição, consta o prefácio à segunda edição, no qual apresenta João Ribeiro como historiador e filólogo, assinado por Tristão Araripe Junior. Há também o prefácio da décima primeira edição, na qual constam acréscimos ao longo da obra, de modo a atender as demandas dos programas oficiais de ensino daquele momento, porém não há referência ao ano dessa décima primeira edição. E, por fim, há também o texto “do auctor”, no qual João Ribeiro tece comentários sobre sua obra, inovações, críticas a historiografia novecentista, ao qual tenta contrapor-se com uma história que vai além de aspectos político-administrativos e da simples cronologia. Ou seja, projeta essa linha historiográfica no âmbito do ensino de história, mas que se desdobra como referência na historiografia profissional.

Segundo Magalhães e Gontijo (2009, p. 370), o texto mencionado está presente a partir da terceira edição, de 1908, intervalo que, para este autor, foi o da recepção, crítica e consagração da obra, o que permitiu a João Ribeiro tecer o seguinte comentário acerca de sua obra:

Do sentido em que se deve tratar a historia interna, Von Martius deu apenas indicações vagas e inexactas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto territorio; sem embargo da contestação de alguma critica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova synthese. Ninguem, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilizamento do paíz; nenhum dos nossos historiadores ou chronistas seguiu o caminho que o da chronologia e da sucessão de governadores, caminho seguro mas falso em um paíz cuja historia se fazia ao mesmo tempo por multiplos estímulos em diferentes pontos. (RIBEIRO, 1935, p. 18-9).

Abalizado pela crítica e pelos méritos de seus argumentos, João Ribeiro anuncia-se como inaugurador de um novo momento vivido pela historiografia, com as contribuições de Capistrano de Abreu, para se pensar questões além de uma história cronológica e política do Brasil. Nesse sentido, João Ribeiro escreve a história do Brasil colonial a partir dos seus focos de irradiação populacional e os seus movimentos de interiorização da colonização. É com esta narrativa que nosso autor expande a história para outros domínios como o social, o cultural ou mesmo o linguístico, se considerarmos seus estudos sobre a língua portuguesa, que além da gramática e da literatura, também versa sobre a história da língua.

Em geral, os nossos livros didáticos de história pátria dão excessiva importância á acção dos governadores e á administração, puros agentes (e sempre deficientissimos) da nossa defesa externa. (RIBEIRO, 1935, p. 18).

Trata-se de preencher uma lacuna na historiografia até então ocupada com a história interna de seus agentes históricos e seus movimentos pelo território. Contudo, tal prefácio não está presente na segunda edição de 1901. Esta edição está organizada em nove eixos temáticos que compõem a formação do Brasil, seu povo mameluco e sua nacionalidade: “o descobrimento”, “tentativa de unidade e organização da defesa”, “Luta pelo comércio livre contra o monopólio”, “Formação do Brasil. A história comum”, “Formação do Brasil.

História local”, “Definição territorial do país”, “O espírito da autonomia”, “Absolutismo e a revolução – República e constituição” e “O Imperio. Progressos da Democracia”. Finaliza o texto com uma “Sinopse Chronologica” sobre fatos e acontecimentos da história brasileira.

A edição aqui analisada, a de 1935, distingue-se da edição acima pelos seguintes acréscimos ao texto “do auctor”, como já mencionamos em suas características. A unidade três - “Luta pelo comércio livre contra o monopólio”, de 1901, é redividida em três capítulos: “lucta pelo commercio livre contra o monopólio Franceses e Holandeses”, que trata das primeiras invasões estrangeiras, como das primeiras tentativas holandesas de ocupação do território; “Preliminares. Domínio espanhol”. A união ibérica ganha um capítulo a parte nessa nova edição em relação à segunda de 1901, antes colocada como antecedente da invasão holandesa de 1624. Tal invasão ganhou um capítulo a parte também com o título “Invasão holandesa”, com um texto encomiástico às políticas e ao espírito liberal de Mauricio de Nassau, a quem João Ribeiro atribui a fonte do espírito do “radicalismo republicano e extremo de todas as revoluções (RIBEIRO, 1935, p.19)²².

Outra distinção entre as edições é o acréscimo do capítulo “A República”, história republicana com uma linha cronológica dos presidentes da república até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930²³. Contudo, João Ribeiro evita fazer comentários mais críticos ao regime, seja pela sua ética de não fazer uma história do presente²⁴, seja pelas circunstâncias de não ser conveniente um livro didático ter comentários perniciosos ao chefe de Estado; ou ainda, por ser admirador dele. E, por fim, há também um apêndice sob o título “Limites e fronteiras”; um texto de Fernando Gabaglia que versa sobre as questões das fronteiras do território brasileiro, que segundo Ribeiro “tratou desde sua these de concurso do problema das fronteiras” (RIBEIRO, 1935, p. 533). Tal texto consta na edição anterior, ainda em vida de nosso autor²⁵.

Outro aspecto importante a ser mencionado é a formatação do texto dentro do livro, que lhe dá certa especificidade. São dois tipos de corpo de texto. O primeiro é o tipo padrão, no qual consta a descrição dos fatos, dos acontecimentos. São destinados ao uso dos alunos

²² Para João Ribeiro, a multiplicidade de pontos de irradiação populacional do Brasil auferiu a cada região um espírito específico, de características regionais, como essa menção sobre Pernambuco.

²³ João Ribeiro dedica-se a análises sobre Getúlio Vargas e a Revolução de 1930 em sua atividade jornalística, o que pode ser percebido em seus artigos no Jornal do Brasil desta época. Nosso autor detém um profundo respeito pela personalidade política de Vargas, pela sua capacidade de liderar a revolução sem por em risco a ordem. (Ver: Ribeiro, João. *Obras de João Ribeiro: crítica vol. VI (historiadores)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961).

²⁴ Como já mencionamos: (Ver: Magalhães e Gontijo, 2009).

²⁵ As diferenças entre as edições podem observadas nos Anexo 1 e 2, com as fotos dos sumários das respectivas edições de 1901 e 1935.

para a compreensão do sentido da história narrada e tratada em aula. O segundo tipo no corpo do texto está em letra menor. São destinados aos professores, tanto com informação como para ser explorado em aulas expositivas. É onde podemos localizar o que o João Ribeiro chama de “causas gerais” ou os princípios que geraram os eventos históricos. É nessa parte que nosso autor explora a filosofia da história para refletir sobre os acontecimentos e a condição humana que, para ele, torna alguns fatos inevitáveis.

Sobre o texto destinado ao uso dos alunos, a narrativa segue uma linguagem mais acessível e de acordo com a idade dos alunos, o que não significa uma narrativa simplista acerca da história. Há o estímulo ao desenvolvimento de uma linha de raciocínio histórico, com questionamentos ao longo do texto, entre os quais, podemos mencionar o aparato de erudição expresso em citações de fontes historiográficas, que no texto pode ser percebido no uso dos primeiros cronistas da história brasileira como Frei Vicente Gândavo.

A primeira assertiva pode ser explorada no sub-item 9 de título “A colonização. Capitânicas hereditárias” da unidade 1 “Descobrimento”. Os alunos são conduzidos pela leitura a partir de um problema: a espoliação da costa da América portuguesa pelos corsários estrangeiros e a possível perda dessa colônia para outras potências marítimas e militares:

(...) mas já nos últimos annos, attenta a pirataria dos traficantes de pau-brasil, mau grado o monopólio portuguez, impunha-se uma das duas alternativas: ou colonizar a terra ou perdê-la. (RIBEIRO, 1935, p. 65).

A narrativa é conduzida por esse problema, que em verdade trata da formação das capitânicas hereditárias, com a utilidade de ocupar e tornar a colônia rentável ao Reino. Para conduzir sua linha de raciocínio, cita Capistrano sobre umas das primeiras incursões sobre a costa brasileira no século XVI.

Em 1513 é que veio (diz snr C. de Abreu) a armada de Nuno Manuel, de dois navios apenas, mas que seguramente reconheceu todo o continente, o rio da prata, e o estreito que depois foi transposto por Magalhães. (RIBEIRO, 1935, p. 65).

De certa forma, é uma história problema que impulsiona questões e problemas a serem tratados em aula: como foi o percurso da ocupação do território brasileiro, sua posse e constituição histórica? E, para tanto, utiliza a autoridade de um historiador profissional, que também já fora professor de história do Brasil no mesmo Colégio Pedro II. Tal estratégia didática é uma inovação pedagógica, em vista das “Lições de Coisas”, de perguntas e respostas previamente formuladas ao fim de cada capítulo, como Joaquim Manuel de Macedo, na sua *Lições de História do Brasil*.

As duas últimas assertivas podem ser percebidas no subitem 3: “Descobrimto do Brasil pelo cyclo dos navegadores do Sul. Pedro Alvares Cabral”, da mesma unidade, na linguagem, qual seja a forma como João Ribeiro dirige-se (enquanto autor de discurso) aos alunos do ensino secundário. Na passagem, nosso autor narra o lugar comum da descoberta do Brasil e da viagem à Índia. Inicia a narrativa com a saída da expedição às margens do Tejo, com uma solenidade que contou com as principais figuras do Clero, tais como o Bispo de Ceuta, e o monarca Dom Manuel. Podemos inferir em tal narrativa elementos da literatura, com dramatização dos acontecimentos, com um enredo que dá sentido a história contada.

“No dia 9 de Março de 1500, saia do Tejo em demanda da Índia, para prosseguir na conquista encetada por Vasco da Gama, uma grande armada de treze caravelas e mais de mil homens de guarnição. Um dia antes que era domingo, esteve surta em frente á praia do Restello; toda a marinhagem ouviu a missa e o sermão do Bispo de Ceuta na ermida de Belém, onde foi abençoada a bandeira com a cruz de Christo. Foi esta levada em procissão até o embarcadouro e então entregue a Pedro. Fizeram-se então as despedidas entre os adeuses do povo que acorrera á praia; e, enfunadas as velas onde se viam pintadas as cruzes de Christo, entre charangas e tambores, desdobrando as bandeiras brancas de Portugal, partiu garbosamente a esquadra. (RIBEIRO, 1935, p. 30).

Obviamente que o sentido dessa história é a chegada dos portugueses ao Brasil. Mas, como podemos perceber na passagem acima, a linha narrativa não se distingue substancialmente de uma narrativa literária. Compreendemos a estrutura textual como meio de estimular a imaginação dos alunos, inseri-los na compreensão dos acontecimentos. Essa linguagem é somada ao uso de citações, como no caso abaixo, de Gândavo.

A frota de Cabral proseguia em sua derrota para Índia, chegando em setembro do mesmo anno a Calecut, tendo perdido já seis navios, entre elles o de Bartholomeu Dias, que naufragou e pereceu junto ao cabo das Tormentas que havia descoberto. (GÂNDAVO Apud. RIBEIRO, 1935, p. 33).

O estímulo à discussão historiográfica e às diferentes versões para os fatos estão mais presentes nos textos destinados aos professores. Nestes textos, podemos inferir duas funções. A primeira é a de (in)formação dos professores, qual seja, oferecer-lhes um arcabouço mais acabado sobre a história para o exercício do magistério. A segunda podemos compreender como um instrumento de desenvolvimento de crítica junto aos alunos, como as diferentes versões sobre a chegada europeia no Brasil, como as narradas nos subitens 1 e 2 do capítulo 1 “Descobrimento”, em que relata a chegada de espanhóis e franceses. A última versão não é creditada por João Ribeiro, o que podemos inferir até pelo tom sóbrio de compreensão da história, sem um apelo ufanista sobre a nação brasileira, comum naquele momento histórico, embora não exclusivo.

O subitem 4, de título “Questões e dúvidas”, do capítulo 1: “Descobrimento” é revelador sobre o senso crítico no estudo da história ao passo que o autor constrói problematizações em torno de controvérsias historiográficas sobre a descoberta portuguesa. João Ribeiro apresenta seis pontos sobre o episódio: a Bahia de Cabralia, Santa Cruz e Brasil, Acaso tempestades, questão cronológica, Miguel de Lemos e Cabral. Apresentamos mais detalhadamente as três primeiras controvérsias, que nos revelam mais aspectos de um estímulo à discussão historiográfica. As três últimas não têm o mesmo nível de polêmica, e assim apenas apresentamos sua narrativa.

A primeira questão é em torno do local de chegada dos portugueses, se fora na Coroa Vermelha ou em Porto Seguro, no qual Varnhagen tinha o título de Visconde:

O nosso historiador Varnhagen, talvez um pouco vaidosamente, para justificar o seu título (já então possuía) de Visconde de Porto Seguro, procurou demonstrar que o primeiro desembarque de Cabral não foi na Coroa Vermelha, ilhéu da Bahia de Santa Cruz, mas no actual Porto Seguro. (RIBEIRO, 1935, p. 34)

João Ribeiro critica a leitura de Varnhagen sobre as fontes e se apóia em Gabriel Soares e na Carta de Caminha para pontuar o verdadeiro local da chegada, e, por assim dizer, o local de memória a ser celebrado.

As suas razões são, porém, mal deduzidas da carta de Pero Vaz de Caminha, que é o único documento do tempo e de auctor presencial dos sucessos e cuidadoso, pois era a sua profissão, em narral-os. Gabriel Soares diz que foi o desembarque no rio de Santa Cruz; e a enseada d'este nome está para o rio do Frade na distancia de “obra de dez léguas” (grifos do autor) assignaladas por Vaz de Caminha. (RIBEIRO, 1935, p. 34)

A segunda questão versa sobre a origem do nome Brasil, bem como as mudanças de Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e finalmente Brasil. Apresenta diferentes lendas míticas que apresentam o Brasil como ilha perdida e distante da Europa. Outro aspecto relevante de ser mencionado é o uso dos conhecimentos filológicos de João Ribeiro sobre a palavra Brasil, suas prováveis raízes em outras línguas como vemos abaixo:

Os escriptores, sobre tudo, os de condição ecclesiastica, conservaram-n'ó contra a opinião do tempo e por motivos de sentimento religioso; era essa, entretanto, mas sem rigor, a denominação official. O nome “Brazil” era já conhecido na Europa talvez desde o século IX, senão mesmo em épocas anteriores, “Bresill, Brasilly, Bracil, Braxilis, Bresilium, Presil, Pressili”, etc., encontram-se em vários documentos medievaes. Um pau de tinturaria assim conhecido vinha do oriente e foi de certo introduzido pelos arabes que o chamavam “bakkam”, que traduziriam no latim “bresilium”, procurando a analogia da raiz semítica “bak-kam” (ardente) com a aryana “bradsch” (port. “Braza”, it. “brace”, fr. “braise”). Todos os parênteses são grifos do autor, (RIBEIRO, 1935, p. 35).

A terceira controvérsia é o acaso da descoberta ou sua intencionalidade da expedição capitaneada por Pedro Álvares Cabral. João Ribeiro questiona o suposto acaso, pois o continente já era conhecido pelos portugueses e espanhóis desde 1492, somando-se a esse fato as expedições não serem lideradas por fidalgos, mas por cosmógrafos e conhecedores dos mares. Para João Ribeiro: “Hoje a opinião que cada vez mais se consolida é que realmente o acaso em coisa alguma contribuiu para o descobrimento” (RIBEIRO, 1935, p. 36). Nosso autor ainda refuta a tese das tempestades ou calmaria que trouxera a expedição à costa

brasileira, pois o registro dessa suposta calma é do século XVIII, da crônica *Historia da America Portuguesa* de Rocha Pitta, Vejamos abaixo:

Quanto á versão de ter sido Alvarez Cabral arrojado para o occidente por *tempestades*, é inverossímil. Não se encontra essa noticia nos primeiros documentos do tempo, na relação da Coll. Ramusio, nem na carta de Vaz de Caminha (que se abstem de relatar, é verdade, os sucessos da travessia) e nem todos escriptores portuguezes do século XVI, que trataram do assumpto. Aquella affirmativa está na *Chronica Latina de Dom Manuel* e em Rocha Pitta *Historia da America Portuguesa*, escripta no seculo XVIII, e em verdade não merece grande credito. (RIBEIRO, 1935, p. 36).

A questão cronológica sobre a chegada ou descobrimento é outro ponto abordado. Ele apresenta as diferenças de calendário anterior às correções do calendário Gregoriano, que reformulou o calendário cristão em 1582. Para nosso autor, a data correta para celebração comemorativa é o nosso tradicional 22 de abril, e não o três de maio, como anteriormente era celebrado. João Ribeiro ainda critica esta data, pois o correto ainda sim, seria dois de maio.

A quinta controvérsia refere-se à notícia do achamento do Brasil ou a carta de Caminha. Para nosso autor, foi Gaspar Lemos quem trouxe a carta de Caminha e ainda explorou o litoral ao norte de Porto Seguro e Pernambuco. Sua base são autores como João de Barros e D. Goés, mas apresenta outros possíveis personagens como Gaspar Correa e André Gonçalves.

E, por fim, apresenta um pouco sobre a personagem Pedro Álvares Cabral, sua biografia, idade na ocasião do descobrimento (um pouco mais de trinta anos), sua estirpe fidalga de navegadores, como Gonçalo Cabral, descobridor dos Açores. Contudo, não entra no mérito da expedição que chegou às Índias, seus insucessos, apenas diz que não voltou mais ao Oriente, que se casou e caiu no ostracismo.

Nas passagens apresentadas nos textos destinados aos alunos, percebemos o espaço para discussões do *metier* do historiador, sobre a crítica às fontes ou mesmo o debate historiográfico de então, evidentemente dentro dos limites tanto da idade dos alunos, como do espaço da disciplina de história em relação às demais disciplinas do ensino secundário. Percebemos nessas passagens um estímulo ao senso crítico, um tom mais sóbrio para se compreender o processo histórico como estudos inacabados, sempre a serem complementados. Nossa leitura se coaduna ao trabalho de Beatriz Santos (2009), que enuncia

na obra de João Ribeiro as preocupações com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos a que se destinavam seus livros. Para esta autora, as mudanças pedagógicas do ensino de história, no início do século XX, são resultados das preocupações não apenas de João Ribeiro, que lecionava no Colégio Pedro II, mas de seus colegas como Jonathas Serrano e João Baptista de Mello e Souza (SANTOS, 2009, p. 109). Ainda, segundo a autora, *História do Brasil* marca uma inovação no processo de ensino e aprendizagem, no qual os alunos são o centro do processo, à semelhança de como se configura a modernidade pedagógica.

Tal configuração narrativa ainda está presente em outro autor, que é contemporâneo a João Ribeiro, Jonatas Serrano. Entretanto, apesar das rupturas, ainda há sinopses cronológicas dos acontecimentos históricos, o que para nós não significa exatamente uma permanência, qual seja uma cronologia informativa sobre os acontecimentos históricos, mas um novo papel dado ao calendário e às questões cronológicas. Essa são utilizadas para orientar temporalmente os acontecimentos, o que não significa que sejam determinantes nos argumentos da narrativa histórica, como faziam os primeiros cronistas da tradição portuguesa, inaugurada com João de Barros, seguido por outros, como Diogo do Couto, Gabriel Soares, Frei Vicente Gândavo, e que se tornaram referência para Abreu e Lima e Joaquim Manuel Macedo, ao longo do século XIX. Ao contrário, como já dissemos, as cronologias são “secundarizadas”.

Os textos destinados ao uso dos professores são um nicho para estudos de historiografia. São nestes textos que estão contidos as inovações historiográficas, os diálogos com a sociologia, enfim, as contribuições da *kulturgeschichte* em João Ribeiro para o saber histórico no Brasil no início do século XX.

O corpo do texto destinado aos professores possui um padrão de letra menor em relação ao corpo do texto destinado aos alunos. Esses textos caracterizam-se por enunciarem as causas gerais dos acontecimentos, sua razão e evolução, como dissemos anteriormente. Pertencem a dimensões subjetivas dos fatos, como a personalidade de tal agente histórico, ou ainda ao movimento histórico das ideias políticas, filosóficas ou religiosas. Em geral, são colocados como antecedentes da história narrada, o que confere um caráter filosófico à linha historiográfica de João Ribeiro.

Outro contraponto importante da obra *História do Brasil* é quanto à autoria da narrativa construída ao longo do seu texto. Trata-se de classificá-lo entre manuais escolares e não compêndios ou lições, como são os livros de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de

Macedo, respectivamente. Estas últimas são obras que se constituem traduções e resumos, sem um trabalho mais elaborado do *metier* do historiador, ou mesmo de autoria sobre as ideias. Daí a relevância de João Ribeiro como autor que sintetiza a produção de uma época, tais como a própria obra de Varnhagen e de Capistrano de Abreu.

As “Lições de História”, por sua vez, divide a história brasileira em quadros sinóticos de explicação, com questionários que deveriam ser tomados a cada lição, no qual a divisão cronológica por décadas era a orientação para o desenvolvimento do conteúdo de história em sala de aula (MELO, 2008; MATTOS, 2007)

Já os compêndios são compilações, enxertos de livros de diferentes autores reunidos numa só obra, como Abreu e Lima fez com seu *Compêndio da História do Brasil*, publicado em 1843. O autor propôs-se a uma síntese histórica, a partir do livro de *Resumè de l’histoire Du Brésil* de Henrique Bèllegarde, entre outros, destinada à mocidade brasileira, como ele coloca no prefácio da obra, como resposta a Varnhagen que o criticara por colagem e mera tradução da obra francesa.

Na medida em que o livro de João Ribeiro é organizado por unidades temáticas, foge do lugar comum das lições, pontos ou compêndios. Os temas versam sobre diferentes aspectos da história e da sociedade brasileira, que são inter-relacionados e problematizados, cuja coerência argumentativa está na conformação da nação brasileira ao longo do tempo.

Assim, organizando a obra por temas, João Ribeiro reinterpreta a História do Brasil, não se atendo apenas ao ponto de vista cronológico e político de nossa história. Isto significa dizer que o tempo da história é conceituado a partir da experiência humana e não pelo calendário. O que não quer dizer que as datas são desconsideradas, elas apenas são secundarizadas, isto é, não determinam a trajetória histórica. Neste sentido, sua narrativa é organizada por temas que mantenham uma unidade de sentido entre esse tema e a formação da nacionalidade brasileira. Assim, a narrativa avança e retorna para explicação de outros momentos e pontos da história.

Como demonstração de nossa linha de raciocínio, retornemos à unidade “Descobrimento”, que versa sobre as diferentes chegadas dos europeus em terras brasileiras²⁶,

²⁶ Trata-se das Expedições em nome da Coroa espanhola de Vicente Jane Pinzon e Diego de Leppe, que teria chegado ao Cabo de Santa Maria de La Consolacion, nomeado pelos portugueses como Cabo Santo Agostinho, atual Pernambuco. João Ribeiro faz um exame crítico sobre essas diferentes chegadas dos europeus, problematizando a descoberta, acaso, ou chegada intencional ao Brasil. Finaliza a questão com questões e dúvidas sobre diferentes pontos referentes aos episódios de 1500: a origem do nome do Brasil, a data da chegada dos europeus, as diferenças entre o atual calendário e o da época, o local de chegada, no qual contesta a tese de

a chegada de Pedro Álvares Cabral, as primeiras explorações, a experiência das capitânicas e a etnologia dos povos indígenas. Consideramos importante destacar as referências quanto à etnologia dos indígenas, que aqui estavam na ocasião da chegada dos portugueses.

A partir desses subitens, podemos inferir certo sentido à história brasileira em seu primeiro século de história. O primeiro é o de ser inserida no quadro das grandes navegações portuguesas do século XV, que podemos compreender, para além de se tratar de um contexto histórico da chegada portuguesa, aquilo que viria a ser o Brasil; portanto, trata-se de uma inserção do Brasil à história universal da civilização, como continuidade histórica ao Ocidente europeu. Por outro lado, a inserção tem seus limites na ação dos agentes internos que viriam a formar a vida colonial.

Os agentes internos da colônia expressam “o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros” (RIBEIRO, 1935, p. 17), e a cada um deles, nosso autor confere um papel especial na construção do Brasil. Esses agentes são mesclados entre as três raças que compuseram a história do Brasil, conforme inexata e vagamente afirmava Von Martius, segundo João Ribeiro.

3.2 – A raça nacional: entre estrangeiros, autóctones e mamelucos

Para começarmos a explicar sobre a questão da raça cabem algumas considerações sobre seu sentido no meados do século XIX e início do século XX. A rigor raça significa sub-espécie, isto é, variações fenotípicas de uma mesma espécie, a antropologia nesse sentido, investigava essas variações dentro da espécie humana, e em boa medida, as utilizava para explicar as desigualdades entre os diferentes povos do planeta.

No escopo desse debate “científico” entram as teses da monogenia e da poligenia sobre a origem da espécie humana. A poligenia, por explicar a origem da humanidade por diferentes matrizes raciais, do ponto de vista biológico, reforça a idéia de raça dentro da espécie humana. Esse debate é interessante e tem em Sílvia Romero, um dos seus adeptos na intelectualidade brasileira. Essas correntes de pensamento tem na antropometria, craniologia ou frenologia a suas principais matrizes. Artur de Gobineau e o seu ensaio sobre as

Varnhagen de ser a Baía de Cabralia. Na opinião de João Ribeiro, o local relaciona-se com a própria figura de Varnhagen que era denominado Visconde de Porto Seguro, local onde teriam chegado os europeus.

desigualdades das raças humanas é o marco para esses estudos e difusão dessas ideias na Europa e EUA na segunda metade do século XIX.

A raça, na representação histórica de João Ribeiro, é uma questão muito cara na análise histórico-sociológica do Brasil, pois é no cerne do seu caráter moral que nosso autor explica o porquê do atraso social do Brasil ante o Ocidente. A moral está imbricada nas virtudes das raças, acumuladas ao longo de sua história. A miscigenação ocorrida ao longo de quatrocentos anos de história constituiu uma raça, a mameluca, desmoralizada, sem as virtudes de constituir um Estado superior, com as habilidades do *self-government*, ou seja, constituir uma República.

Na leitura de João Ribeiro, as raças têm habilidades inatas, isto é, uma natureza ontológica que lhes caracteriza e as distingue entre si, leitura esta que não está apenas exposta na *História do Brasil* de 1900, mas se encontra presente também em suas publicações sobre história geral, como a *História Universal* e a *História da Civilização*, cujo sentido da história está, primeiramente, na formação da ideia de nação, de unidade social de um povo, e o legado de cada civilização. Na formação dos Estados nacionais, isso fica mais explícito na história moderna e contemporânea. O argumento da raça, como formadora de cada povo, está nas linhas narrativas de cada capítulo.

Voltemos, entretanto, à *História do Brasil*. No capítulo IX: “Espírito da autonomia”, João Ribeiro tem passagens reveladoras sobre as teses racialistas e a nacionalidade brasileira e as suas relações com os movimentos autonomistas do século XVIII:

As raças miscigeneas no seu todo, porém, quaes nol-as representa a America Latina, não parecem nesse estado possuir a capacidade do *self-government*. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento que aquellas ideias presuppõem e as virtudes e qualidades moraes que, ao contrario das theorias, só a educação secular da historia consegue a custo verter catechizadas mas não christãs; o christianismo vive nellas como num pouco d’agua as gotas de vinho indispensaveis para colorir-lhe o aspecto ou alterar-lhe o aroma. (RIBEIRO, 1935, p. 373)

Os mamelucos são caracterizados pela incapacidade política de se autogovernarem, seus regimes políticos são forjados pelo espectro da civilização européia, mas não se coaduna com o espírito destrutivo de sua natureza, isto é, um elemento que lhe é ontológico, comum a todos os nacionais e latino americanos, e assim sua história política é marcada:

Em geral, assimilam e preferem as theorias e os systemas mais radicaes porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instincto fundamental que é,

como o das crianças, puramente destrutivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nellas rapidas e vertiginosas. Da religião passam á impiedade e ao atheísmo; do governo ao anarchismo, e pode dizer-se generalizando, na ordem amam a subversão. Aquelles que descendem da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole d'elles, não tendo nobreza, não a estima. Nada aceitam da historia, que naturalmente lhes é suspeita ou indifferente, e buscam remedio impossivel nas utopias do futuro que a sua fragil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a historia consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que elles proprios fabricam e se propõem inutilmente a venerar. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem auctoridade com a força que para elles é o unico symbolo d'ella; e depois confundem a obediencia com servilismo. Tão grande é a alegria no mandar como é ignominiosa a vergonha no obedecer. E como a obediencia é para elles a escravidão, cada um e todos luctam por uma parcella do mando como por um alimento essencial á vida; e por isso pela força ou pela fraude falsificam todos os actos e processos da vida publica que conduzem ao poder. Contam assim, os annos da existencia pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de Tantalos porque podem crises e as revoluções d'um golpe destruil-o) pelos azares e empregos. O governo é, pois, para elles afinal de contas um orgão do communismo e um agente da redistribuição da fortuna. (RIBEIRO, 1935, p. 373-4)

Ou seja, incapazes de se governarem e serem governados, satirizam a história, confundem autoridade com autoritarismo e obediência com servilismo, tudo isso expressões de uma nação cuja raça tem apenas o amor ao poder, aos interesses econômicos, como ele chama ao longo de seu livro, “interesses imediatos”. Assim, a consciência das limitações da raça nacional era o primeiro passo para superação dos obstáculos para a construção de uma nação moderna e civilizada. Desse modo, a nação não estava perdida, há um caminho a ser seguido para a superação desse estado social. E o caminho, segundo Ribeiro, estaria no esforço secular pela educação bem como,

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento continuo e a imigração européa (...) que trabalha nos officios e arroteia os campos, inocular a vida e coordena essas desordens. (RIBEIRO, 1935, p.374)

Entretanto, a educação como é mencionada não basta, pois a raça constituída estava condenada; deveria haver mais um movimento de miscigenação levado a termo com a imigração européa, aliás, em grande expansão, nesse período. Assim, o novo movimento de miscigenação facultaria ao novo povo brasileiro as virtudes para a organização de uma sociedade civil.

As passagens apresentadas levam-nos a outra questão: a ideia de raça como sinônimo de nação. Os movimentos autonomistas do século XIX que percorreram tanto o Brasil, como

a América Latina, são, para João Ribeiro, lutas étnicas, isto é, entre raças. As origens da nação brasileira, para nosso autor, estão postas já no século XVII e, a partir daí, os movimentos históricos tem na luta emancipacionista o seu sentido, o seu enredo. Desse modo, a narrativa histórica consistiria em apresentar os caminhos que levou o Brasil à sua independência política. Vejamos:

(...) O tentamen dos conjurados mineiros não é uma empreza de literatos e philophos; é, tambem, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quasi portuguezes contra portuguezes, é o espirito novo e cosmopolita contra os prejuizos nacionaes; é a mesma revolução que se chama *constitucionalismo* em 1820 com D. João VI e se chama, para nós, *independencia politica*, em 1822 com D. Pedro I, ou, em uma só palavra, é o liberalismo portuguez contra o absolutismo portuguez; a liberdade dos oppressores contra o despotismo dos oppressores. (grifos do autor, RIBEIRO, 1935, p.371)

Quaesquer que fossem, porém, os movimentos da historia, já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional mameluca em maior ou menor gráo de cruzamento, e, com essa criação ethnica, desaparece, por inexplicavel, a lealdade, e começam os perjúrios. As duas raças que quasi ao meio então dividem o paíz, começam a odiar-se e applicar-se nomes desprezíveis. A cabrada, os pés de cabra, dizem os lusos dos brasileiros; mascates, marotos, pés de chumbo, chamam os brasileiros aos seus dominadores. (RIBEIRO, 1935, p. 372)

A nacionalidade desperta pelo conflito contras os portugueses leva, paulatinamente, os brasileiros a se distinguirem dos reinóis, o que ele chama de “base physica da revolução” (RIBEIRO, 1935, p. 372). O sinônimo raça e nação em João Ribeiro pode ser percebido na sua leitura sobre os movimentos históricos de independência política na América Latina, na medida em que expressa, nas motivações liberais ou absolutistas, entre americanos e europeus, uma máscara para luta entre as raças.

O que sucedeu aqui sucedeu por toda America latina, onde os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos, dos brancos. As revoluções americanas vestem as fórmulas liberaes e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente ethnicas, patrióticas e nativistas; para o europeu que a descobriu, a America é terra commum; para o americano, é a terra exclusiva.

As raças inferiores ou oprimidas jamais consentem repartir o sólo com os adventicios, qualquer que seja o espirito liberal das suas leis todas de imitação da literatura política estrangeira. (RIBEIRO, 1935, p. 372).

Outra questão a ser abordada é que o argumento racial não leva em questão as determinantes do meio como condicionantes do estado social da nação. A questão do meio não se coloca, mas sim a dominação da natureza, que é antes uma obra que ocorre ao longo da história. O caráter multirracial que aqui se constituiu sobrepujou o meio, entretanto, essa mesma raça mestiça, capaz de dominar a natureza, não representa um aperfeiçoamento das raças inferiores (africanos e ameríndios); antes, a miscigenação decaiu a dita raça superior, inocularam-lhes as vicissitudes, que conformariam o caráter desmoralizado da nação.

No item 4, sob o título “As três raças. A sociedade”, da unidade 2: “Tentativa de unidade e organização da defesa”, João Ribeiro inicia sua reflexão acerca da miscigenação com a seguinte análise:

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflicto das raças, disfarçado em democracia, fructo antes da luxuria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento, o branco, o indio e o negro se confundem. O contacto das raças inferiores com as que são cultas, quasi sempre desmoraliza e deprava umas as outras.

Principalmente, porem, deprava as inferiores pela oppressão que sofrem, sem que este seja o peor dos contagios que vêm a supportar. (RIBEIRO, 1935, p. 106)

A princípio, a miscigenação é ruim para o florescimento de uma raça nacional pura visto sob a perspectiva da eugenia como explicação sobre os conformadores da nacionalidade. Mais do que isso, pesava sobre a miscigenação a escravização dos indígenas e dos africanos, o que a tornara indelevelmente pernicioso para a formação de uma sociedade. A justificativa para tal fenômeno é a ociosidade, a qual os brancos colonos foram atingidos com a divisão do trabalho, assim, estes também desenvolveram os vícios, próprios das raças inferiores.

A partir de toda essa experiência, a principal consequência foi o fato de a ordem civil não ter se cristalizado na colônia. O contato do branco com as “raças inferiores” – negros e índios – depravou o espírito culto do branco europeu e depravou ainda mais os negros e os indígenas, sob a opressão a qual eram submetidos. Esse movimento histórico não permitiu o desenvolvimento do núcleo de uma sociedade: a família. O negro é representado como o braço da colonização, a quem coube trabalhar efetivamente na edificação da colônia, pois se adaptaram melhor ao clima que os brancos. O índio é apresentado como altivo, mas indolente, que pouco contribuiu e contribuiu para o desenvolvimento econômico e moral do país; isso é

atribuído ao álcool que lhes corrompeu o espírito. As índias são representadas como sedutoras, que preferiram os europeus. Os indígenas são corruptores dos costumes europeus, cujos costumes “asselvagem-se”.

Entretanto, é possível perceber o deslocamento de concepção acerca da miscigenação do povo em direção a certa valorização de sua cultura. Para João Ribeiro, a escravidão teve um peso muito maior na determinação das relações entre portugueses, negros e indígenas, cuja dimensão moral sobrepuja a racialidade como determinante das características históricas da nação brasileira. Essa concepção sobre a moral da nação é aliada ao espectro social dos colonos que, em sua maioria, eram degredados, aventureiros atrás de fortuna fácil e não de um propósito de construir uma sociedade portuguesa ou mestiça nos trópicos, quer dizer, a própria moral do colonizador já se encontrava decaída. Tal representação é também expressão de um Portugal afetado pelas grandes navegações e pela inquisição.

Os portugueses que vieram estabelecer-se nas terras do Brasil não pertenciam á classe média, aliás, pouco populosa nesses começos de idade moderna (...) Eram fidalgos ou infimos plebeus e degredados; a maior parte, gente aventureira e sem consciencia. (RIBEIRO, 1935, p. 108).

De qualquer forma, o historiador não crê numa regeneração completa da raça mestiça. O caminho seria a continuação da miscigenação com a imigração europeia, de formar o branqueamento e sobrepujar sua moral diante da raça primitiva de instintos e valores. O argumento sociológico, assim, até aparece, porém é sobrepujado pelo argumento da racialidade.

Não podemos pensar que o homem de cor, consequencia semi-hibrida do contacto heterogeneo de raças tão distanciadas que até por eminentes cientistas como Haeckel são consideradas especies diversas, seja a peste da cultura americana como setenciaram alguns sociólogos. Mas não cremos com Martius, que alias com grande atencao observou essas raças, serem ellas susceptíveis de toda a perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela immigração europeia que viria afinal supplantar o character das camadas primitivas; felizmente ainda nas raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugal-as e dirigil-as. (RIBEIRO, 1935, p. 372-3)

Dessa forma, na medida em que expressa a representação racial do povo brasileiro, Ribeiro já indica um deslocamento na compreensão sobre a raça enquanto determinante dos eventos históricos. O argumento da raça desloca-se para o âmbito moral dos homens que aqui desembarcaram durante a colonização.

Tal argumento carece de um maior exame. A partir de nossa leitura, é possível apontar três dimensões a serem analisadas sobre as teses racialistas de João Ribeiro. A primeira é de que a miscigenação não é a peste da cultura americana, ou seja, não determina as condições intelectuais do sujeito. A segunda é que a miscigenação não é factível de perfectibilidade, isto é, não condensaria em si as virtudes de suas raças matrizes. A terceira é que não é pelo branqueamento, exclusivamente, que se conformaria a consciência moral, pois entre os próprios mestiços existem suas elites intelectuais capazes de dirigi-los.

Assim, em nossa análise sobrepuja a dimensão moral sobre a dimensão biológica, determinada racialmente. Entretanto, a psicologia das raças, seus instintos, tem fator relevante para o estado social dos africanos e dos indígenas. A dimensão moral e intelectual seria a conformada pela educação, pelo trabalho e também pelos cuidados com a higiene e saúde. Desse modo, as mazelas da raça mameluca seriam substituídas pelas virtudes da civilização, vista por nosso autor mais como universal do que propriamente ocidental e européia, como exposto anteriormente.

As teses de regeneração social da nação estão expressas nos estudos de Lilia Schwarcz (1993) e Nicolau Sevcenko (1999). A tese da autora apresenta os diferentes projetos expressos nas faculdades de direito e de medicina para a regeneração da raça nacional. Segundo essa autora, cada discurso disputava o espaço de hegemonia, conferindo a cada uma das profissões a vocação de regeneradora da nação. No trabalho de Sevcenko, a questão está nas tensões existentes na produção cultural, com destaque à produção literária da Primeira República como um todo, mas a tese de regeneração é mencionada em diferentes aspectos da realidade social que se transformava com a República. Trata-se da condenação dos hábitos e culturas ligados à sociedade tradicional, negação da cultura popular, expulsão dos populares das áreas centrais da capital, Rio de Janeiro.

A expressão regeneração significava a dissolução da velha ordem social do Império em nome de uma nova ordem que perseguia a boemia, o violão, sob o argumento da vadiagem, tendo como seu contraponto a cultura do trabalho, o cultivo de virtudes. As perseguições contra a cultura popular eram variadas, com força policial; perseguiam festividades religiosas como o candomblé, o jogo do bicho, a capoeira. Na leitura de

Sevcenko, é a segregação de duas sociedades justapostas: uma alinhada com a cultura européia, notadamente a *belle époque* parisiense; e outra, compreendida pela primeira como escória, velha, monárquica, suja e desordeira. Seria este tipo de argumento que justificaria o autoritarismo nas transformações urbanas como as que aconteceram no Rio de Janeiro na virada do século²⁷.

A partir dos trabalhos acima, imprimimos em nossa leitura o papel conferido à educação, qual seja a da regeneração do povo mestiço, mudança impetrada na formação moral e intelectual da juventude que, aliadas às transformações sanitárias, de hábitos de higiene, na relação com o trabalho, conformariam no novo brasileiro um tipo ideal, formado geneticamente mais branco, mas ainda mestiço, porém mais forte e homogêneo, capaz de colocar o Brasil nos trilhos do progresso.

3.3 – Território como direito histórico à nacionalidade brasileira

A constituição do território brasileiro é narrada pelo nosso autor à maneira clássica das sínteses históricas do Brasil de seus antecessores, como Abreu e Lima, Varnhagen ou Macedo. Os elementos que conformaram o território são as guerras contra os invasores franceses e, sobretudo, a invasão holandesa, contudo, não são os únicos. Também podem ser citados outros elementos, como a expansão pelo interior pela atividade pecuária, a colonização dos grandes rios, como o São Francisco, importante para o desenvolvimento do Nordeste, bem como a descoberta de metais e pedras preciosas nas minas.

Nas invasões, a narrativa de João Ribeiro é marcada pelas guerras de conquista que afirmariam a unidade política da América portuguesa, isto é, as lutas contra os invasores franceses e holandeses. Esses eventos, assim representados como invasões, já delimitam de quem é a posse histórica e legítima do território brasileiro: os portugueses. Entretanto, não faltam elogios à administração liberal de Maurício de Nassau, ou o pioneirismo francês de desbravamento do Rio de Janeiro. Cabe ainda mencionar a importância da reconquista sobre Pernambuco na manutenção da unidade política.

Em a *História do Brasil*, João Ribeiro assinala as invasões holandesas em seus três momentos clássicos: do ataque à Bahia em 1624, a ocupação em Pernambuco em 1630 e a

²⁷ SEVCENKO (1999), Ver mais: Capítulo 1: a inserção compulsória do Brasil na Belle Époque.

guerra de expulsão em 1654. Para nosso autor, o sentido da tentativa holandesa em criar uma colônia na América está inserido nas lutas pelo comércio livre entre as potências européias.

A agressão hollandeza, como a franceza e ingleza, explica-se antes por um principio superior, que nesse tempo foi a consequencia dos descobrimentos do oriente e do occidente, e esse principio era a lueta do *livre commercio* contra o *monopolio*. Portuguezes e espanhoes pretenderam haver aberto o oriente fechado pelos turcos e o occidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens. Foi justamente nessa lueta em que faziam o papel de *piratas ou corsários*, que francezes, inglezes, e sobretudo hollandezes, começaram a formar esse immenso poder naval, essa supremacia marítima, que acabou por se substituir à dos rivaes. O *commercio livre* foi a obra do individualismo, das emprezas privadas: os governos europeus por impotencia reconheciam o monopolio iberico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquelle privilegio. (RIBEIRO, 1935, p. 166)

Na questão da nacionalidade entre os combatentes na guerra, nosso autor é um contraponto à historiografia de Varnhagen, já por se tratar de uma luta pelo livre comércio, os nacionais estavam divididos entre os holandeses e os portugueses. Os nacionais só mudaram de lado por conta das mudanças políticas ocorridas com a saída de Mauricio de Nassau.

Assim, a batalha de Guararapes é ponto alto nessa narrativa: os colonos estavam dos dois lados. Enquanto a administração holandesa foi importante para o desenvolvimento da região, pois teve apoio político e popular; quando a situação política é alterada com a saída de Nassau, a colônia holandesa vai perdendo poder político, social e militar.

Em geral os nossos historiadores falam do *sentimento nacional* a propósito d'esta guerra. A verdade é que índios e brasileiros tanto estavam divididamente do lado dos portuguezes como dos hollandezes. Quando Picard capitula em Porto Calvo, entrega dos seus trezentos homens apenas a metade que eram brasileiros e entre estes o Calabar. Na segunda batalha dos Guararapes, os indios do lado dos hollandezes, estavam ao mando do Camarão hollandez, *Pero Poty*, parente de Camarão, agora dito autonomista. Os successos posteriores fizeram d'este Poty e do Calabar dois traidores. (RIBEIRO, 1935, p. 185).

Ou seja, as raças não se encontraram em torno de um sentimento comum, de uma nacionalidade brasileira, como a historiografia do IHGB assinalava. Interessante é que a narrativa de João Ribeiro desmitifica alguns dos mitos republicanos, o que também é percebido no capítulo “Espírito da Autonomia”, como já apresentado. Podemos ler nessa linguagem que a nacionalidade deve ser construída nos alunos/leitores de maneira mais

crítica, ou pelo menos desapassionada, o que assinala um forte contraponto à historiografia patriótica que lhe é anterior e mesmo contemporânea, sobretudo, em manuais de instrução moral e cívica (GASPARELLO, 2004).

A expansão territorial é afirmada não apenas pelas campanhas contra os invasores, mas também pela ação colonizadora e engenhosa dos lusosbrasileiros, como a criação de gado, de fortes, a ação bandeirante, colônias jesuítas, que definiram as possessões ao sul do Brasil, a descoberta e ocupação do Rio Amazonas e a interiorização da colonização do Rio São Francisco.

A ação colonizadora dos jesuítas foi outra importante obra para colonização, assim como a expansão bandeirante pelo interior do País, como já expomos. O Brasil é obra do colono e do jesuíta, que ocuparam o interior levando o cristianismo a todas as regiões, o que contribuiu para organização da sociedade civil, notadamente no Pará e no Maranhão, com a criação de cidades cuja população era majoritariamente indígena. Dessa forma, pode-se admitir que o desenvolvimento das colônias estava ligado à tensa relação que envolvia indígenas, colonos e jesuítas. De um lado, os colonos escravizavam os indígenas para o trabalho nas lavouras ou para obras nas cidades; de outro, os jesuítas, mesmo defendendo a humanidade da raça vermelha, eram beneficiados pelo trabalho indígena. No meio dessa dinâmica escravocravagista, os indígenas eram subjugados tanto de um lado, como do outro.

O caso da preação sobre as populações indígenas do Pará é bem representativo sobre esse tema. João Ribeiro narra a crueldade do processo, as guerras, matanças e resistência dos indígenas frente à escravização, após uma lei de 1611, decretada por Filipe III, que permitia a escravidão como um meio de sustentar a economia e corrigir os vícios dos índios em relação ao trabalho. O movimento retrocede em 1679, com a revogação da escravidão e a missão dos jesuítas de curar os índios para a civilização, o que desagradou os colonos. (RIBEIRO, 1935, p. 239).

A partir daí, os jesuítas colonizaram e aldeizaram os indígenas, incutiram-lhes a cultura do trabalho nos moldes europeus como a lavoura, a extração dos recursos naturais das matas, o que propiciou o desenvolvimento de amplas atividades econômicas, cristianizando-os e, assim, povoaram a costa do Pará e a margem do Rio Amazonas. Tal ação foi importante para os interesses do Reino, dos índios, pois não se viam perseguidos pelos colonos (pelo menos nos limites das aldeias) e também dos jesuítas. Inclusive outra contribuição dos

indígenas para a sociedade civil diz respeito então ao fato de que estes foram empregados ainda nas obras públicas, chamados e/ou convencidos pelos padres.

As bandeiras têm um papel especial no movimento de interiorização da colônia. O valor da raça é enaltecido pela sua adaptação ao céu e clima do Brasil. “Só a formação de uma raça inteiramente acclimada ao sol e céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados” (RIBEIRO, 1935, p. 226). É o que o autor chama os primeiros foros da nacionalidade, pois já nesse cruzamento de fatores dá-se a raça nacional. As bandeiras, ainda, simbolizam o desbravamento das matas, a tentativa de domar a natureza, torná-la apta a vida social, com o pleno domínio de seu solo, vegetação, animais, uma luta contra o desconhecido,

“(…) a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quasi fatalista, e a sobriedade levada ao extremo. Os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos lares, o que frequentes vezes succede. As provisões que levam apenas bastam para o primeiro percurso da jornada; d’ahi por diante, entregue á ventura, tudo é enigmatico e desconhecido.” (RIBEIRO, 1935, p. 225)

Segundo o historiador, foi no interior do país que se formaram a estirpe genuinamente nacional, mais homogênea e dotada de grande valor. É uma interessante descrição sobre o sertanejo como símbolo da pureza racial no Brasil, a partir da pecuária que se estabeleceu no interior. Foi esse povoamento que deu características sociais ao povo, como ele mesmo explica:

(…) Por isso em toda essa região formou-se o abastecedouro animal do Brasil antigo. Os seus nucleos de população conservaram melhor as tradições do *folk lore* nacional ainda exprime nas canções populares, nos *desafios* e nos romances e lendas sertanejas; o *typo ethnico* é mais puro e superior ao do litoral de hoje, quasi todo ainda ennegrecido pela escravidão africana. Os sertanejos são brancos e muitas vezes louros, mais frequentemente morenos de cabellos ruivos; têm virtudes cavalleirescas, o sentimento talvez exaggerado da honra, que o faz frequentemente appellar para as armas, que todos desde a infância manejam com pericia. Desconfiam da civilização e do litoral, onde a hospitalidade é rara ou pérvida, aonde só descem nas feiras e para cambiar os productos. D’elles é que têm origem seitas religiosas,

germen de tumultos, que, de vez em quando, ensanguetam o sertão. Parece que nisso, como o gado que apascentam, traem qualquer cousa do sangue semítico, arabe, tronco de religiões antigas. São descendentes de portuguezes e ilheos que, internados desde o século XVII, perderam o contacto permanente da civilização; e com essa perda aprenderam, de insticto próprio, as industrias essenciaes á vida. Vestem-se em geral de couro, da cabeça aos pés; de couro e chifre são os seus utensilios domésticos, onde guardam líquidos e sólidos; alimentam-se da caça, das fructas acidas próprias dos espinheiros do deserto e da carne, e d' esta fazem a farinha com que ajuntam o leite, substitutivo frequente da agua. (RIBEIRO, 1935, p. 206)

A partir da citação, percebemos como as características geográficas e climáticas influenciaram o comportamento e hábitos, como a alimentação e vestuário sertanejo. Isso é aliado à origem étnica europeia, que se moldou ao meio e conformou o sertanejo distintamente do europeu, bem como dos habitantes do litoral, enegrecidos com a escravidão africana, que criaram outra estirpe. Entendemos a formulação da pureza na raça do sertanejo pelo seu pouco contato com a raça etíope e pelo seu isolamento geográfico em relação ao litoral, o que se coaduna com a caracterização dos negros dentro da obra, desmoralizados, tais quais os mestiços originados por eles, cheio de vícios, o que incutiu nos brancos as vicissitudes e a indolência. A questão sobre as raças são analisadas a seguir (item 3.4). A compreensão de João Ribeiro é praticamente a mesma de Sílvio Romero sobre o caráter do mestiço, os maus causados pela miscigenação entre brancos e negros, e a pureza da raça como saída regeneradora da nação.

A reflexão de Ribeiro sobre o território que conformou o Brasil é de que o país é um grande organismo, composto por localidades que possuem suas especificidades, fruto da sua extensa geografia e das histórias das capitâncias hereditárias.

No sentido do povoamento podíamos (e até certo ponto podemos ainda) considerar a formação do Brasil como a de um vastissimo archipelago de ilhas humanas que só acham contacto pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios innavegaveis e principal o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quasi incommucaveis desde a época colonial. (RIBEIRO, 1935, p. 316)

É sobre esses particularismos regionais que se fundaria a unidade nacional, seja pela língua, pela religião, pelos seus vínculos com a metrópole portuguesa e, como ele ainda

conclui: “O particularismo local distingue-se ainda pelo espírito superior do unionismo melhor da grande pátria brasileira.” (RIBEIRO, 1935, p. 344). A unidade nacional é conformada pela sua diversidade geográfica, que superou seus particularismos em nome de uma unidade maior que representa um povo de mesma língua, religião e origem colonial, que se autodeterminou historicamente, e que, portanto, tem um direito constituído sobre o território que ocupa, governa e representa.

Podemos inferir ainda que a conformação do território assinalada pelo historiador através de cinco focos de irradiação populacional significa discursivamente integrar a história do Brasil como um todo, e não uma história contada a partir de um único centro que se expandiu e conquistou o vasto território. É, antes, demonstrar que os diferentes focos de irradiação possuem especificidades históricas, mas que se confluíram para formar o Brasil. Essa narrativa de Ribeiro acaba por atribuir importância histórica a cada região, de modo que cada uma não seja marginalizada em função dos grandes centros políticos e econômicos do país, que naquele momento já havia migrado para o sudeste cafeeiro, que se tornara hegemônico em relação ao nordeste açucareiro.

Se havia a necessidade de integrar o país em todos os aspectos, era necessário, antes, integrá-lo historicamente e, assim, conformar a ideia de nação, mameluca, afeita ao autoritarismo, sem capacidade de mobilização e livre iniciativa, verdadeiros abismos a serem superados para de fato se constituir uma república, numa dimensão democrática e das *res publica*.

3.4 – História do Brasil, Capítulos da História Colonial e História da Literatura Brasileira e o registro de uma temporalidade histórica das ideias entre o Império e a República

A partir das leituras da produção intelectual de João Ribeiro feitas até neste ponto da dissertação, nosso esforço é dirigido para a investigação da obra de João Ribeiro como expressiva de um tempo histórico sobre as representações da história do Brasil, enunciados pelos conceitos de raça e território como elementos constituinte da nacionalidade brasileira na transição entre o Império e a República. Assim, investigamos a questão do tempo histórico, a partir de Koselleck para nossa análise de registro de temporalidade histórica.

O tempo histórico problematizado por Koselleck extrapola as dimensões das representações ao passo que ele expressa estruturas sociais e políticas. As representações definem-se temporalmente pela inserção numa sequência (não linear) de gerações, mas também pelo enfoque dos problemas reais que se colocam. É essa interação entre problemas reais e formulações subjetivas a respeito deles que se pode chamar de espaço de experiência. Em nosso entendimento, ainda que a temporalidade extrapole a dimensão das representações, ela expressa suas estruturas sociais e políticas.

Em nosso entendimento as representações sobre a história do Brasil problematizam os problemas reais sobre a questão da nação, sobre aquilo que a conformou historicamente, e que caminhos a nação deveria tomar, tal qual seus pares pelo restante do Ocidente. Ou seja, a questão da nação, como ela é expressa, que horizonte ela aponta, e como ela interfere na realidade social, sobretudo, na formação da opinião das gerações vindouras, é um problema real encarado pelas formulações subjetivas postas pelos intelectuais, com vistas ao futuro na superação desses problemas.

Assim, o que nos importa na análise de Koselleck é como tempos históricos podem estar sobrepostos sincronicamente. O período compreendido entre a metade do século XIX ao início do século XX pode ser encarado como um momento de distintas correntes de pensamento de ordem jurídica, filosófica, política, biológica e científica contrastantes entre si e que habitaram a mesma época no imaginário do país, seja pelas leituras biológicas e científicas, seja pelas leituras histórico-sociológicas (também de base científica). Essas leituras apontam para a mesma direção: um povo caracterizado como mestiço, degenerado, de vícios e poucas virtudes morais, embora hajam deslocamentos e inflexões, como as de Capistrano de Abreu. A nosso ver, apesar de linguagens e matrizes diferentes de pensamento, essas leituras constituem, a partir de suas acepções sobre as raças que conformaram o povo brasileiro e a formação do seu território, uma mesma configuração genérica sobre a ideia de nação que nos fazem devedores em relação ao Ocidente. Configuração essa que é datada historicamente, qual seja, na transição entre o Império e a República até os anos 1920, outro momento marcado por novas leituras sobre nacionalidade brasileira. Embora esse conjunto distinto de ideias pertença ao mesmo tempo cronológico, o que coloca essas ideias num mesmo tempo histórico é o fato de partilhar o mesmo conjunto de ideias, representações e símbolos sobre aquilo que é a nação brasileira, e o que a conformaria no futuro, imediato ou em longo prazo.

Se, por um lado, o período que abarca nossa investigação é marcado pela representação do Brasil como nação mestiça mameluca, desabilitada para o *self-government*, decaída moralmente, cuja cultura em nada se alinha com a cultura ocidental e civilizada da Europa e dos Estados Unidos; o momento seguinte, após os anos 1920, a cultura da nação mestiça, isto é, a popular, é incorporada como expressão da nacionalidade brasileira, de modo a torná-la elemento ativo na construção de uma nova vida social política. Assim, pela unidade de sentido em seus argumentos sobre a nacionalidade brasileira entre esses momentos distintos, compreendemos essas temporalidades históricas para além da cronologia.

A temporalidade histórica é analisada, segundo Koselleck (2006), a partir dos conceitos “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Para esse autor, trata-se de categorias apropriadas, pois dão sentido às relações existentes entre um determinado passado e seu futuro. De outro modo, cada experiência cria em si um horizonte de expectativa possível (Koselleck, 2006, p. 306)²⁸. Entretanto, não são conceitos simétricos que se complementam, eles possuem maneiras diferentes de ser, não coincidem pelo fato de uma expectativa não ser completamente tirada a partir da experiência, nem esta é capaz de extrair uma expectativa completa, na medida em que há pequenos momentos temporais que possibilitam diversos futuros possíveis. Em verdade, a relação entre os conceitos dá-se pela maneira como um interfere no outro, como a experiência ajuda a interpretar a expectativa, e como esta reinterpreta a própria experiência. É da tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que se pode deduzir uma temporalidade histórica (Koselleck, 2006, p. 312).

A partir desses conceitos, debruçamos sobre as seguintes questões: que espaços de experiências nossos autores elencados para a análise compartilham para que possamos designá-los numa mesma temporalidade histórica como defendemos? O que possuem de comum no pensamento e que deslocamentos apresentam acerca da representação da nação brasileira no início do século XX?

²⁸ Koselleck define da seguinte forma os referidos conceitos: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.”

(...) expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas poder ser previsto. Esperança e medo, receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 309-10).

Em nossa leitura, os autores pesquisados Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e João Ribeiro partilham de alguns consensos sobre a nacionalidade brasileira como, por exemplo, as concepções de povo, de história e da cultura brasileira. Partilham, sobretudo, exceto Capistrano de Abreu, de um pensamento que expressa a ideia de insuficiência cívica para o exercício da cidadania na República que se inaugurava em 1889, ainda como uma permanência da fase final do Império. E assim fundamentados, partilham os caminhos para a nação trilhar nos rumos do progresso material, intelectual e moral, um ideal a ser perseguido, um horizonte de expectativa, sobretudo, em João Ribeiro e Sílvio Romero. Nesses autores, apresentamos seus consensos, contrapontos e como apresentam os espaços de experiências e os horizontes de expectativa em relação à nação brasileira, na medida em que a compreendem como inacabada, em processo de formação.

Assim, nosso estudo desdobra-se no estudo comparativo com a obra *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero e *Capítulos da História Colonial* de João Capistrano de Abreu, no qual estabelecemos relações em suas análises sobre a formação do território, da raça brasileira, e seus desdobramentos para a ordem social e política para o Brasil a ser construído no século XX.

Nosso primeiro autor, Sílvio Romero, por meio de sua *História da Literatura Brasileira*, revela-nos as relações históricas entre as raças e a conformação da cultura brasileira. Assim, a literatura brasileira seria expressão dessa mesma cultura, de sua história.

Sílvio Romero estava inserido no momento de grandes debates intelectuais que efervesciam o Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Contudo, as discussões ficavam em torno da minoria letrada da capital do Império e a seguir da República. A obra de Romero é diversa em assuntos e suntuosa em seu volume: história, crítica literária, sociologia, economia, política e pedagogia, em síntese, um polígrafo, a exemplo do nosso João Ribeiro.

Trata-se de um intelectual polêmico, que não media palavras para criticar autores e suas obras, o que incluía insultos ou ataques pessoais, como o fez contra Teófilo Braga, Manoel Bonfim, Machado de Assis, José Veríssimo e outros. Sua crítica literária consistiu em levar em conta a especificidade literária do Brasil, as características raciais e sociais do povo brasileiro e sua história. Podemos dizer que sua crítica literária é antes uma crítica histórica à produção literária brasileira, pois ele encontrou na história as chaves de leitura da literatura brasileira. Assim, a literatura brasileira é incorporada ao quadro total da história brasileira.

Para realizar o nosso esforço de identificar no âmbito das ideias algum registro de certa temporalidade histórica na transição entre o Império e a República, confrontamos as ideias de nação em João Ribeiro e Sílvio Romero, trabalhando a análise desses autores sobre o povo brasileiro e sua história. Para tanto, lançamos mão de estudos exegéticos sobre a obra *História do Brasil* e *História da Literatura Brasileira*, a partir da argumentação de nossos autores em torno da questão da nacionalidade brasileira, e assim, demonstramos a *História do Brasil* inscrita em certa temporalidade histórica.

Contudo, a comparação deve ter uma unidade de análise. O estudo possui dois pressupostos: o primeiro é refletir sobre como os autores respondem ao desafio da insuficiência cívica do povo; o segundo dirige-se à questão da incorporação desse povo à vida política no regime republicano. Essa linha de análise está inserida na maneira como a história do Brasil é representada nestes autores, mais especialmente como o povo é representado. Ou seja, está situada em questões em torno da nacionalidade e da miscigenação do povo, posto como vértices para a construção da história brasileira.

Sílvio Romero interpreta a sociedade brasileira a partir de ideias científicas, mais exatamente nas teorias evolucionistas de Buckle e Spencer. As teorias evolucionistas tiveram grande ressonância nas diversas áreas do conhecimento ao buscar explicar a evolução da espécie humana ao longo de sua história, extrapolando os domínios da biologia. Essa linha interpretativa, ou científica explica as hierarquias entre os homens, raças, sociedades e nações, argumentos muito caros a Sílvio Romero para justificar o estado social do Brasil em sua época. Desse modo, naturaliza as relações de superioridade e inferioridade entre os indivíduos e os povos, relação esta que não poderia ser abolida, pois é ao mesmo tempo o mecanismo capaz de aperfeiçoar moral e intelectualmente as raças e nações em estados inferiores, que teriam na raça superior os subsídios para seu aprimoramento.

Na medida em que Romero articula a interpretação do Brasil em teorias evolutivas, ele estabelece um contraponto à geração romântica de José de Alencar, pois são em bases científicas e não literárias que se busca extrair o verdadeiro caráter da nacionalidade brasileira, isto é, aquilo que torna a nação digna de soberania frente ao mundo.

A literatura, segundo Romero, é uma expressão cultural e racial de um povo, de uma sociedade. A boa literatura estaria a serviço da memória coletiva e nacional, no esforço de um povo de pensar sobre si mesmo, ainda que seu vetor sejam os intelectuais, isto é, um círculo

restrito de uma sociedade como a brasileira. Assim, Romero, para construir a história da literatura brasileira, escreve, antes, uma história do Brasil:

Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar de ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem das cousas, o português em suma, foi se transformando ao contacto do índio, do negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso de ideias estrangeiras, se foi aparelhando o *brasileiro*, tal qual êle é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro. (ROMERO, 1960, p. 55)

É nesse mote que podemos relacioná-lo com João Ribeiro na medida em que nosso autor compreende a língua como expressão *suis generis* do povo brasileiro, distinto de sua pátria mãe, Portugal; daí as querelas em torno de uma gramática própria, enriquecida com a experiência histórica da América, com as línguas Bantas e Tupis, publicado na obra *Língua Nacional* em 1921.

Obra de fôlego composta em seis tomos, *História da Literatura Brasileira* foi publicada primeiramente em 1902, ou seja, dois anos depois de *História do Brasil*, de João Ribeiro. Nossa análise remonta ao primeiro tomo, no qual Sílvio Romero justifica a literatura brasileira inserida na história de um povo mestiço, fundado como colônia do Império Português. Ele desenvolve uma narrativa sobre os movimentos históricos do Brasil, apoiado na historiografia da época, incluindo João Capistrano de Abreu e o próprio João Ribeiro. Os fatores que exploramos na análise comparativa são a questão da raça e do meio, na qual os argumentos de Sílvio Romero formam um dos vértices da sua análise sobre a nação e se aproximam da de João Ribeiro.

O livro de Sílvio Romero não é apenas uma obra destinada à crítica literária brasileira, sendo também veículo de expressão das ideias políticas em relação ao seu presente, como está exposto no prólogo da primeira edição. Como exemplo, temos a questão da imigração européia, duramente criticada por Romero por concentrar as populações imigrantes na região sul e em São Paulo. São duas razões apontadas por Romero: primeiro, por conta de ser entendido como uma ameaça a unidade territorial nacional; e segundo, porque os imigrantes deveriam ser integrados às populações nacionais em todo o território nacional. Desse modo, aprimoraria biologicamente a nação.

Com essa crítica, na verdade, Romero defende uma dimensão valorativa da miscigenação para o povo brasileiro. No entanto é necessário observar que se trata da “boa miscigenação”, de origem européia e civilizada, o que tornaria a nação mais branca e mais forte no futuro. Lilia Schwarcz (1993) demonstra o desenvolvimento dessas correntes científicas baseadas em estudos antropológicos e frenológicos que justificavam as desigualdades “naturais” das raças ao redor do globo. Desse modo, o Brasil era um laboratório para se investigar o resultado das miscigenações de povos. Assim, a ideia de pureza das raças conquista espaço tanto no meio científico, como no meio político, sendo instrumento de justificativa para autodeterminação dos povos. Tais teses, que condenavam povos mestiços, ou de origem asiática, africana ou americana como raças inferiores, significam, para o caso brasileiro, condenar para sempre o soerguimento de uma grande nação, forte e poderosa, o que em muito se distanciava das esperanças políticas do novo momento histórico que o Brasil vivia com o início da República.

Sílvia Romero utiliza a literatura como vetor para a explicação das condições psicossociais do povo brasileiro, da nacionalidade em suas condições históricas, em que a ação do meio foi determinante para a conformação do caráter brasileiro e das virtudes etnológicas das raças que compuseram a história deste território. Há de se observar ainda a diversidade climática, bem como a topografia do país, que deram fisionomias diferentes entre as regiões, além disso, esses fatores explicam o comportamento intempestivo sanguíneo e pouco afeito às atividades intelectuais. Um tipo novo, baseado no desequilíbrio, afeito à retórica, avesso à ciência, sem filosofia, literatura ou arte mais bem acabada. A unidade do Brasil é antes obra da natureza que política, pois delimitou o território da nação às margens dos Rios Amazonas, Paraná e Paraguai. Essas condições naturais teriam determinado as relações econômicas e sociais entre os brasileiros.

Assim, para Sílvia Romero:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo os sonhos de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros no Novo Mundo. (...)

É antes a história de um tipo novo (...) em que predomina a mestiçagem. (...). Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira (ROMERO, 1960, p. 53-54).

Por outro lado, Sílvio Romero nos diz: “O Brasil é um país ainda em via de formação; nunca é demais esclarecer o futuro” (ROMERO, 1960, p.36). A exemplo de João Ribeiro, percebemos o caráter inacabado da nação brasileira e a preocupação de que esta venha a se constituir totalmente no futuro com a completa miscigenação das populações, já aqui estabelecidas com as levas de imigrantes provenientes da segunda metade do século XIX e início do século XX. A construção de uma nação é obra de séculos, na qual o caminho do Brasil seria espalhar as populações imigrantes, misturá-las e integrá-las à população nacional de mestiços. Trata-se de um processo de branqueamento da população, que tornaria a nação brasileira mais forte e homogênea. A boa miscigenação, portanto, é uma intervenção no presente com vistas ao futuro, com bases científicas que atestam as desigualdades entre os homens.

Nessa conformação inacabada da nação existe a ação do meio, no qual Sílvio Romero problematiza as questões enunciadas por Henry Thomas Buckle em torno do clima como determinante no florescimento de uma civilização. Para o autor de *A civilização inglesa*, as civilizações antigas desenvolveram-se em climas mais amenos e próprios à atividade e à vida humana, por isso é que não se edificara no Brasil uma grande civilização pré-colombiana, pois o clima e a topografia sobrepujaram a capacidade humana de dominar o ambiente. Sílvio Romero é um crítico dessa análise, seja na generalização dos diferentes climas do Brasil, seja pelo tom cosmológico da assertiva de Buckle, que praticamente aniquila a esperança de uma nação poderosa no futuro.

Entretanto, é importante a referência de Buckle para Romero para explicar a ação do meio sobre os homens brasileiros e seu caráter. Desse modo, adiciona o elemento racial ao clima para explicar a nacionalidade brasileira. Com essa linha interpretativa, também critica Von Martius, que não leva em questão a ação do meio sobre as raças, e os mestiços como construtores da nação,

“(…) deixou (Von Martius) em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: - o mestiço, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de cada fator e definindo o caráter do resultado. (ROMERO, 1960, p. 62)

Desse modo, Romero critica o determinismo climático, pois, além disso, a história de um povo deve levar em conta todos os aspectos de sua vida social, cultural e política. Assim, na análise de um povo alarga-se o próprio horizonte do conceito de história, na medida em que incorpora outros aspectos que estão além da história política. Tal posicionamento teórico que o aproxima da *kulturgeschichte* de João Ribeiro, em a *História do Brasil*.

A teoria da história dum povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro. (ROMERO, 1960, p. 68)

Imbuída de um caráter filosófico, a história, para Sílvio Romero, significa compreender o seu povo, seu passado e sua marcha evolutiva para o futuro. Por ser filosófica, sua história tem a finalidade do aperfeiçoamento das ações humanas, o que projeta o homem numa marcha evolutiva e sem influxos. No caso específico brasileiro, o aprimoramento das raças alia-se à dimensão intelectual e biológica dos sujeitos.

Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por tôdas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e realizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. (ROMERO, 1960, p. 69)

Ou seja, Romero amplia a linha interpretativa de Von Martius ao incorporar novos elementos na configuração histórica do Brasil com a adição das ações do meio físico sobre a miscigenação das raças e seus movimentos históricos. Além da dimensão biológica, há também a moral sobre essas raças.

Em João Ribeiro, o argumento racial não considera as determinantes do meio como condicionante do estado social da nação. A questão do meio não se coloca, mas sim a

dominação da natureza, que é antes uma obra ao longo da história. O caráter multirracial e a capacidade do homem que aqui se constituiu sobrepujaram o meio, numa inversão tanto da análise de Sílvio Romero, como de seu mentor, Thomas Buckle. Entretanto, essa mesma raça mestiça, capaz de dominar a natureza, não representa um aperfeiçoamento das raças inferiores; antes a miscigenação decaiu a dita raça superior, inocularam-lhes as vicissitudes que conformariam o caráter desmoralizado da nação.

Se João Ribeiro não associa a questão do meio ao caráter das raças, a exemplo de Sílvio Romero, no entanto ele coloca a dimensão moral sobre os movimentos históricos das raças, o que Sílvio Romero não o faz. Como já expomos anteriormente, a dimensão moral está colocada lado a lado com a dimensão racial, como explicação do atraso social e cultural brasileiro. Assim, para João Ribeiro, o Brasil é uma explicação histórico-sociológica; já para Sílvio Romero, o Brasil é antes uma explicação biológica, embora não exclusivamente, além de histórica.

Assim, o caminho apontado por Sílvio Romero como projeto de Brasil é um caminho a ser construído biológica e racionalmente. Pois a imigração ariana branquearia a nação mameluca brasileira, tornando-a mais forte e homogênea, mais espalhada pelo território brasileiro de forma coordenada, de modo que o caldeamento permita a integração nacional em todos os aspectos: políticos, sociais, culturais, de comunicação e trânsito. Quer dizer, um projeto que visa superar um dos grandes desafios do Brasil à esse tempo, qual seja, integrar o país e a nação.

A partir das leituras sobre o caráter degenerado da raça nacional, expresso tanto em João Ribeiro, como em Sílvio Romero, compreendemos nesses discursos a expressão de uma insuficiência congênita cívica do povo brasileiro, cujo remédio para sua superação é a miscigenação levada a termo com a contínua imigração européia, que constituiria uma raça forte e homogênea, e assim, capaz de ser incorporada à vida política do regime republicano. É a existência desses dos dois pressupostos que justificam a necessidade de um escol intelectual para conduzir essa massa amorfa no caminho da civilização.

A insuficiência para o exercício da vida cívica teria na ordem racial as causas para o não soerguimento de uma sociedade civil livre e organizada. Em João Ribeiro, existe o peso das relações sociais sobre os negros e indígenas para explicar o caráter dessas raças; em Romero, a degeneração é inata, mas deve ser superada. Interessantes são os caminhos apontados pelos autores que, em muito, se coadunam. Para ambos, o caminho está num novo

movimento de miscigenação entre a raça nacional mameluca, já sedimentada, com as novas massas de europeus que vieram para cá, a partir da segunda metade do século XIX. Entretanto, para Sílvio Romero, o processo deve ser organizado como estratégia para garantir a unidade e soberania do país, espalhando essa nova população em todo o restante do país e não apenas concentrando-se na região sul do país, como Romero critica duramente em sua *História da Literatura Brasileira*. A ideia de nação, desse modo, entendida como homogênea, é uma expectativa futura; com a raça formada, o meio domado, estariam feitas as bases para a evolução da nacionalidade brasileira, tal qual historicamente conformada como as outras ao longo da história da humanidade. Em síntese, podemos afirmar que a nação forte e homogênea é um horizonte de expectativa com possibilidades de intervenção no presente com vistas ao futuro.

Partimos para o outro intelectual elencado para a nossa análise da temporalidade histórica das ideias na transição entre o Império e a República: João Capistrano de Abreu e seu clássico, *Capítulos da História Colonial*, de 1908. Este autor deve sua participação em nosso trabalho pelas contribuições históricas que trouxe para as reflexões de João Ribeiro sobre a história do Brasil. Suas formulações marcam um novo momento na historiografia brasileira, tanto na profissional como na didática. De certa forma, as obras dos dois autores relacionam-se e se influenciam quanto as suas teses capitais. Assim, podem ser inseridas no amplo debate intelectual da virada do século XIX para o século XX, em torno da questão da nacionalidade brasileira, na medida em que em suas representações da história incorporam novos elementos, até então não expressos na historiografia, ou pelo menos colocados de forma secundária, como o cotidiano e hábitos dos colonos.

As questões aqui elencadas são a do povoamento e da interiorização do território brasileiro, a superação da história cronológica e política em favor de outros aspectos da realidade, a questão da dimensão valorativa sobre as raças e suas consequências para a representação da nacionalidade brasileira, como resposta à insuficiência cívica do povo e a superação desse estado político e social.

Em *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu, a questão do povoamento e interiorização da colônia ao longo dos séculos é tratada de forma semelhante à *História do Brasil*, de João Ribeiro. O povoamento que conformou o Brasil partiu de diferentes focos de irradiação populacional, sendo cada qual detentor de características específicas que marcam de maneira distinta a história brasileira. Para o primeiro autor, a

interiorização da colônia tem quatro focos iniciais: São Paulo, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Em a *História do Brasil*, já podemos identificar cinco focos de irradiação populacional que, ao lado dos quatro mencionados por Capistrano, acrescenta-se Rio de Janeiro.

Os fatores que permitiram o povoamento e a interiorização para Capistrano estão na colonização do Rio São Francisco, colocado como chave para compreensão desse movimento. Ao lado disso, estão as bandeiras, as guerras contra os indígenas em diferentes pontos do continente, a descoberta de metais e pedras preciosas nas Minas e a criação de gado. João Ribeiro acrescenta a esses argumentos o papel dos jesuítas como elemento fundamental na colonização e interiorização, com a criação de vilas com e para os indígenas, onde foram cristianizados, inseridos na cultura de trabalho nos moldes europeus. Os jesuítas inseriram-lhe inclusive a ideia cívica na participação da administração local, através de representantes locais, sobretudo no Pará.

A narrativa de Capistrano descreve o Brasil do ponto de vista físico, sua topografia, compondo os limites geográficos do território, bem como sua costa marítima, seus rios, a importância do Rio São Francisco, tanto do ponto de vista dos recursos naturais, como de sua importância histórica. Relata ainda os diferentes climas do país, vegetação e a fauna.

Essas narrativas sobre os limites fronteiriços do país são importantes como afirmativas de direito histórico sobre as regiões, na medida em que lhes dá a primazia da ocupação portuguesa e posteriormente brasileira. Inclusive nos seus estudos na obra *Descobrimento do Brasil*, de 1878, o historiador admite o Brasil como descoberta espanhola, mas de ocupação e de direito ao português.

Nelles (os portugueses) inicia-se a nossa história; por elles se continúa por séculos; a elles se produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribus nomadas. (ABREU, 1929, p. 64)

Capistrano de Abreu atesta nosso descobrimento em 26 de janeiro de 1500 por Vicente Yañez Pinzon que “chegou a um cabo, a que deu o nome de Santa Maria de La Consolacion” (ABREU, 1929, p.31); contudo, sociologicamente, os descobridores do Brasil foram os portugueses.

Para Abreu, o Brasil afirma sua soberania sobre um território, como direito histórico de determinação de um povo, no caso, a nação brasileira, sendo representado como herdeiro da colonização portuguesa. A história dessa narrativa tem a função de afirmar o direito do Brasil como nação, pelo reconhecimento no mundo por outros povos. A questão responde em seu presente à preocupação com o imperialismo europeu da virada do século XX sobre os territórios da África e Ásia. Assim, a ocupação do povo, o estabelecimento de suas fronteiras, no caso do Brasil, com limites naturais como rios e montanhas, tudo isso expressaria uma garantia territorial, calcada no direito histórico de domínio sobre o mesmo.

Entretanto, o historiador reconhece os limites da integração entre os longínquos pontos do país, e mesmo de organização da sociedade. Não havia vida social, não havia sociedade, sobretudo em questões públicas e políticas, às quais o povo era alheio. É um contraponto à consciência nacional do período colonial, “(...) é mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania” (Abreu, 2000, p.242). A integração social e cultural entre os cinco pontos de irradiação populacional era inexpressiva ou inexistente:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentido pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduzir a obra de três séculos. (Abreu, 2000, p. 242)

Para o autor, a nação conforma-se a longo prazo e tem um caráter inacabado, a exemplo de João Ribeiro e Sílvio Romero, porém, Capistrano de Abreu não aponta caminhos para o futuro da nação. A história, para o autor de *Capítulos da História Colonial*, não tem um sentido explícito de ação política, de interferência na realidade, embora seja possível inferi-lo quando ele estabelece historicamente as fronteiras do território brasileiro. Ainda que o povo seja o centro de sua narrativa da história colonial, a finalidade é historiográfica. Trata de enriquecer os dados sobre a história do Brasil, com ênfase nos aspectos culturais,

folclóricos, costumes, danças, música, entre outras manifestações. Desse modo, sua história não tem uma função social no presente, seu compromisso é antes com a memória da nação.²⁹

Desse modo, na construção histórica de nossos autores, tanto em Capistrano como em Ribeiro, o centro da história é o povo, como elemento constituinte na formação do Estado Nacional, cujos atores são os mestiços, os europeus, os africanos e os autóctones. Ou seja, a história está para além da esfera político-administrativa. A interiorização não é uma obra da Coroa Portuguesa, mas dos agentes internos da colônia. Como João Ribeiro nos diz:

o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catechisaram longínquas tribus, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins. (RIBEIRO, 1935, p. 17).

Para Capistrano de Abreu, o Brasil também é fruto de seus agentes internos, das relações entre as três raças que ocuparam o território, cada qual analisado por sua psicologia, pelos valores que lhes são atribuídos, embora a racialidade não seja uma preponderante no resultado que constituiu o estado social do Brasil. A razão é antes histórica do que biológica ou racial.

As sociedades indígenas são caracterizadas pela indolência, porém, elas são dotadas de grande capacidade de ação. Seu comportamento é o resultado de fatores antropogeográficos, mas o que determinava seu estado social era a falta de cooperação entre seus membros, suas famílias, e ainda o calor que limitaria o trabalho.

O português do tempo das descobertas é caracterizado como rústico, propenso ao obscurantismo, linguagem livre de eufemismos, abstêmio e fragueiro (Abreu, 2000, p. 46), Eram descritos ainda como fortes, de semblantes agrestes, de índole rija. A violência era corriqueira; a morte expiava crimes de simples roubos. O negro veio compor a população do Brasil pelo trabalho nas lavouras de cana, café e algodão. Sua origem é banta, mas também moçambicana. A mestiçagem entre brancos e negros era mal quista; os mulatos eram cerceados de direitos. Na leitura de Capistrano de Abreu, os negros trouxeram alegria ao taciturno português e ao sorumbático indígena. Sobre a questão racial, importa ressaltar que

²⁹ Não queremos dizer com isso que a história em Capistrano de Abreu não teria utilidade ou sentido social, ou ainda que a memória não tenha uma função social. O que queremos ressaltar é o seu não engajamento com as questões políticas do seu presente, pois possui a finalidade de construir um saber desinteressado.

não há apelo à superioridade de raças, de virtudes ou vícios inatos às raças, são antes comportamentos morais, resultado das relações de força entre portugueses, africanos e indígenas.

Em nossa análise, a representação histórica que dota as raças de uma dimensão valorativa de sua cultura e de sua história em Capistrano é uma resposta e um contraponto a um suposto do pensamento intelectual daquele tempo: a ideia insuficiência cívica do povo, pois na mesma medida em que projeta o povo como protagonista da história brasileira, ele incorpora esse povo e sua cultura, rompe com a leitura sobre a suposta insuficiência, que seria superada também com a instrução do povo. Por isso, esse povo brasileiro, formado pelo “espetáculo das raças” ao longo de quatrocentos anos, carece da “tutela” de um escol intelectual e moral, para lhe lapidar o caráter, e assim termos o verdadeiro brasileiro que, educado e instruído, estaria apto à vida política e social no regime republicano. A segunda dimensão de nossa linha interpretativa é a da incorporação do povo à vida política da República, de forma que a instrução do povo corresponderia também à preparação ao mundo do trabalho, que lhes impunha novas competências e habilidades naquele novo momento histórico.

Essas questões relacionam-se com a discussão sobre as teses racialistas na interpretação do Brasil, diferença fundamental entre João Ribeiro e Capistrano de Abreu. Na elaboração dos *Capítulos da História Colonial*, Capistrano abandonara a explicação sociológica de Buckle para explicar a sociedade brasileira e seu estado social, como foi seu projeto inicial, através de uma síntese histórica do Brasil na década de 1870. A propósito, a questão nem se coloca ao longo da narrativa de *Capítulos da História Colonial*. O Brasil é uma explicação essencialmente histórica, não leva em conta a dimensão da natureza de seus habitantes, suas características raciais, mas suas ações, conflitos, interesses e tensões. Já para João Ribeiro, a questão das raças ainda é cara na análise histórico-sociológica do Brasil, pois seu caráter moral explicaria o porquê do atraso social do Brasil. Daí a necessidade de um escol intelectual para conduzir essa “massa amorfa” no caminho da civilização, expressão desse tempo, conforme assinala Sevcenko (1999). Ou seja, João Ribeiro pode ser inserido entre os adeptos das teses científicas, como Sílvio Romero, cuja análise da literatura brasileira também expressa o caráter e a moral das raças aqui constituídas.

Outra questão importante entre os autores refere-se à busca de superação de uma história cronológica. Capistrano constrói uma história colonial a partir de aspectos do

cotidiano, incluindo a alimentação, a constituição dos hábitos dos colonos, que se tornariam distintos dos reinóis. Desse modo, a cronologia é secundária, pois são a partir de temas e questões que se determina a narrativa. Em João Ribeiro, a cronologia é superada pela conformação de eixos temáticos da história do Brasil, como a formação territorial, o povoamento, as guerras contra as invasões externas. Contudo, não há tanto apelo aos aspectos dos hábitos dos colonos, embora ele os coloque como centro da história, como artífices da história brasileira. Em Capistrano, o peso dos aspectos geográficos é levado a termo com larga e detalhada descrição do território que constituiu o país, com nomes dos rios, planícies, chapadões, bacias hidrográficas e tudo que corresponde aos aspectos físicos do Brasil.

Entretanto, a história política e administrativa não é abandonada pelos dois autores, sobretudo em João Ribeiro, que conta a história do século XIX com forte peso político do papel das elites políticas nas transformações advindas com a chegada da família real portuguesa em 1808; ao contrário de sua história colonial, cujo peso dos aspectos sociais e comportamentais das relações entre colonos, jesuítas, mamelucos e indígenas têm maior papel. Trata-se, portanto, de uma explicação sociológica da sociedade brasileira que se conformou ao longo da colonização e do período imperial, como já mencionamos.

Outra importante questão é sobre o uso das fontes entre os dois autores. Na leitura das obras, percebemos o uso de cronistas de época como Gabriel Soares, Frei Vicente Salvador e Gândavo. A relação entre os autores pode ser inserida no uso dessas fontes, pois, quando relidas, respondem a outras questões, que estão além de uma história eminentemente política. Nessa leitura, cabe ressaltar as representações nas guerras que envolveram a conquista e manutenção da colônia, pois são nelas que os novos personagens (os mestiços, os indígenas e os negros) são inseridos, como heróis constituintes da pátria e da nação brasileira.

Se o povoamento e os movimentos imigratórios são um consenso entre os autores, seu contraponto está no peso dado à questão racial. Se, para Capistrano, a questão não se coloca, para Ribeiro a tese capital para a explicação sobre a sociedade é a moral da nação relacionada com a racialidade. A distinção acarreta no peso dado à história quanto ao seu poder de intervenção sobre a sociedade. Se para Ribeiro o caminho era mais miscigenação, ou melhor, a boa miscigenação com os imigrantes europeus, como também em Romero, para Capistrano está na integração do país em todos os aspectos, cultural, social, econômico. Assim, para ambos, a nação está no horizonte de expectativa, de outro modo, em processo de realização, porém por caminhos diferentes.

3.5 – Entre consensos e contrapontos: uma história do Brasil

Através das teses capitais dos autores analisados, percebemos que, entre seus consensos e divergências, eles partilham de modelos explicativos semelhantes para suas análises sobre a nacionalidade brasileira. Se para Sílvio Romero e João Ribeiro as teses racialistas têm um grande peso sobre aquilo que constituiu a nacionalidade (uma nação degenerada), para Capistrano trata-se de um processo histórico cujo juízo moral e a racialidade não se colocam, são resultados das relações históricas de ordem cultural entre seus indivíduos.

Os três autores podem ser colocados como inovadores da historiografia brasileira na medida em que representam, em suas narrativas históricas, o alargamento da concepção da história, para além dos domínios políticos e administrativos de reis, príncipes e datas, de superação de uma história cronológica dos acontecimentos históricos.

Nesse sentido, são inseridos num mesmo tempo histórico, não apenas por pertencerem à mesma época, mas porque partilharam de aspectos semelhantes quanto à representação da história do Brasil. Contudo, eles não partilham de um mesmo horizonte de expectativa ou projetos de nação para o Brasil no futuro. Antes, cada qual, com sua leitura, interpretaram o Brasil e apresentaram projetos de nação diversos.

Para Capistrano, o projeto não se coloca explicitamente; mas para Romero e Ribeiro o projeto de futuro da nação é um dado importante, na medida em que confere à história um estatuto científico, ao mesmo tempo em que apresentam uma função social, com capacidade de interferência sobre a realidade, a partir das interpretações sobre o passado e, assim, apontar caminhos no presente e no futuro. Para Capistrano, a história está na preservação da memória, da cultura e folclore nacional; para Romero e Ribeiro, essas importantes questões são instrumentos para abalizar os níveis de desenvolvimento da nação com vistas ao futuro, de um novo amálgama das raças com as levas de imigrantes.

Como Schwarcz (1993) aponta, instituições como as Faculdades de Direito, de Medicina e os Institutos Históricos conferiam a si projetos de nação seja de ordem jurídica, no qual a lei deve regenerar a moral, o direito e o Estado, seja nas questões de saúde, com afirmação de uma nova cultura médica, que se projetava de maneira autoritária; ou ainda nas

teses históricas do IHGB sobre as quais se justificava o estado social do Brasil. Em nossa leitura, essas teses de João Ribeiro e Sílvio Romero apontam para o sentido de regeneração da nação, que se conformaria, a longo prazo, a um horizonte de expectativa de uma nação forte, homogênea e mais branca. Elas, em grande medida, partilham da mesma base teórica acerca da nacionalidade brasileira, qual sejam seu caráter moral e sua história, tendo em Capistrano certo contraponto em relação aos outros dois autores. Assim, podemos colocar Capistrano como um precursor da geração dos anos 1920.

CONCLUSÃO: ENTRE IDEIAS, PROJETOS DE NAÇÃO E NOVOS PROBLEMAS

Ao longo de nossa pesquisa, propusemo-nos a destrinchar os projetos de nação expressos na obra *História do Brasil* de João Ribeiro. Com isso, nosso esforço foi estabelecer um tempo histórico sobre as representações da história do Brasil, no período que compreende a transição entre o Império e a República. Assim, em nosso trabalho, percebemos que o “livrinho” de João Ribeiro é, em grande medida, a expressão dos dilemas e debates intelectuais em torno da nacionalidade brasileira nesse período.

Em nossa leitura, o debate está expresso nas questões em torno da raça, que constitui fisicamente a nacionalidade brasileira e a formação histórica do território brasileiro. Assim, esses conceitos são um dos enredos possíveis da história brasileira. A historiografia a respeito trata a pedagogia da nação (GASPARELLO, 2004; MELO, 2008) para a formação do cidadão republicano; mameluca, desmoralizada e pedagogia da moral (HANSEN, 2000) como enredos possíveis de se interpretar a *História do Brasil*. Nossa análise dá ênfase em como João Ribeiro trata as teses racialistas presentes em sua obra, e como essa ocupou o território historicamente, afirmando, assim, seu direito sobre esses territórios, sobretudo, nas fronteiras ou nas guerras contra os invasores estrangeiros.

O percurso foi possível através das matrizes historiográficas com as quais João Ribeiro dialoga, critica, contrapõe, e em alguns aspectos as supera. Caminho traçado durante a leitura crítica do estado da arte dos estudos sobre os manuais escolares de história, que foram decisivos para a realização da pesquisa. Trata-se da *História Geral do Brasil* de Varnhagen e o manual escolar de história que difundiu as teses capitais do diplomata do Império no meio escolar, *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo.

Na tese de Varnhagen, em termos sucintos: o Brasil é obra da mão colonizadora representante da civilização nas terras selvagens, a pátria mãe Portugal, que edificou aqui uma civilização nos trópicos, domando o clima, a topografia e mesmo os aborígenes hostis à conquista e obra portuguesas. Sob esta perspectiva, apenas o branco europeu é dotado de dimensão valorativa e padrão de civilização e cultura. Desse modo, as contribuições dos indígenas e dos africanos, colocados por Von Martius em 1843, nada mais são que a expressão das relações sociais hierárquicas entre os brancos, os negros e os indígenas; assim, a cultura dos dois últimos é colocada à margem, adjacente à cultura ilustrada européia. A

linha interpretativa de sua história é cronológica e, essencialmente, política, com privilégio aos aspectos administrativos, a obra de reis, príncipes e outras personagens políticas da história do Império Português.

As teses de João Ribeiro contrapõem, fundamentalmente, os pilares constituídos por Varnhagen, que na leitura de Melo sobre a obra de Macedo, expressa a centralidade e estabilidade política do Segundo Reinado. Primeiramente, para João Ribeiro, a história do Brasil é, fundamentalmente, a história do seu povo, de seus agentes internos da colônia, isto é, dos colonos, dos mamelucos, dos jesuítas, dos indígenas e dos escravos africanos, como braço da obra colonizadora do país. Em outras palavras, nosso polígrafo incorpora outros sujeitos à história, retira dos aspectos políticos, administrativos e econômicos a centralidade da história brasileira até então calcada na política e na cronologia dos fatos e acontecimentos históricos. Dessa maneira, João Ribeiro inaugura um novo momento na historiografia didática, qual seja, de incorporar e dotar, dado os limites do peso das teses racialistas e da psicologia do povo brasileiro, a cultura popular e anônima a história do Brasil. Inaugura, ainda, no processo de ensino e aprendizagem, a preocupação em colocar o aluno no centro do referido processo.

Essas renovações historiográficas imprimem novas fisionomias a nossa história. Significa, antes, expressar novos sentidos para a nacionalidade brasileira. Os sentidos atribuídos por João Ribeiro à importância de se considerar outros elementos para a história do Brasil são para nós expressão de uma temporalidade histórica que se constitui na fase final do Império e o início da República, o que percebemos no momento em que analisamos a questão da raça e território e a comparamos com os apontamentos de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu.

Entretanto, o movimento de João Ribeiro é ambíguo. Pois da mesma maneira que incorpora os novos elementos, ele representa os africanos e os indígenas como servis, indolentes, de comportamentos intempestivos, atribuído aos determinismos de sua raça. A dimensão valorativa que se incorpora à essas “raças” é o da miscigenação com a população branca e europeia que conformaria um novo tipo brasileiro, superior física, intelectual e moralmente. Em outras palavras, a verdadeira nação seria alcançada num horizonte de expectativa.

Para entendermos melhor a questão da nacionalidade e seus desdobramentos na ideia de raça e território, investigamos parte de sua produção bibliográfica, estudos sobre a sua produção intelectual, como a de Múcio Leão, Joaquim Ribeiro (seu filho) e Carlos Devinelli,

ligados de alguma maneira a João Ribeiro ou a Academia Brasileira de Letras (ABL). Assim, buscamos chaves de leitura sobre a *Língua Nacional, Obras de João Ribeiro*, volumes V e VI, *História Universal*. São obras que percorrem grande parte dos campos de conhecimento que o nosso polígrafo dedicava-se, como a filologia, história, jornalismo, folclore entre outras.

Na leitura dessas fontes percebemos que grande parte de suas concepções sobre a nacionalidade brasileira permeia sua obra como um todo. A questão da língua como elemento da nacionalidade brasileira está presente em seus estudos sobre a língua portuguesa, até porque João Ribeiro interessa-se pela evolução da língua portuguesa no Brasil, estabelecendo métodos históricos para compreender o desenvolvimento dessa língua. Sua tese central é que o idioma no Brasil deve ter independência linguística em relação a Portugal, de modo a adaptar a gramática, a sintaxe, e a lexicografia à realidade social brasileira.

A razão para a independência, como percebemos nos capítulos um e dois, é antes uma auto-afirmação da consciência nacional brasileira, da livre expressão de seu pensamento. O português constituído no Brasil é uma incorporação lexicográfica das línguas de origem banta, na África, e das línguas Tupis, autóctone do Brasil. Assim, o português do Brasil é enriquecido de sua experiência histórica, que carecia de dar nomes as coisas novas que os colonizadores, e mesmo os indígenas, descobriam e aprendiam. Outra consideração valiosa do autor é que o falar diferente do brasileiro não é falar errado, como apontam os puristas da língua, é antes, na leitura do dialetista João Ribeiro, expressão das relações sociais e históricas aqui desenvolvidas, como foi exemplificado na questão das colocações pronominais. Como ele mesmo nos diz: “A língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos” (RIBEIRO, 1979, p. 164). Vale dizer que no Brasil não se constituiu um novo idioma, apenas o seu enriquecimento histórico e lexicográfico, a partir do contato com outros povos, distintamente da evolução do português de Portugal.

Interessante que essa leitura de João Ribeiro sobre a relação do falar com a psicologia do povo brasileiro será utilizada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, para desenvolver a tese do homem cordial, pouco afeito às formalidades, às relações hierárquicas, enfim, à doçura ou abrandamento nas relações entre senhores e os seus empregados, família e escravos.

Em nossas leituras sobre os artigos de jornais presentes nos volumes V (filólogos) e VI (historiadores) de *Obras de João Ribeiro*, organizado por Múcio Leão e publicado pela

ABL em 1961, percebemos mais permanências em seu pensamento historiográfico ou linguístico.

No volume historiadores encontramos as chaves de leitura que nos permitiram compreender as motivações de um republicano histórico, e João Ribeiro o era quando ingressou nas fileiras dos jornais republicanos na corte nos anos 1880, ao demonstrar tanto apreço pela figura do Imperador D. Pedro II e mesmo pela monarquia. João Ribeiro nutria entusiasmo não apenas ao Imperador, mas a Floriano Peixoto e Getúlio Vargas, três personagens que representam mudanças distintas na história brasileira. Em nossa leitura, em cada uma dessas mudanças, prevaleceu para Ribeiro em cada personagem a capacidade de manter a unidade do país sem causar grandes convulsões sociais, como conflitos e guerras civis; e ao mesmo tempo, promover mudanças estruturais no cenário político brasileiro.

Esse fascínio pela habilidade política está expresso nos artigos demonstrados no capítulo 2. E, a partir dela, inferimos que antes de qualquer convicção política, estamos falando de um intelectual mais engajado com a unidade política do país e sua estabilidade social, tomadas como características imprescindíveis para o Estado de direito e organização da sociedade civil. Como mencionamos, a questão coloca-se pela manutenção da ordem, daí a admiração pela monarquia, enquanto promoveu a estabilidade política e o progresso do Brasil; por Floriano Peixoto, que conseguiu manter a unidade política, apesar da ruptura com o regime monárquico, descrédito da República e certo saudosismo pela monarquia após o período da República da Espada; e um revigoramento pelos ideais republicanos a partir da ascensão de Getúlio Vargas em 1930, que destituiu a política dos governadores sem deflagrar uma guerra civil no país, fato que na opinião de João Ribeiro estabelece a república como regime definitivo para o Brasil.

Essas leituras deram-nos mais pistas do intelectual João Ribeiro, pensador da história e da realidade brasileira, no intuito de compreender o tempo histórico no qual *História do Brasil* está imerso, estabelecendo as relações da obra com a produção intelectual do período que versa sobre a história brasileira a partir da análise contrastiva de *Capítulos da História Colonial*, de Capistrano de Abreu, e *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, que nos permitiu atribuir um sentido de tempo histórico sobre a *História do Brasil*.

Nossos estudos comparativos demonstraram que a questão racial coloca João Ribeiro e Sílvio Romero lado a lado, ainda que com diferenças. Sílvio Romero escreve a história da literatura brasileira a partir dos enunciados de Von Martius sobre o caldeamento das

populações brancas, negras e indígenas. Assim, para versar sobre a evolução da literatura brasileira, antes discorre sobre a própria evolução do povo brasileiro, da maneira como ele dominou o meio e edificou uma civilização. Na leitura de Romero, a literatura brasileira é expressão de sua raça, cultura e história. O caráter da nacionalidade brasileira seria condicionado biologicamente, caráter esse que pode ser descrito, à semelhança de João Ribeiro, como uma raça degenerada pela miscigenação com as raças inferiores, que criou um tipo novo, uma raça distinta das matrizes, os mamelucos, dotados de uma moral decaída e inaptos para a vida política do *self-government*.

A diferença entre Romero e Ribeiro é que o primeiro confere às causas biológicas a razão para o atraso da sociedade brasileira; para o segundo, o argumento tem forte peso, mas não exclusivo, e leva em conta também a dimensão moral nas relações históricas e sociais que se desenvolveram no Brasil ao longo de sua história.

A representação da história do Brasil que ambos fazem projeta também um destino para a nação, de modo a torná-la grandiosa frente ao Ocidente. O caminho de Sílvio Romero é a transformação biológica do povo brasileiro, caldeada na boa miscigenação com a massa européia vinda para o Brasil na virada para o século XX. Essas populações seriam espalhadas por todo o território nacional, de modo a integrá-los ao povo, aqui existente. Assim, critica a maneira como a imigração desenvolve-se naquele momento, concentrando essas populações na região Sul e São Paulo, visto dessa forma por Romero como uma ameaça à unidade territorial nacional. O caminho projetado por João Ribeiro é semelhante, mas ele não coloca nas bases biológicas o caminho exclusivo para o soergimento de um Brasil grande e poderoso. A nação a ser constituída seria resultado de um novo caldeamento racial das populações nacionais e a massa dos imigrantes. Ao lado disso, a instrução pública tem um fator importante sobre o movimento de regeneração da nação, pois educaria moral e intelectualmente a nova nação brasileira, formada por essa miscigenação, que resultaria numa raça mais forte, mais branca e mais adaptada aos desafios que se impunham ao Brasil do século XX.

Compreendemos o caminho projetado pelos nossos autores como um horizonte de expectativa a ser conformado pela interferência sobre o presente e, assim, superar a suposta insuficiência cívica que torna o povo inapto para a participação política do regime republicano, desse modo, a nação para Ribeiro e Romero está inacabada, em processo de formação. Interessante que essa leitura tem o suposto de que uma nação é definida pela

homogeneização da raça que a compõe, pela capacidade da raça em transformar o meio e edificar uma civilização, a fim de colocá-la nos trilhos do progresso ocidental.

Quando comparamos Capistrano de Abreu a João Ribeiro, e mesmo a Sílvio Romero, encontramos uma inflexão em relação aos dois últimos autores. Para Capistrano, o Brasil é uma explicação essencialmente histórica das relações sociais e culturais desenvolvidas ao longo do tempo. A questão da raça não coloca, sobretudo, a sua determinação biológica sobre o comportamento dos negros ou indígenas. A questão que importa para Capistrano, também contemplada em Romero e Ribeiro, são os aspectos culturais, sociais, folclóricos da história colonial brasileira, bem como a formação histórica do território brasileiro. Ribeiro, em nossa leitura, expressa uma questão presente em Capistrano, qual seja, sobre os limites e fronteiras do território brasileiro, daí a importância dada às bandeiras, à ocupação do interior do Brasil, capitaneado pelos colonos e jesuítas em diferentes pontos do país. E assim afirmar, histórica e documentalmente, a posse dessas regiões limítrofes do território em relação aos vizinhos.

Sobre o território, podemos ainda afirmar que as leituras de João Ribeiro e Capistrano de Abreu são semelhantes em sua linha interpretativa, ao admitirem que o Brasil formou-se a partir de diferentes pontos de irradiação populacional, que ao longo dos séculos passam a se integrar historicamente, ainda que esse mesmo processo esteja também em curso. Em nossa leitura, a ideia de integração entre os diferentes focos populacionais aponta como estratégia de superar os particularismos regionais, seus anseios mais imediatos que possam ameaçar a unidade territorial.

As questões aqui assinaladas permitem-nos compreender a *História do Brasil* como expressão do debate intelectual de seu tempo, localizado na transição entre o Império e a República. Os embates sobre a nacionalidade brasileira, decorrentes das interpretações da história brasileira e pelo peso dado às teses racialistas e à formação histórica de seu território, encontraram em Capistrano de Abreu, já no início do século XX, um deslocamento, e até mesmo uma ruptura com as teses racialistas de explicação histórica do Brasil. Assim, percebemos em Sílvio Romero e João Ribeiro a partilha de um mesmo tempo histórico, na medida em que comungam de grande parte das leituras sobre o Brasil. Contudo, no primeiro, entre a história do povo e de suas relações históricas está entremeada a história da literatura, que acompanha esses movimentos, sendo expressão dos mesmos. O segundo escreve uma representação sobre a história brasileira que, ao envolver negros e indígenas, estabelece não apenas uma nova forma de se escrever a história do Brasil, mas consolida a imagem

depreciativa sobre esses novos personagens, que só encontraria a redenção no novo amálgama com o branco europeu.

Essas matrizes de pensamento não são um fim em si mesmo, entrincheiradas no meio intelectual, ainda que o debate possa ser exclusivo neste meio, elas são projetadas para além desses debates. Elas são influências para os agentes políticos, em boa medida, ligados a essa elite intelectual a qual nossos autores pertencem. Essas referências teóricas têm ressonância na realidade social, pois, a partir de que supostos o Brasil importou a grande massa de imigrantes? Porque da opção pelo imigrante europeu em detrimento da mão de obra local, de origem africana ou mestiça? O trabalho demonstra que as ideias fazem parte da realidade como um todo, como sujeitos ativos, com grande capacidade de (re)criar e interferir sobre o meio. Não são apenas abstrações que vagam no mundo dos intelectuais, elas também são objeto de ação social e política.

As conclusões possibilitam-nos pensar novas questões como, por exemplo, se a expressão do debate intelectual no período localizado de nossa pesquisa pode também ser encontrada em outros manuais escolares de história que são contemporâneos à *História do Brasil*. A investigação sobre as temporalidades históricas nos manuais escolares de história podem nos dar pistas de como essa produção transforma-se ao longo do tempo, e como cada época é marcada pelas suas próprias inquietações intelectuais. Ou ainda, que mudanças nas leituras sobre o Brasil são realizadas a partir dos anos de 1920, quando uma dimensão valorativa positiva sobre o povo brasileiro e sua cultura é incorporada aos dilemas da educação no período, cujo sentido estava em articulá-los e tornar, então, essa massa de sujeitos históricos como ativos no processo político do Estado Brasileiro. Em nossa leitura, o primeiro passo foi dado pela geração do início do século XX, mas se transformaria fundamentalmente no limiar da Primeira República. Mas isso são questões para um novo momento.

FONTES PRIMÁRIAS

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. 7º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____, *Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Anuário do Brasil, 1929.

LEÃO, Múcio (org.). *João Ribeiro. Trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1960.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

_____. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracajú, Governo do Estado de Sergipe, 1979.

_____. *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.V (filólogos), organizada por Múcio Leão. Rio de Janeiro: Publicações da Acadêmica Brasileira de Letras, 1961a.

_____. *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.VI (historiadores), organizada por Múcio Leão. Rio de Janeiro: Publicações da Acadêmica Brasileira de Letras, 1961b.

_____. *Notas de um estudante*. Organizado por Joaquim Ribeiro. São Paulo:Monteiro Lobato editores & C., 1939.

_____. Discurso do Sr. João Ribeiro. In: ACADÊMICA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos Acadêmicos ABL*. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro: Publicações ABL, 2005.

_____. Discurso de João Ribeiro. Atas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 78, tomo II, p. 617-622. 1915.

RIO, João do. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2144.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. Tomo 1º, 6º edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução: Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.
- BASZCO, Bronsilaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Revista da Faculdade de Educação da USP. *Educação & Pesquisa*. Set/dez 2004.
- BOSI, Alfredo. Realismo. In: *História concisa da literatura brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1980.
- _____. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, tomo III, vol. 9, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRAGANÇA, Aníbal. *Eros Pedagógico; uma história cultural do editor de livros*. Tese de doutoramento. USP, 2004.
- _____. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP, 2000.
- CALDAS, Karina Ribeiro. Nação memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares (1900-1920). Goiânia, Dissertação (Mestrado em História), FCHF/UFG, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. Rio de Janeiro, *Dados*, vol. 40 n. 2, p. 229-250, 1997.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, n.1, p.123-152. 2002.
- _____. *Os bestializados* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DEVINELLI, Carlos. *Diretrizes de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1945.

FALCON, Francisco José Calazans - História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32, pp. 328-339, maio/ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

GASPARELLO, Arlette de Medeiros. A nação nos compêndios republicanos. In: *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004a.

_____. Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro. I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2004, Niterói. Anais... Niterói: UFF, 2004b.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo. O Presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição de uma ética da atualidade. In: GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e Fisionomias: A história do Brasil*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

_____. *Brasil um país novo uma literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. São Paulo: USP, (Tese de doutoramento), 2007.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil* 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146*.

_____. *O futuro passado: contribuição semântica aos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, tomo III, vol. 9, 1977.

LAVILLE, Christian. *Guerra das narrativas. Debates, ilusões em trono do ensino de História*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, n.º 38, p. 125-138, 1999.

LEÃO, Múcio (org.). *João Ribeiro. Trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1960.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LIMA, Luiz Costa. *A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Espaço e Pensamento Brasileiro: A Rússia Americana nos Escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 1, 2007, pp. 83 a 115.

MATTOS, Selma Rinaldi. *Para formar os brasileiros. O compendio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo, Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/USP, 2007.

_____. Lições de Macedo: uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *História do ensino de história no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 31-44.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. 1987. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec.

_____. *Do Império à República. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p.163 - 171.

MOTTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (Os que fazem a história).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998,

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.24, n.48, 2004, p.189-211.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição Pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, (tese doutorado em Educação), IE/UFRJ, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura com missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil -Rio de Janeiro (1870-1924)*. Niterói, Dissertação (Mestrado em Historia), ICH/ UFF, 2008a.

SILVA, Roberto Candido da. *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH/USP, 2008b.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TOLEDO Maria Aparecida Leopoldino Tursi *A disciplina de história no Paraná Os compêndios de história e a história ensinada (1876-1905)*. São Paulo: PUC-SP (Tese de doutoramento), 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 5º ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VERÍSSIMO, José. *Estudos da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

VILELA, Heloisa. *Construtores de uma pedagogia à brasileira: Felisberto Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador*. I Seminário Brasileiro sobre o livro e História Editorial. 2004, Niterói. Anais... Niterói: UFF, 2004.

ANEXOS:**Anexo 1:**

Frontispício da 2ª edição publicada em 1901 e o seu índice.



ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	V
INTRODUÇÃO.....	XVII

I

O Descobrimento

1. O ciclo dos grandes navegadores	3
2. O descobrimento do Brasil pelo ciclo dos navegadores de oeste. Yañez Pinzón e Diego de Leppe.....	6
3. O descobrimento do Brasil pelo ciclo dos navegadores do sul. Pedro Álvares Cabral	9
4. Questões e dúvidas	12
5. A primeira exploração	16
6. O Brasil esquecido.....	18
7. Os índios selvagens	21
8. A etnologia brasílica.....	24
9. A colonização. Capitânicas hereditárias	35
10. O drama e a tragédia das capitânicas	39
11. Síntese final. O humanismo e o renascimento	47

II

Tentativa de unidade e organização da defesa

1. O Triunfo da América.....	55
2. O governo geral. Tomé de Souza e Duarte da Costa	58
3. A fundação da Cidade	63
4. As três raças. A sociedade.....	67
5. O elemento moral. Os jesuítas. Anchieta.....	74
6. A reabilitação e a defesa	77

III

Luta pelo comércio livre contra o monopólio

1. Militarista	85
2. A França antártica	90
3. Caráter de Villegagnon	93
4. Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro	95
5. Guerra de religião	98
6. Origens do Rio de Janeiro	101
7. França Equinocial. A expansão geográfica no limiar do novo século	105
8. O verdadeiro antecedente da invasão holandesa	112
9. Invasão. Perda e restauração da Bahia	116
10. Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação	121
11. "Verzuind Braziel!"	127

IV

A formação do Brasil. A) A história comum

1. A administração	135
2. A zona da criação	142
3. Uma "Entrada"	148
4. As primeiras bandeiras	153
5. A escravidão vermelha	162
6. O jesuíta e o colono do norte	169
7. O jesuíta e o colono no sul	175
8. A escravidão negra	181
9. A política oceânica. O monopólio	190
10. Rebelião contra o monopólio. Bekman	195
11. Rebelião da Bahia	199
12. As minas	203
13. Nativismo pernambucano. Guerra dos mascates	213
14. Revolução nativista em Minas Geraes. Emboabas	221

V

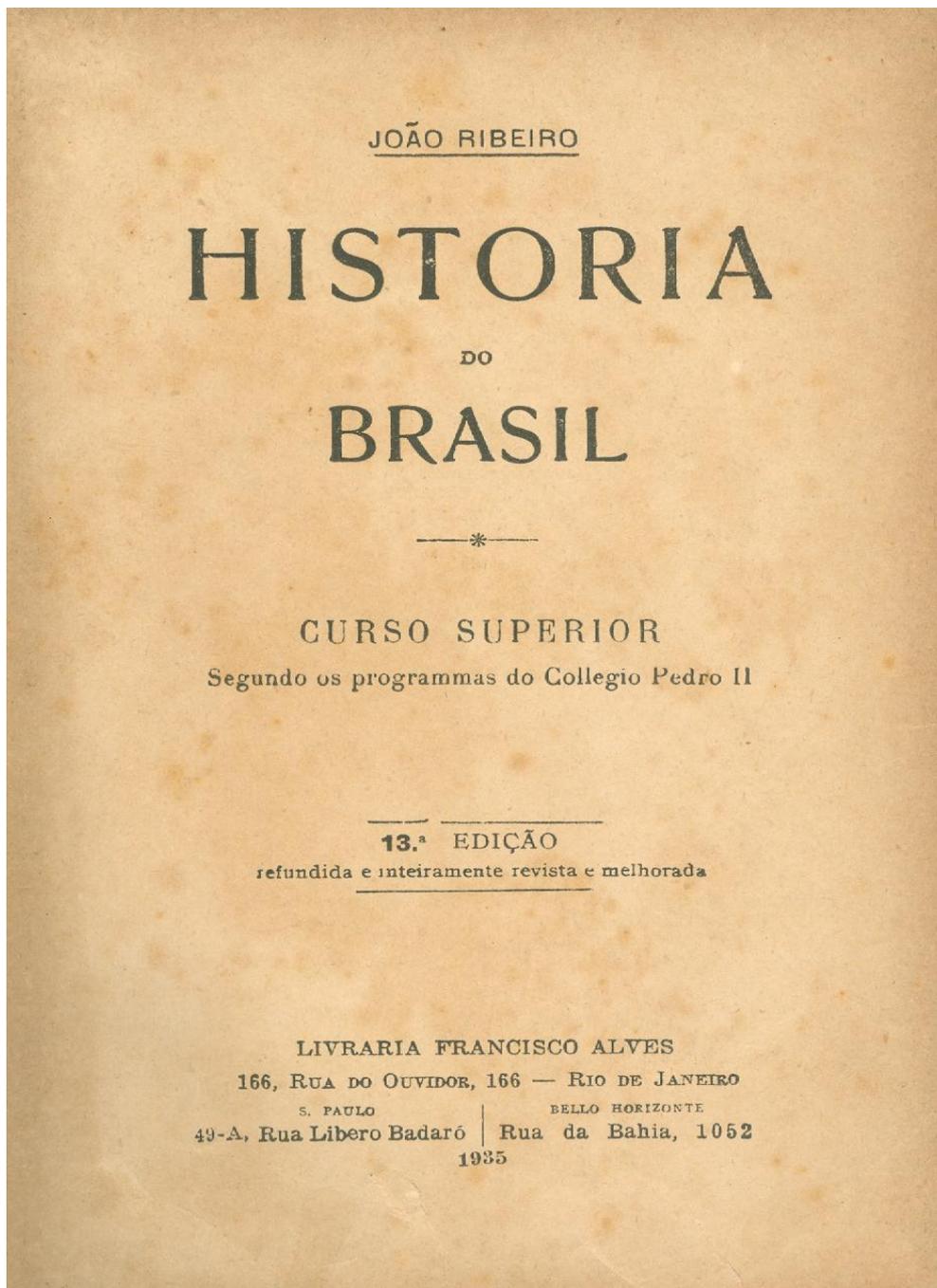
A formação do Brasil. B) A história local

1. A história local	227
2. Franceses no Rio de Janeiro. Du Clerc e Du Gay Trouin	255

VI	
Definição Territorial do país	
1. As fronteiras.	263
2. As guerras do Sul. A colônia do Sacramento e as missões do Uruguai.	273
VII	
O espírito do autonomia	
1. Os antecedentes.	279
2. Os conspiradores	288
3. Conspiração mineira	293
4. A execução de Tiradentes.	297
VIII	
O absolutismo e a revolução – República e constituição	
1. Refúgio de D. João VI no Brasil	303
2. Reação ao absolutismo.	308
3. Reação nativista. Revolução de 1817	313
4. O constitucionalismo.	320
IX	
O Imperio. Progressos da Democracia	
1. A Independência	331
2. A constituinte	338
3. A abdicação	347
4. Sete de Abril. Evaristo da Veiga	353
5. A regencia	360
6. O Segundo reinado	368
7. A guerra do Paraguay.	373
8. A abolição e a República	382
SINOPSE CRONOLÓGICA.	387
IN FINE:	
Nota	389
Bibliografia	389

Anexo 2:

Frontispício da 13ª edição publicada em 1935 e o seu índice.



INDICE

(Os títulos em *italico* indicam a materia tratada em typo menor no texto)

	PAGS.
<i>Juizos criticos de T. A. Araripe Junior e P. C. Teschauer..</i>	7
<i>Introdução (do autor)</i>	17
I. O descobrimento.	
1. <i>Os dois cyclos dos grandes navegadores</i>	23
2. <i>O descobrimento do Brasil pelo cyclo dos navegadores de oeste. Janez Pinzon e Diego de Leppe</i>	26
3. <i>O descobrimento do Brasil pelo cyclo dos navegadores do sul. Pedro Alvares Cabral</i>	30
4. <i>Questões e duvidas</i>	34
5. <i>As primeiras explorações</i>	43
6. <i>O Brasil esquecido. Lendas primitivas</i>	45
7. <i>A terra e os habitantes</i>	48
8. <i>A ethnologia brasilica</i>	52
9. <i>A colonização. Capitánias hereditarias</i>	65
10. <i>O drama e a tragedia das capitánias</i>	74
11. <i>Synthese final. O humanismo e o renascimento</i>	82
Synopse geral	87
II. Tentativa de unidade e organização da defesa.	
1. <i>A America triumphante</i>	93
2. <i>O governo geral. Thomé de Souza e Duarte da Costa.</i>	96
3. <i>A fundação da Cidade</i>	103
4. <i>As tres raças. A sociedade</i>	106
5. <i>O elemento moral. Os jesuitas. Anchieta</i>	112
6. <i>A reabilitação e a defesa</i>	116
Synopse geral	119
III. Lucta pelo commercio livre contra o monopolio. Francezes e hollandezes.	
1. <i>Militaria</i>	123
2. <i>A França antarctica</i>	130
3. <i>Character de Villegagnon</i>	133
4. <i>Men de Sá. Expulsão dos francezes do Rio de Janeiro...</i>	135
5. <i>Guerra de religião</i>	139

IV. Preliminares. Dominio espanhol.

	PAGS.
1. Dominio espanhol	145
2. Os francezes no Maranhão	153
3. Ainda o dominio espanhol. Expansão geographica do Brasil	158

V. Invasão hollandeza.

1. <i>O verdadeiro antecedente da invasão hollandeza</i>	165
2. Invasão. Perda e restauração da Bahia (1624-1625)	169
3. Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação (1630-1649)	175
4. <i>Verzuimd Braziel</i>	186
5. <i>Historia interna</i>	190

VI. A formação do Brasil.*a) Historia commum*

1. <i>A administração</i>	197
2. <i>A zona da criação</i>	205
3. <i>Entradas e Bandeiras</i>	209
4. <i>A escravidão vermelha</i>	234
5. <i>A escravidão negra</i>	241
6. <i>O colono e o jesuita no sul</i>	252
7. <i>O jesuita e o colono do norte (Estado do Maranhão)</i>	259
8. <i>A politica oceanica. O monopolio</i>	265
9. <i>Rebellião contra o monopolio. Bekman</i>	270
10. <i>A rebellião da Bahia. Os juizes do povo</i>	275
11. <i>Ainda as bandeiras. Os bandeirantes paulistas e as minas</i>	279
12. <i>Revolução nativista pernambucana (Mascates)</i>	292
13. <i>Revolução nativista em Minas (Emboabas)</i>	301
14. <i>Francezes no Rio de Janeiro. Du Clerc e Du Gay Trouin.</i>	305

VII. A formação do Brasil.*b) Historia local*

Historia local	315
----------------------	-----

VIII. Definição territorial do paiz.

(1750 e 1777)

1. <i>As fronteiras</i>	347
2. <i>As guerras do Sul. A colonia do Sacramento e as missões do Uruguay</i>	358
3. <i>Pombal e o Brasil</i>	362

IX. O espirito de autonomia.

	PAGS.
1. Os <i>antecedentes</i>	369
2. Os conspiradores	377
3. Pormenores da conspiração	383
4. A execução de Tiradentes	388

X. O absolutismo e a revolução.

Republica e Constituição

(1808-1817-1820)

1. Refugio de D. João VI no Brasil	395
2. <i>Reacção do absolutismo</i>	404
3. <i>Reacção nativista. Revolução de 1817</i>	409
4. O constitucionalismo	421

XI. O Imperio. Progresso da Democracia.

(1822-1831-1888-1889)

1. A regencia de Dom Pedro. A Independencia	435
2. Ainda a Independencia	444
3. A Constituinte	450
4. A abdicção	460
5. <i>O sete de Abril. Evaristo da Veiga</i>	467
6. O periodo regencial	474
7. <i>Revolta dos negros na Bahia</i>	487
8. O segundo reinado	489
9. <i>Oribe e Rosas: — Politica no Rio da Prata</i>	496
10. <i>Causas da Guerra do Paraguay</i>	498
11. Guerra do Paraguay	503
12. <i>A Abolição</i>	512

XII. A Republica.

(1889-1928)

1. A Republica e a Constituinte. Deodoro da Fonseca.	519
2. Os presidentes da Republica	522
<i>Appendice. Limites e fronteiras</i>	533